

# **A prática pedagógica na escola municipal indígena de educação básica do Povo Pitaguary**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Simone Maria Lopes Veloso**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

ORIENTADORES

Professor Doutora Jesus Maria Sousa  
Professor Doutora Selene Maria Penaforte Silveira





UNIVERSIDADE da MADEIRA

**Faculdade de Ciências Sociais**  
**Departamento de Ciências da Educação**  
**Mestrado em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica**

**Simone Maria Lopes Veloso**

**A prática pedagógica na escola municipal indígena de educação básica do Povo  
Pitaguary**

**Dissertação de Mestrado**

**FUNCHAL –2017**



**Simone Maria Lopes Veloso**

**A prática pedagógica na escola municipal indígena de educação básica do Povo  
Pitaguary**

Dissertação apresentada ao Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadores: Professora Doutora Jesus Maria Sousa

Professora Doutora Selene Maria Penaforte Silveira

**FUNCHAL –2017**



## DEDICATÓRIA

A meu marido, companheiro inseparável de todas as horas.  
Incansável incentivador e colaborador na realização deste sonho.  
Esta vitória também é sua, Amor.



## AGRADECIMENTO

A Deus, Senhor de todas as coisas.

Ao Walter e à minha filha Gabriela, pela paciência nos momentos da minha ausência.

À amiga Vera Porto, pelo apoio, incentivo e valiosa colaboração.

À amiga Fátima Neves, pela contribuição e presença constante na busca do conhecimento.

Ao Povo Pitaguary, pela acolhida e cooperação.

À Professora Doutora Selene Penaforte, por suas orientações seguras e preciosas.

À Professora Doutora Jesus Maria Sousa, pela orientação, motivação e paciência.



## EPÍGRAFE

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades.

Luís de Camões



## RESUMO

O presente estudo tem como tema a Prática Pedagógica na Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguary e insere-se na linha de inovação pedagógica, tendo como objetivo compreender como se efetiva a prática pedagógica na referida escola, buscando apreender, na especificidade da escola diferenciada, práticas pedagógicas inovadoras. Utilizou-se para efetivação do estudo a etnopesquisa, por meio da pesquisa qualitativa e da realização de estudo de caso, apoiado em entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas, realizadas através de um roteiro flexível, elaborado previamente. A pesquisa respaldou-se principalmente nos estudos YIN, MACEDO, BOGDAN e BIKLEN e LAPASSADE, ao passo que o conceito de Inovação Pedagógica foi analisado à luz das contribuições de FINO, LÈVY, PAPERT, TOFFLER, TURKLER, THURLER e PERRENOUD e VYGOTSKY, como também, estudiosos da educação indígena, os quais nortearam de maneira plena esta pesquisa. Para complementar a fundamentação teórica concomitante com os estudos teóricos, foram realizadas as observações em sala de aula, entrevistas com profissionais da escola, envolvidos no processo ensino-aprendizagem, e da comunidade, como também, participação em eventos realizados fora da escola. Em síntese, esta investigação pretendeu descortinar as particularidades do processo ensino-aprendizagem em sala de aula, focando na tentativa de encontrar práticas pedagógicas inovadoras.

**PALAVRAS CHAVE:** sala de aula; prática pedagógica; inovação pedagógica; escola diferenciada.



## ABSTRACT

This study has as its theme the Pedagogical Practice in the Pitaguary People's Indigenous Municipal School of Basic Education and is part of the pedagogical innovation line, aiming to understand how pedagogical practice is developed in that school, trying to learn innovative pedagogical practices in the school, that is specifically differentiated. It was used the ethno-research for the effectiveness of the study, through qualitative research and case-study, supported on unstructured or semi-structured interviews, conducted by a flexible guideline, drawn up in advance. The research is backed mainly on YIN, MACEDO, BOGDAN and BIKLEN and LAPASSADE's studies, whereas the concept of Pedagogical Innovation was considered in the light of the contributions of FINO, LEVY, PAPERT, TOFFLER, TURKLER, THÜRLER and PERRENOUD and VYGOTSKY, as also, scholars of indigenous education, who fully guided this research. In order to complement the theoretical foundation, observations took place in the classroom, interviews with school personnel involved in the teaching-learning process, and the community, as well as, participation in events outside the school. In short, this research intends to uncover the peculiarities of the teaching-learning process in the classroom, focusing on trying to find innovative pedagogical practices.

**KEYWORDS:** classroom; pedagogical practice; pedagogical innovation; differentiated school.



## RESUMEN

Este estudio tiene como tema la práctica docente en la Escuela Municipal Indígena de Educación Básica de la Gente de Pitaguay y es parte de la línea de innovación pedagógica, con el objetivo de comprender como lo hace la práctica pedagógica en esa escuela, tratando de aprender en la especificidad de la escuela, prácticas pedagógicas innovadoras diferenciadas. Se utilizó de etno investigación para estudiar la práctica, a través de la investigación cualitativa y el estudio de caso, con el apoyo en las entrevistas no estructuradas o semi-estructuradas, llevadas a cabo por una hoja de ruta flexible adoptada anteriormente. La investigación está respaldada principalmente en estudios de YIN, MACEDO, BOGDAN y BIKLEN y LAPASSADE, mientras que el concepto de Innovación Pedagógica fue considerando a la luz de las contribuciones de FINO, LEVY, PAPERT, TOFFLER TÜRKLER, THÜRLER y PERRENOUD y VYGOTSKY, como además, los expertos de la educación indígena, que guiaron al máximo esta investigación. Además de la base teórica, las observaciones se llevaron a cabo en el aula, entrevistas con personal de la escuela participante en el proceso de enseñanza-aprendizaje, y la comunidad, así como, la participación en eventos fuera de la escuela. En resumen, esta investigación trató de descubrir las peculiaridades del proceso de enseñanza-aprendizaje en el aula, se centra en tratar de encontrar las prácticas pedagógicas innovadoras.

**PALABRAS CLAVE:** sala de clase; práctica pedagógica; innovación pedagógica; escuela diferenciada.



## RÉSUMÉ

Le sujet de cette étude est la pratique pédagogique à l'École Municipale de l'Éducation Basique du peuple Pitaguary et fait partie de la ligne de l'innovation pédagogique en vue de comprendre les pratiques pédagogiques dans cette école. On a utilisé la recherche ethnographique à fin de bien comprendre la pratique pédagogique qui s'y déroule à travers d'une enquête qualitative et réaliser un chemin flexible élaboré au préalable. La recherche suit les études de YIN, MACEDO, BOGDAN, BIKLEN, LAPASSADE, tandis que le concept de l'Innovation Pédagogique ont été analysés selon les contributions de FINO, LEVY, PAPERT, TOFFLER, PERRENOUD et , VYGOTSKY ainsi que les experts d'éducation indigène, lesquels ont conduit très bien cette recherche. Pour légitimation théorique parallèle aux études théoriques on a réalisé des observations en classe, entretiens avec des professionnelles de l'école qui étaient impliqués dans le processus d'enseignement-apprentissage, de la communauté, bien que la participation en événements réalisés en dehors de l'école. En résumé, cette recherche investigation a prétendu ouvrir les particularités du processus d'enseignement du procès enseignement-apprentissage en classe, avec le but de pouvoir rencontrer de nouvelles pratiques pédagogiques.

**MOTS-CLÉS ; salle de classe; pratique pédagogique; innovation pédagogique ; école différenciée.**



## FOTOS

FOTO 1 - PORTÃO DE ENTRADA DA COMUNIDADE INDÍGENA DO POVO PITAGUARYS .....	99
FOTO 2 - MURO DA ESCOLA E.M.I.E.B DO POVO PITAGUARI .....	99
FOTO 3 - DIA DO ÍNDIO – RITUAL DA MANGUEIRA CENTENÁRIA.....	100
FOTO 4 - ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS .....	100
FOTO 5 - ENTREVISTA COM AS 2 PROFESSORAS - ODAIZA E JAQUELINE .....	101
FOTO 6 - VISITA À CASA DO CACIQUE DANIEL .....	101
FOTO 7 - ÍNDIAS PITAGUARY .....	102



## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTO .....	vii
EPÍGRAFE .....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT .....	xiii
RESUMEN .....	xv
RÉSUMÉ.....	xvii
FOTOS.....	xix
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1: INOVAÇÃO PEDAGÓGICA .....	9
1.1 Concepção de Inovação pedagógica.....	9
1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: contribuições e implicações para uma ação pedagógica inovadora.....	13
1.3 A abordagem sociointeracionista de Vygotsky e suas contribuições para inovação pedagógica .....	18
CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO (ESCOLAR) INDÍGENA NO BRASIL .....	23
2.1 Um breve passeio na história .....	23
2.2 Os efeitos da colonização e a educação indígena.....	27
2.3 O olhar indígena sobre a educação escolar.....	36
CAPÍTULO 3: A PESQUISA DE CAMPO.....	43
3.1 Metodologia .....	43
3.2 Técnicas de recolha de dados .....	46
3.3 Local da pesquisa .....	47
3.3.1 <i>A Comunidade Indígena e sua relação com a Escola</i> .....	48
3.3.2 <i>A Escola Pesquisada</i> .....	49
3.4 Sujeitos pesquisados: sentindo a escola e a comunidade.....	53
3.5 Objeto de estudo: A Escola.....	57
3.6 Percebendo a comunidade.....	59
CAPÍTULO 4: REVELANDO AS PRÁTICAS.....	61
4.1 Ação pedagógica na perspectiva de inovação .....	62
4.1.1 <i>Concepções da Diretora</i> .....	62

4.1.2 <i>Concepções da Coordenadora</i> .....	64
4.1.3 <i>Concepções da Professora</i> .....	66
4.2 Objeto do Estudo: A sala de aula.....	69
4.3 Em busca da Inovação Pedagógica: Descrevendo às práticas .....	70
4.4 Educação diferenciada, cultura e inovação pedagógica .....	76
4.5 A educação indígena na perspectiva sociointeracionista .....	80
4.6 Interação professor-aluno, aluno-aluno.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	91
<b>ANEXOS</b> .....	97
ANEXO 1 .....	99
ANEXO 2 .....	103

## INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas numa escola diferenciada, dirigindo o olhar para as interações entre os participantes de diferentes segmentos da escola, na tentativa de compreender como se efetiva a prática pedagógica, procurando conhecer e identificar em que medida a metodologia de ensino utilizada na escola vem despertando o interesse e conseqüente aprendizagem de seus alunos, buscando apreender, na especificidade da educação diferenciada, as práticas pedagógicas inovadoras.

Por escola diferenciada, O Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena – RCNEI (1998:25) assegura “A educação é concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena.”

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica do Povo Pitaguary, pertencente à rede municipal de ensino de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza-CE, cuja clientela constitui-se de alunos indígenas. Os sujeitos principais da investigação são duas professoras e os alunos do quarto ano do ensino fundamental. A diretora, os demais professores da referida escola, bem como familiares e pessoas da comunidade indígena também foram pesquisados. A opção por esta escola se deu por se tratar de uma instituição diferenciada, e atender aos meus anseios de pesquisar sobre a educação indígena fundamentada nos princípios da escola diferenciada assegurando aos índios seu acesso e a permanência.

A referida escola tem como foco principal a manutenção da especificidade cultural da etnia indígena e ao mesmo tempo ensinar os saberes mais abrangentes da sociedade, articulando a educação indígena com a educação vigente em nosso país. Essa investigação procurará compreender como se efetiva a prática pedagógica na escola indígena, seus pressupostos filosóficos, culturais e metodológicos na perspectiva da inovação pedagógica.

Estudar a história da educação dos povos indígenas no Brasil nos remete a algumas indagações que precisam ser refletidas. O que diz a história, tendo em vista que os povos indígenas tiveram que se adaptar aos costumes e à educação imposta pelo homem branco por séculos? Quando é instituído o direito a uma escola diferenciada e de que forma funciona? O que mudou após mais de cinco séculos de educação no Brasil? Quais as contribuições e implicações que os avanços das novas tecnologias da informação e comunicação trazem para escola diferenciada?

As respostas a essas e outras indagações servirão de base para construção desse trabalho. Por meio da investigação, busca-se identificar, na realidade da escola diferenciada, inovação nas práticas pedagógicas que venham a romper com o paradigma tradicional, ainda tão presente no sistema de ensino.

A colonização brasileira alterou de forma profunda a vida dos indígenas, habitantes das terras descobertas. Os colonizadores, na busca por mão de obra, dizimaram muitas sociedades nativas que não se submeteram à cultura europeia. A catequese e as primeiras escolas implantadas jamais se preocuparam com o bem estar ou a preservação da cultura e crenças locais. A ideia era de que os índios eram inferiores culturalmente e por isso deveriam ser subjugados aos interesses da Coroa Portuguesa.

Nesse contexto, apesar de decorridos cinco séculos, os reflexos das barbáries culturais sofridas e a situação de exclusão ainda se fazem sentir fortemente. Com a Constituição Federal de 1988 houve a preocupação de ofertar aos índios uma educação diferenciada.

A função da escola diferenciada é atender aos anseios da comunidade indígena, respeitando costumes, tradições, crenças, conhecimentos e inseri-los na sociedade maior em que vivem (comunidade indígena + sociedade composta por não-índios + sociedade globalizada). Neste contexto, a presente pesquisa tem como foco principal, responder as seguintes questões: *Como se realiza a prática pedagógica na Escola Municipal Indígena de Educação Básica Povo Pitaguary? Há inovação pedagógica nessa prática escolar?*

Tendo em vista uma compreensão global do tema, a problemática central se desmembra em alguns pontos que visam identificar como as práticas pedagógicas possibilitam a interatividade e aprendizagem dos alunos, analisando e refletindo sobre as questões relacionadas a seguir: De que forma o aluno está inserido nas ações pedagógicas? Qual o significado dos conteúdos trabalhados em sala de aula para os alunos? Como se dá a mediação do professor para o desenvolvimento cognitivo dos alunos?

A relevância do tema está em oportunizar a reflexão sobre a educação indígena, na perspectiva de uma prática pedagógica inovadora. O foco será a realidade no ambiente pedagógico proposto aos educandos, o contexto de aprendizagem e a proposta de educação para o aluno dentro de suas especificidades, considerando a necessidade de sua formação integral para viver nesta sociedade plural, onde seja capaz de ser protagonista de sua própria identidade histórica e cultural.

Dessa forma, busca-se por meio da investigação, verificar as consequências da colonização em relação aos Pitaguary, no que se refere ao acultramento e aos posteriores

séculos de discriminação e exclusão social, assim como, compreender a aprendizagem dentro da escola diferenciada, na interlocução entre a cultura indígena e as competências específicas de um mundo em constante mudança e, sobretudo, analisar as práticas pedagógicas da escola em questão, sob a ótica da inovação pedagógica.

Tais questões são investigadas a partir da ideia de que o conhecimento não nasce do vazio, mas sim das experiências que acumulamos ao longo da vida, construído no dia a dia, por meio dos relacionamentos e das interações interpessoais, das leituras e significados que damos às ações desenvolvidas na sociedade. Dessa forma, Macedo (2006:16) enfatiza: “a fenomenologia se faz também uma prática científica e rigorosa de conhecer a realidade”. Nessa perspectiva, a sala de aula constitui um espaço em que o discurso, entendido como uma construção social e uma forma de ação no mundo exerce papel central na mediação dos significados ali construídos. Entende-se que o processo de construção de significados acontece na interação dos participantes numa relação dialógica, numa circunstância intencional e cultural.

Nesse caso, a investigação no espaço escolar é de fundamental relevância para desvendar as metodologias aplicadas, no sentido de compreender como se dá o desenvolvimento da aprendizagem e de que forma acontece a inovação nas práticas pedagógicas.

Essa abordagem propõe-se investigar e descrever as dificuldades e os avanços da prática pedagógica, com base na pesquisa de cunho etnográfico, que se caracteriza pela observação atenta e análise das experiências vivenciadas cotidianamente numa sala de aula, buscando compreender como se manifestam os sujeitos envolvidos, suas concepções e modos de interagir na construção da prática escolar. Como menciona Macedo (2006:83) “compreender a singularidade das ações e realizações humanas é fundante, bem como a ordem sociocultural que aí se realiza”.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, por contribuir para a compreensão da identidade construída na produção conjunta de significados sociais. Dessa forma, a construção e reconstrução de processos socialmente determinados se tornam passíveis de serem observados quanto às regularidades e os padrões vivenciados, demonstrando que é na interpretação dos fenômenos, na prática cotidiana de uma sala de aula e na interação entre sujeito e realidade pesquisada que se revelam os significados das ações a serem analisadas, no entanto, inviável sua tradução por números.

As motivações que me levaram a escolher investigar a inovação pedagógica ocorrida numa sala de aula do ensino fundamental da escola diferenciada têm suas raízes em diversos

momentos da minha formação, enquanto cidadã que respeita a todos sem distinção de cor, raça, gênero ou etnia. Considerando que meu interesse sobre esse tema está imbuído dos elementos com os quais me posiciono socialmente, senti a necessidade de compreender como se dá a abordagem cognitivista na escola em questão, com o intuito de analisar como são desenvolvidas as práticas pedagógicas, as evoluções e as dificuldades de aprendizagens ocorridas na escola e na sala de aula.

Observa-se que no cotidiano das escolas continuam a ser reproduzidas as velhas práticas das escolas tradicionais. Prevaecem nas escolas as hierarquias curriculares com atividades centradas no livro didático, aulas expositivas, o ensino baseado na “educação bancária” com atividades repetitivas e metodologias conservadoras. Fato que não se difere do ocorrido nas escolas diferenciadas.

Tomando por base esse panorama é que se vislumbra por novas metodologias e inovação nas práticas pedagógicas, procurando compreender como se processa a aprendizagem nos alunos, na tentativa de buscar opções que despertem neles o prazer de aprender em colaboração uns com os outros numa convivência pacífica com vistas à emancipação social.

Vivemos hoje num mundo inteiramente novo. O cenário atual impõe um modelo desafiador ao ser humano, onde a excelência se torna um imperativo. Nesse cenário de transformações vivido na contemporaneidade entendemos ser necessária uma profunda mudança no modelo educacional vigente, rompendo com práticas retrógradas e conservadoras que persistem nas escolas, considerando também a distância encontrada entre a escola e as novas tecnologias que têm revolucionado a postura do ser humano e os padrões da sociedade.

Para concretização desse modelo inovador requerido nas escolas, procuramos compreender o significado da palavra inovação, com foco na educação. Assim, inovar em educação pressupõe renovar a prática, como enfatiza Fino (2010, in MENDONÇA & BENTO, p. 277) “A inovação pedagógica implica mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas e essas mudanças envolvem sempre um posicionamento crítico, explícito ou implícito, face às práticas pedagógicas tradicionais.”, significando dizer que inovar em educação representa uma ruptura paradigmática, ou seja, com a adoção de um modelo que se contraponha aos estigmas do modelo fabril.

Percebemos que o mundo atual anseia por mudanças na educação, observando a distância entre o que se tem na sociedade tecnológica e o modo como se atua no interior das escolas. A formação de um cidadão preparado para os novos desafios de uma sociedade planetária, tecnológica e multicultural é imprescindível.

O ingresso no curso preparatório para o mestrado na área de Inovação Pedagógica, da Universidade da Madeira, oportunizou-nos estudar autores que nos fizeram refletir sobre a possibilidade de inovação nas práticas pedagógicas da escola. O interesse sobre os povos indígenas decorre, inicialmente, de um olhar pessoal pela escola diferenciada, com intenção de entendermos como ocorre a prática pedagógica nesse espaço.

Em 1998, o MEC com a colaboração de especialistas e de professores indígenas elaborou o Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas (RCNEI) tendo como objetivo ser utilizado como referencial para as escolas de ensino fundamental e médio situadas em comunidades indígenas. Esse documento enfatiza dentre outras peculiaridades pertinentes a esses povos, a diferença cultural advinda de cada sociedade particularmente construída, denotando que cada povo especificamente denominado por um nome tem características próprias, línguas, costumes e crenças. Daí a importância de sua utilização no contexto educacional específico e diferenciado.

Para isso, destacamos os princípios que norteiam a educação indígena a nível nacional, ou seja, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI:

Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais: uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com as quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir e assegurar determinadas qualidades. (BRASIL. RCNEI, 1998, p. 23).

Como podemos observar no princípio referido, há uma visão globalizada de sociedade que não contempla apenas a sociedade indígena, mas também questões ecológicas e as relações entre os seres habitantes do mesmo espaço, fundados na cooperação e no intercâmbio.

Além da visão mais abrangente em relação ao ambiente e seus seres, o RCNEI aponta também para uma observação de valores originários de costumes próprios dos índios, entre os quais, o da tradição do emprego da oralidade na pedagogia, na busca por minimizar desigualdades entre os índios e aumentar a reciprocidade entre os povos. Vejamos: “Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;” (ibidem).

Outro princípio valoriza a produção cultural típica de cada povo como parte de uma sociedade multicultural, na qual revelam capacidades e qualidades próprias: “Noções

próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades);” (ibidem).

A pedagogia praticada nas aldeias indígenas não é exclusividade de um grupo selecionado por sexo ou idade, mas é, sobretudo, uma aprendizagem comunitária, ou seja, a sociedade reúne-se ao redor do mais velho ou mais sábio e deste recebe os ensinamentos peculiares a cada etnia, de forma a propiciar a sobrevivência dentro de princípios e regras construídas socialmente ao longo do tempo.

Diante disso, percebemos que o ideal de educação indígena se assenta em princípios próprios na busca por uma escola diferenciada específica comunitária.

Como podemos verificar anteriormente, as leis brasileiras contemplam amplamente a questão da educação indígena, porém, um dos pontos que pretendemos abordar em nossa pesquisa é se sua efetivação acontece na escola.

Esse ponto será abordado por pensarmos que a valorização da diversidade cultural, a inserção da educação indígena num contexto complexo (seres e ambiente) e preservação da cultura previstas em lei, se efetivados, certamente refletirão nas práticas pedagógicas. Está implicada nessa concepção a ideia de que, ao se ensinar conteúdos, crenças, valores, costumes, etc., por conseguinte o professor precisa estar atento às implicações da sua prática pedagógica, se não quiser reproduzir certos padrões que reafirmam preconceitos, racismos, estereótipos, etc. Portanto, refletir e analisar essas práticas contribui para a ampliação do conhecimento sobre a inovação pedagógica, assim como, fazer-se agente dessa inovação.

Dessa forma, estão no cerne deste estudo as teorias de abordagem sócio-interacionista, teoria construcionista. Assim como, uma breve história da educação escolar indígena, buscando entender as relações de poder que envolvem o discurso e permeiam a construção das identidades sociais do povo indígena. Os resultados do processo analítico propriamente dito estão organizados nos capítulos seguintes e, por meio de um olhar para o cotidiano de uma sala de aula numa escola diferenciada, procura por indícios de inovação pedagógica.

Enfim, feita as considerações iniciais, apresentamos logo após a introdução, a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo traz uma fundamentação teórica a partir da concepção de inovação pedagógica, expressa por Fino, Tardif e Sacristan, entre outros, por defenderem um novo modelo de educação escolar calçada na ideia de práticas pedagógicas compatíveis com a evolução dos dias atuais. Buscamos o construcionismo de Papert no sentido de compreender as contribuições das novas tecnologias da informação e comunicação para as práticas

pedagógicas inovadoras, como também estudos da abordagem sócio-interacionista de Vygotsky, em que se aponta a evolução do desenvolvimento cognitivo a partir das relações culturais e interação entre os pares de maneira colaborativa.

O segundo capítulo trata da educação escolar indígena, sua história, os efeitos da colonização para a educação indígena e o olhar indígena sobre a educação escolar. Percebe-se neste capítulo, que as práticas pedagógicas efetivadas na escola são norteadas por crenças e valores fundamentados na cultura e tradição de um contexto histórico próprio dos povos indígenas. Desse modo, as práticas educativas se apresentam em diversas situações e, de formas variadas buscam reafirmar a identidade do povo indígena no decorrer da história, ao mesmo tempo em que projetam mudanças para alcançar um mundo em constante evolução.

O terceiro capítulo trata da pesquisa de campo, bem como a abordagem metodológica adotada desde os primeiros passos, mostrando o local da pesquisa, os procedimentos, os sujeitos da pesquisa e a descrição do local tecendo algumas considerações em relação à investigação realizada.

O quarto capítulo faz uma descrição e análise das ações pedagógicas, revelando as práticas e concepções de professores acerca da inovação pedagógica, relacionando-as ao estudo das fontes bibliográficas para a compreensão do sentido de inovação pedagógica no contexto atual.

Por último, a conclusão da pesquisa apresenta os resultados obtidos durante a investigação e algumas sugestões para a continuação de estudos inerentes ao assunto, face à inesgotável capacidade de discussões e debates sobre este assunto.



## **CAPÍTULO 1: INOVAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **1.1 Concepção de Inovação pedagógica**

A concepção de inovação pedagógica está diretamente relacionada ao movimento de mudanças e transformações sociais e está diretamente ligada aos envolvidos na ação pedagógica da escola. Nesse sentido, a escola que compreende o processo de inovação considera as contradições que vão surgindo na prática como parte do processo inovador, ou seja, uma escola inovadora precisa compreender as mudanças e transformações sociais reconhecendo seus avanços e percalços por meio de reflexão crítica acerca da complexidade de fatores que configuram os processos de mudança e que podem ser tomados como referência para entendermos os elementos conceituais envolvidos na prática pedagógica. Para Fino:

A inovação envolve obrigatoriamente as práticas. Portanto a inovação pedagógica não deve ser procurada nas reformas de ensino, ou nas alterações curriculares ou programáticas, ainda que ambas, reformas e alterações, possam facilitar, ou mesmo sugerir mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas (FINO, 2008, p. 2).

Muitas transformações têm marcado a vida social nas últimas décadas. O desenvolvimento das tecnologias de informação, a globalização da informação e da comunicação, o progresso desencadeado pela aceleração das descobertas científicas e tecnológicas e a mundialização da economia que têm contribuído para a emergência de padrões de produção e de relação social. Nos dias atuais, é necessário refletir sobre novas práticas educativas cabendo ao pesquisador o papel fundamental de pensar a inovação pedagógica como forma de dar resposta aos diferentes e complexos avanços e problemas sociais que surgem constantemente.

Vivemos numa sociedade globalizada, onde a informação se tornou um dos principais fatores de riqueza, a revolução da informática trouxe com ela grandes avanços e transformações sociais, conseqüentemente sentiu-se a necessidade de romper com alguns paradigmas e modificar antigas concepções no campo da educação.

No mundo industrial emerge a crise em todos os setores da sociedade e em conseqüência a educação sente a necessidade urgente de mudanças em ruptura com o passado para atender esse novo mundo. Cada dia surgem mudanças que se propagam por toda a sociedade. O grande desafio é enfrentar essas transformações. A acelerada revolução

tecnológica indica transformações radicais em todo o sistema econômico mundial, como as mudanças na organização do trabalho que estão a exigir um trabalhador com competência para atuar na sua área e habilidades gerais de abstração, comunicação e integração. A esse respeito, Turkle (1989, p. 58) afirma que: “As mudanças têm sido rápidas e inquietantes. Estamos pouco à vontade com nossos filhos, que estão tão à vontade com a tecnologia que muitos de nós mantemos a uma distância segura”. Assim, a escola passa a servir como espaço de discussão e debate sobre novas propostas pedagógicas. A busca de um maior desenvolvimento através da inovação torna-se fundamental para a efetiva participação do sujeito na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

A inovação pedagógica é eminentemente objeto de conflitos e compromissos que surgem a partir das discussões e reflexões de todos os envolvidos no processo educativo. E, compreender as práticas e as possibilidades de desenvolvimento por meio das ações dos profissionais da educação implica conhecer o que mobiliza os sujeitos da prática em suas ações. Assim, podemos perceber a inovação pedagógica como uma dinâmica explícita que pretende uma mudança de atitudes, concepções e práticas pedagógicas.

A prática pedagógica inovadora não se constitui isoladamente, mas tem relação com as interações estabelecidas entre o professor e os alunos, com os outros professores e com os demais membros da escola. Dessa forma, entendemos que o conhecimento advém de uma realidade social materializada por formação, programas, disciplinas escolares e práticas coletivas “no qual estão presentes dimensões identitárias e dimensões de socialização profissional, além de fases e mudanças” (TARDIF, 2002, p. 70).

Mediante as exposições feitas, vale ressaltar Gimeno Sacristán (1995), ao perceber a prática pedagógica como uma cadeia de inter-relações que constituem o sistema educativo. No entanto, para o processo de aprendizagem é fundamental entender as práticas pedagógicas como ações que fluem para o processo de desenvolvimento dos alunos.

O processo de aprendizagem é fundamentalmente importante para a aquisição de conhecimentos sistematizados e para a formação de seres humanos críticos, criativos, pensantes e reflexivos. É importante priorizar as criações, descobertas e propor desafios para o desenvolvimento e a construção da liberdade e de expressão do aluno. Os desafios proporcionados para o aluno motivam-no na busca de soluções para os problemas, o que gera o desenvolvimento efetivo da aprendizagem.

Uma discussão importante nesse sentido está implicada nas reflexões sobre o papel da escola, que podem imprimir nova perspectiva na ação educativa:

O papel da escola não é certamente lutar por manter um monopólio mas sim preparar os alunos para articularem, em paralelo ou sucessivamente, toda a espécie de contributos educativos, desde a informação inicial à formação contínua, formas escolares com o apoio dos *media* ou da informática, formações organizadas nas redes mais informais de inteajuda e de formação mútua (THURLER e PERRENOUD, 1994, p. 25).

A escola deve, ao definir seus objetivos, além de garantir aos alunos o domínio dos conhecimentos científicos e a construção de conceitos que proporcionem o desenvolvimento de habilidades, propor alternativas de responsabilidade social e estabelecer relações desses conhecimentos e habilidades com os conflitos vivenciados pelos alunos, possibilitando a reflexão sobre uma nova visão de sociedade, mais dinâmica, na qual a formação do cidadão vai passar pela experiência da atividade coletiva.

A inovação pedagógica passa por uma mudança de atitude do professor, que presta muito maior atenção à criação dos contextos de aprendizagem para os seus alunos do que aquela que é tradicionalmente comum, centrada neles, e na actividade deles, o essencial dos processos (FINO, 2010, p. 5).

Além de refletir sobre suas práticas, o professor deve criar contextos de inovação pedagógica que possibilitem o desenvolvimento da conscientização do aluno enquanto ser social que precisa compreender os fatos que acontecem no mundo e atuar em seu contexto, valorizando e respeitando as diferenças entre os seus participantes.

Os novos movimentos surgidos neste novo milênio ganharam peso no que diz respeito à luta por dignidade e por direitos à cidadania plena, especificamente no Brasil, direitos esses assegurados por Lei. Dessa forma está clara a participação efetiva de todos os cidadãos nos processos decisórios relativos tanto às políticas públicas que irão afetar as comunidades em suas diferentes etnias, como também às questões referentes a formas de garantir uma educação de qualidade para todos.

Numa realidade, em vertiginosas mudança e transformações, se faz necessário pesquisar novas metodologias e formas de atuar para o desenvolvimento da sociedade. No que diz respeito à educação, a inovação pedagógica é caracterizada a partir das relações, comportamentos, crenças e práticas onde o processo de aprendizagem alcançado leva os envolvidos a encontrar novas possibilidades para enfrentar as dificuldades. É nesse sentido que, quando se fala em inovação pedagógica, é importante deixar claro que ela não se refere somente à ação dos professores, mas também à ação de todos os alunos e demais profissionais envolvidos no processo. Contudo, para que a inovação realmente se efetive, há de se

reconhecer que é necessária uma série de medidas que ofereçam essas oportunidades, tendo em vista que a escola sempre esteve acostumada a trabalhar o ensino de forma homogênea. Vale ressaltar Toffler ao afirmar que:

O mundo, que está emergindo rapidamente do choque de novos valores e tecnologias, novas relações geopolíticas, novos estilos de vida e novos modos de comunicação exige ideias e analogias novas, novas classificações e novos conceitos (TOFFLER, 1980, p. 16).

É preciso um compromisso ético de todos os que fazem a escola para buscar respostas adequadas às diferentes situações que surgirão na sala de aula de forma a enfrentá-las adequadamente, transformando em oportunidades de aprendizagem. Para tanto, se faz necessário estimular as interações de forma que todos venham a contribuir com o processo de desenvolvimento compreendendo que existem diferentes formas de superar desafios, decorrentes de diferentes habilidades e das individualidades de cada um que devem ser respeitadas para atingir o desenvolvimento de todos. É preciso permitir um novo significado às práticas pedagógicas, buscando remover barreiras para a aprendizagem e para a participação dos alunos ativamente no enfrentamento de desafios que possibilitem superar seus limites, criando espaços de reflexão coletiva, construindo assim, uma evolução do seu nível de conhecimento.

Nesse sentido, Thurler e Perrenoud (1994, p. 28) enfatizam: “O clima é essencial: não se pode participar numa reflexão colectiva senão expondo-se, confiando-se, aceitando avançar com hipóteses, formular dúvidas, ouvir os outros. Importa criar as condições da comunicação e do trabalho comum”.

A reflexão sobre as mudanças necessárias na escola, mais especificamente no que diz respeito à prática pedagógica perpassam pelo movimento de informar, formar e sensibilizar os atores do processo educativo, de modo que as experiências de desenvolvimento de uma cultura e de práticas de inovação pedagógica venham a se ampliar e contribuir para a aprendizagem efetiva dos alunos.

A educação escolar adquire, em contrapartida, importância decisiva nesse mundo de transformações e o professor em sua ação pedagógica, tem como função fazer com que o aluno viva intensamente o seu tempo e sua cultura e compartilhe com os outros a tarefa de solução das questões cruciais de sua época, com conhecimento, determinação e discernimento, procurando desenvolver a aprendizagem significativa, articulando-se com as finalidades, os valores e as diferentes formas de expressão.

A prática pedagógica sistematizada por meio da intervenção do professor junto ao aluno, do acompanhamento contínuo e na expectativa de desenvolvimento, reflete em maiores

possibilidades de aprendizagem para o aluno. Uma situação de ensino e aprendizagem, entendida em seu sentido global, é a procura a superação da relação professor-aluno no sentido de oferecer solidariedade, transformação e respeito mútuo. Professor e aluno, aluno e aluno, são, portanto, sujeitos de um processo em que crescem juntos.

Cabe à escola levar a criança ao conhecimento científico que desvele o movimento e a origem da realidade social, sendo a totalidade histórica o ponto de partida do trabalho. Assim, faz-se necessário que o professor busque o desenvolvimento particular de cada criança, ao trazer para dentro da escola uma concepção de aprendizagem, com sentido e significação para o aluno, que seja motivadora para as crianças, levando-as à apropriação dos conhecimentos de forma natural e efetiva.

O sentido da Inovação Pedagógica, portanto, vai ao encontro das práticas pedagógicas que rompem com os alicerces fundados nos valores da modernidade e para isto toma como foco o aluno que é o centro do processo, nos fatores que produzem formas diversificadas de aprendizagem e nos saberes significativos para o aluno, considerando sua inserção como via para a transformação da sociedade.

A inovação é o motor que move as sociedades dinâmicas no contexto da pós-modernidade. As crescentes mutações estão desafiando as sociedades estáticas. A ciência e a tecnologia são aliadas nas novas invenções que cada vez mais afetam a vida dos homens. São os novos entretenimentos, as formas de comunicação, os novos artefatos que surgem numa grande velocidade, da mesma forma que também se tornam descartáveis e obsoletos. Essa realidade, advinda dos avanços da tecnologia associados à globalização econômica e cultural, traz novos comportamentos e costumes.

O processo de aprendizagem é um constante ato de desvelamento da realidade que busca através da problematização, o desenvolvimento da consciência crítica e da liberdade como meios de superar as contradições do mundo. Neste processo, os alunos deverão assumir desde crianças o papel de sujeito criador.

## **1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: contribuições e implicações para uma ação pedagógica inovadora**

A acelerada evolução das novas tecnologias de informação e comunicação faz parte da rotina, provocando mudanças na organização das instituições, nas formas de trabalho, na política, na economia e nas relações entre as pessoas. A velocidade em que as mudanças ocorrem só é possível pelo uso da tecnologia, fato que exige dos profissionais da educação a

busca por novas práticas pedagógicas e formas de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades para a convivência saudável na sociedade.

Fino assegura que:

A tecnologia só será ferramenta de inovação pedagógica a partir do momento em que permita fazer coisas diferentes, quando abrir portas para territórios inesperados, que podem muito bem não ter nada que ver, sequer, com o currículo ou com a escola. E, sobretudo, noutras mãos que não nas dos técnicos que se escondem por detrás das plataformas de e-learning (FINO, in SOUSA & FINO, 2007, p. 39).

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC fazem parte do nosso cotidiano e conseqüentemente provocam mudanças na sociedade e nas relações interpessoais. A transformação do homem de ser biológico em ser humano se dá pela sua interação na sociedade. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos para o nosso desenvolvimento intelectual, e diante da velocidade com que acontecem essas mudanças na sociedade, surgem implicações de todos os tipos para o desenvolvimento humano. Estamos na era das tecnologias de informação e comunicação, onde tudo gira em torno das inovações tecnológicas e de como as utilizamos em nosso dia a dia para estudar, trabalhar, comunicar ou simplesmente para lazer.

A emergência das novas tecnologias tem implicações a nível intelectual, pois se, por um lado, é uma fonte de mais fácil acesso e permite uma troca de experiências mais célere, por outro lado, embora com o risco de alguma inactividade mental, exige uma contínua atenção às possíveis e contínuas alterações de convicções e certezas (MOREIRA, s.d. p. 79).

As novas tecnologias trouxeram novas necessidades, novos meios de comunicação e formas de relacionamento, surgindo com isso nas escolas a necessidade de aprimorar as relações professor-aluno, aluno-aluno de forma a propor a aprendizagem por meio de uma abordagem construcionista (PAPERT, 2008). A aprendizagem fundamentada no construcionismo sugere a construção do conhecimento pelo esforço do aluno em problematizar e buscar soluções para determinadas situações, o que pode ocorrer em formas particulares de interação entre os alunos, onde todos estão envolvidos no processo de aprendizagem. O que reforça o uso do computador como ferramenta de aprendizagem por meio da interação e colaboração entre pares ou mesmos grupos maiores.

Papert ao relatar o trabalho colaborativo entre alunos chama a atenção para o aprendizado com significado por meio do uso do computador, fato que traz grandes contribuições para a inovação pedagógica. No entanto, a aprendizagem em ambientes computacionais precisa ser contextualizada com os aspectos culturais e sociais valorizando o conhecimento do aluno para que o aprendizado tenha sentido.

A expansão tecnológica vem suscitando modificações sociais, políticas, econômicas e culturais, inserindo no âmbito educacional o uso de recursos digitais que contribuem para novas reflexões sobre a práxis pedagógica e o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Como assevera MOREIRA, (s.d. p. 76) “A escola talvez seja um dos sectores que necessita encontrar nas novas tecnologias o seu futuro próximo”.

O professor, como facilitador do conhecimento, precisa estar atento aos novos contextos em que estão inseridos os alunos, ao surgimento das novas tecnologias e conhecimentos adquiridos. Pois, está disponibilizado nas mídias um arsenal muito grande de informações e conhecimentos e, esse novo tempo demanda um novo modelo educacional. O saber perpassa os muros da escola e o professor precisa melhorar sua ação por meio de práticas pedagógicas inovadoras que possibilitem ao aluno uma reflexão sobre sua forma de atuar no mundo a fim de transformá-lo. Dessa forma, está claro que “a Escola precisa ser aceita por seus participantes. Ela não sobreviverá muito além do tempo em que não se puder mais persuadir as crianças e conceder-lhe certo grau de legitimidade”. (PAPERT, 2008, p. 21)

É notório destacar que o desafio trazido às escolas e aos professores hoje é o de refletir criticamente e o de instaurar diferentes iniciativas para o enfrentamento da revolução tecnológica e para a conseqüente transformação das escolas, o que de fato venha enveredar para evoluir o nível de desenvolvimento dos alunos de acordo com suas necessidades sociais e individuais.

Da tradicional transmissão dos saberes evolui-se para uma sociedade do saber baseada na capacidade individual da construção do conhecimento, onde as tecnologias da informação e comunicação são instrumentos ao serviço dessa construção (MOREIRA, s.d. p. 83).

A escola não pode se eximir da responsabilidade em criar oportunidades para a evolução de seus alunos que vivem num mundo de conflitos e contradições, influenciados por todo tipo de comunicação e informação de um mundo globalizado, por meio das novas tecnologias. É preciso pensar novas práticas pedagógicas que deem significado à

aprendizagem tornando-os aptos a exercer sua cidadania em prol de uma sociedade transformadora.

Conforme Papert,

[...] a Escola como instituição, com seus planos diários de lições, currículo estabelecido, testes padronizados e outras tantas parafernalias, tende constantemente a reduzir a aprendizagem a uma série de atos técnicos, reduzindo o professor ao papel técnico. Evidentemente, ele jamais obtém sucesso completo, pois os professores resistem ao papel de técnico e desenvolvem relacionamentos humanos naturais, afetuosos, nas suas salas de aula [...] (PAPERT, 2008, p. 64).

Entendemos que o professor em sua prática deve estar comprometido com a noção de cidadania, e criar possibilidades para o aluno compreender os conteúdos escolares como instrumento para o seu desenvolvimento, por isso se faz necessário adequar os conteúdos às necessidades dos alunos dentro de um contexto histórico, social e cultural específico procurando ressignificar sua prática por meio de mudanças substantivas nas atitudes e no modo de pensar, alicerçado em novos valores e no uso de tecnologias, buscando ultrapassar as modificações sobre a vida organizativa da escola.

Conforme assegura Moreira:

As novas tecnologias permitem ao ser humano acreditar que é capaz de melhorar a sua qualidade de vida e da sociedade que integra, se souber preservar os valores fundamentais recolhidos nos ensinamentos que o fizeram progredir; se os enquadrar no presente; e se, pela reflexão, os projectar na construção do futuro (MOREIRA, s.d. p. 91).

Nessa busca, a tecnologia pode ser um auxiliar poderoso, uma vez que ela pode ajudar a criar e testar ambientes diferentes, novas descentralizações e novas acessibilidades, novas maneiras de pensar, criar e recriar a aprendizagem.

Neste sentido, vale ressaltar Papert ao apontar as diferentes possibilidades que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC permitem à aprendizagem para além dos muros da escola e chama a atenção para a naturalidade dessa forma de aprender, diferente dos pesados e enfadonhos currículos instaurados nas escolas tradicionais.

O ensino escolar cria uma dependência da escola e uma devoção supersticiosa aos seus métodos. No entanto, embora a lição da escola em causa própria tenha impregnado a cultura mundial, o mais fascinante é que todos nós temos experiências e conhecimento pessoais que depõem contra isso. Em algum nível, sabemos que, se nos envolvemos realmente com uma

área de conhecimento, nós aprenderemos – com ou sem a escola e, de qualquer modo, sem a parafernália de currículo, testes e segregação por faixa etária que ela toma por axiomática (PAPERT, 2008:136).

As novas tecnologias da informação e comunicação – TIC estão presentes em nosso cotidiano, pois as crianças a cada dia se interessam mais pelas novas tecnologias, o que implica em mudanças nos mais variados tipos de relações. Estamos vivendo o tempo das inovações tecnológicas e precisamos saber o que fazer com esse recurso. As novas tecnologias trouxeram novas necessidades, novos meios de comunicação e novas formas de conhecimento e relacionamento.

Como assevera PAPERT (1996, p.23), “pouco a pouco, as formas que a criança tem de adquirir conhecimentos e de os utilizar são sujeitas a alteração, tornando-se mais dependentes de outras pessoas e menos espontâneas, mais verbais e menos experienciais.” O autor destaca, ainda, a criação de um ambiente colaborativo e da interação entre professor e aluno como fator determinante para a promoção da aprendizagem. Na perspectiva de inovação pedagógica, esses ambientes colaborativos podem ser percebidos por meio dos fóruns de discussões onde os alunos debatem e socializam o saber, nas comunidades virtuais, entre outros espaços.

A inserção do homem no mundo globalizado por meio das redes sociais de comunicação e informação suportadas pelas novas tecnologias estruturam um novo modo de viver e ver o mundo, sem barreiras de tempo e espaço, delas resultando um mundo “virtual” denominado cibercultura (PIERRE LÉVY, 1999).

É preciso repensar os espaços da sala de aula com vistas as necessidades surgidas com as novas Tecnologias da informação e Comunicação. A informação sempre foi considerada um dos elementos fundamentais nas práticas de comunicação entre os movimentos sociais e observa-se que, historicamente, os membros participantes desses movimentos desenvolvem em sua vida cotidiana, modos e técnicas específicas de produzir, disseminar e usar informações que sirvam aos seus objetivos, sejam eles reivindicativos, de pressão às autoridades ou para dar uma mais ampla divulgação de suas ações à sociedade. Assim, cabe à escola pensar novas formas de organizar situações de aprendizagem que venham a favorecer a aquisição do conhecimento do aluno independentemente de credo, raça, cor ou etnia.

Com a evolução tecnológica cada vez mais rápida cresce, também, a interação entre os homens, a troca de informações. Fato que torna imprescindível aos professores

pesquisarem sobre a inovação pedagógica e bucarem novas formas para atuar em sala de aula, de modo que despertem nos alunos o interesse em aprender. Papert (2008, p. 78) afirma que “às vezes ações muito pequenas de um professor podem semear progresso numa turma”. O professor deve planejar suas ações para atender às necessidades dos alunos, oferecendo-lhes tempo e espaço de interação que venham a contribuir para o seu desenvolvimento. Dessa forma, além de refletir sobre sua prática, ele deve procurar conhecer o aluno para a conscientização deste como ser social que precisa compreender os fatos que acontecem no mundo e atuar em seu contexto, valorizando e respeitando as diferenças entre os seus participantes.

É necessário que o professor procure criar condições para acontecer a inovação pedagógica no sentido de viabilizar o desenvolvimento da aprendizagem para esse novo contexto de mudanças. Conforme Papert (2008, p. 51), “A mudança é análoga ao surgimento do ensino centrado no desenvolvimento, que evita moldar a mente como se ela fosse um meio passivo e, em vez disso, coopera com os padrões de desenvolvimento do aprendiz”.

Nesse sentido, é interessante aproveitar as tendências naturais do aluno, seu gosto pelo que é novo, criar ambientes desafiadores e dar livre curso para que ele se torne um aprendiz autônomo. As possibilidades de aprendizagem devem estar embasadas em propostas desafiadoras para os alunos. É preciso criar condições para que o aluno se relacione sistematicamente com o meio, a fim de desenvolver-se com autonomia, criticidade e sendo sujeito de sua própria aprendizagem. Piaget (1932) mostra que a autonomia sucede a heteronomia, e é conquistada mediante o contato do indivíduo com as regras. O desenvolvimento moral autônomo é constatado quando o aluno lança um olhar crítico sobre as regras, faz questionamento e age de acordo com sua vontade.

### **1.3 A abordagem sociointeracionista de Vygotsky e suas contribuições para inovação pedagógica**

A abordagem sociointeracionista de Vygotsky será um dos suportes teóricos para o estudo desenvolvido nesta pesquisa ao analisar as práticas pedagógicas na Escola Municipal Indígena de Educação Básica Povo Pitaguari, buscando, na especificidade da escola diferenciada – reconhecimento social e legal da diferença e identidade das comunidades indígenas – a inovação pedagógica.

Vygotsky (2008) desenvolveu suas pesquisas com base no marxismo dialético e, em suas obras, mantém a cultura como elemento importante na constituição do desenvolvimento

humano. Em sua teoria a linguagem funciona como mediadora do desenvolvimento humano, que ocorre por meio da interação entre pares.

Dessa forma, cabe referenciar os trabalhos de Vygotsky (2008) sobre o desenvolvimento intelectual, em que o autor defende que a inteligência é construída a partir das relações do homem com o meio. Para Vygotsky, a história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos, tão intrinsecamente que não existiria um sem o outro. Pois, a mudança no indivíduo se dá por meio das condições sociais de cada um. Ou seja, a consciência é determinada pela vida que se tem. A cultura faz parte do desenvolvimento humano.

O desenvolvimento é visto como o domínio dos reflexos condicionados, não importando se o que se considera é o ler, o escrever ou a aritmética, isto é, o processo de aprendizagem está completa e inseparavelmente misturado com o processo de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 2008, P. 89).

Nessa perspectiva, é que a concepção pedagógica com base numa abordagem interacionista se apresenta como inovadora. É pela aprendizagem nas relações com os outros que os conhecimentos são construídos para o desenvolvimento intelectual. A interação social e cultural é essencial para a transformação do homem de ser biológico em ser social.

As relações sociais proporcionarão a mediação necessária para a apropriação do conhecimento pela criança. Através de mediação, a criança será capaz de internalizar e representar o mundo real e desenvolverá o pensamento, a linguagem, a generalização, a abstração, a memória e a percepção, como escreve Vygotsky (2008, p. 103). “O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros.”

Vygotsky (2008) defende ainda que a interação social é fator determinante para o desenvolvimento do indivíduo, ou seja, o desenvolvimento dá-se pela relação do indivíduo com o ambiente sociocultural, ele aprende e desenvolve-se a partir da interação com o outro. “A internalização das atividades socialmente e historicamente desenvolvida constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana” (VYGOTSKY, 2008, p.65).

O desenvolvimento humano está calçado nas interações e acontece a partir das relações com o outro que são constitutivas no processo de aprendizagem, pois quanto mais ele interage com o outro, mais se desenvolve mentalmente.

Ao apresentar o conceito da Zona de Desenvolvimento Proximal, Vygotsky (2008) define-a como a distância entre o nível de desenvolvimento potencial e o nível de desenvolvimento real. O autor diferencia o desenvolvimento real da Zona de Desenvolvimento Proximal. O primeiro é caracterizado por etapas já alcançadas, ou seja, é o resultado de processos de desenvolvimento já completados e o último é a capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda do outro que já tem grau de desenvolvimento mais evoluído:

A zona de desenvolvimento proximal definem aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de 'brotos' ou 'flores' do desenvolvimento, ao invés de frutos do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2008, p. 98).

A construção do conhecimento dá-se de forma coletiva. Ou seja, numa sala de aula todos - professor e alunos - estão envolvidos no processo de aprendizagem. Um aluno sozinho não é sujeito de aprendizagem, mas todos interagem entre si de forma a colaborar para o desenvolvimento da aprendizagem. Nesse caso, o professor precisa agir como mediador no processo de apropriação do conhecimento pelo aluno, intervindo de forma a direcionar o objeto de estudo para níveis ainda não alcançados pelo próprio.

Para Vygotsky, a escola tem como função promover o desenvolvimento ainda não alcançado pelas crianças por meio da intervenção do professor que precisa estar atento às necessidades e avanços de seus alunos, contribuindo não apenas para que eles progridam cognitivamente, mas também se desenvolvam como seres humanos capazes de atuar na sociedade. É nesse sentido que se apresenta o caráter inovador, a partir de uma perspectiva em que se amplia a noção de sujeitos aprendizes capazes de contemplar diferentes possibilidades de aprendizagem.

Para uma ação transformadora é necessário que o professor não só domine os conhecimentos, mas organize os espaços de aprendizagem de forma que haja interação entre os alunos e entre professor e alunos, despertando nestes últimos o desejo de aprender cada vez mais e, conseqüentemente, desenvolver e fortalecer a noção de respeito e igualdade entre todos.

Para Vygotsky (2008), o que diferencia o homem dos outros animais são as formas superiores de comportamento conscientes, que podem ser vistas por meio das relações sociais. Dessa forma, a compreensão de aprendizagem implica necessariamente na compreensão da relação do homem com a natureza e com seus semelhantes. E é através dessa relação que o

homem transforma a si mesmo e a própria natureza com o seu trabalho, produzindo conhecimento, construindo a sociedade e fazendo a sua própria história.

A inovação pedagógica configura-se na ação do professor que a partir de uma abordagem sociointeracionista propõe situações para que a criança se relacione sistematicamente com o meio, aproveitando as tendências naturais e dando livre curso para que ela se torne aprendiz autônomo. Ou seja, a abordagem sociointeracionista traz implicações educacionais positivas no modo de promover a aprendizagem. O desenvolvimento é impulsionado pela aprendizagem que ocorre na relação do indivíduo com o meio social e cultural. Assim o aprendizado e desenvolvimento se constituem mutuamente e de forma complexa.

A ação do professor precisa estar voltada para as aprendizagens dos alunos. Na teoria sociointeracionista, Vygotsky (2008) enfatiza a importância de atividades que desafiem os alunos a compreender a linguagem escrita e verbal, como instrumento simbólico que favorece o desenvolvimento.

Esse mesmo autor, nos leva a compreender que a escola precisa levar o aluno a pensar e a desenvolver suas capacidades intelectuais para que possa atuar autonomamente ao longo de sua vida. A criança precisa ser convidada a experimentar situações que promovam o desenvolvimento através de aquisições de novas maneiras de pensar e de agir, ampliando a construção de novos conhecimentos.

A perspectiva sociointeracionista também influenciou bastante o pensamento atual sobre o papel do jogo e das brincadeiras na sala de aula. Vygotsky (2008) lembra que a brincadeira é a principal atividade da criança na fase infantil. Por meio da brincadeira é que a criança aprende a interagir e compreender o mundo que a cerca, portanto, a função pedagógica no brincar apresenta-se ao estabelecer processos de aprendizagem através da representação simbólica, do “faz-de-conta” e das situações imaginárias que despertam significados para a criança.

Precisamos refletir sobre a possibilidade real de desenvolvimento de práticas pedagógicas baseadas na inclusão e no respeito à heterogeneidade. Para isso, é importante discutirmos acerca das concepções de aprendizagem e de inovação pedagógica que contribuem para o desenvolvimento dos alunos.

Vygotsky defende que a criança aprende e se desenvolve na interação com o outro, criança ou adulto mais experiente, e que a linguagem e as representações sociais têm um papel fundamental para a promoção da aprendizagem, ou seja, o desenvolvimento acontece pela relação do indivíduo com o ambiente sócio cultural. “A internalização das atividades

socialmente e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana” (VYGOTSKY, 1984, p.65).

O conhecimento é adquirido por meio do contato do homem com o meio e está diretamente ligado à cultura de cada um, para tanto, é necessário uma fundamentação por meio da reflexão e análise crítica da realidade numa constante atividade de ação – reação que deve ser retomada a cada momento. Sendo o homem considerado um ser ativo que constrói e reconstrói uma visão de mundo relacionada com sua herança genética, cultura e seu meio social, percebe-se que o organismo e o meio influenciam para a aquisição do conhecimento. Ou seja, o fator biológico e o social estão diretamente associados. O desenvolvimento do conhecimento humano é influenciado tanto pelos aspectos genéticos como pelos aspectos do meio.

Assim sendo, a inovação pedagógica sucede pela ação do professor, que age como indutor para a aquisição do conhecimento pelo aluno, definindo as prioridades para um trabalho pedagógico significativo, garantindo aos estudantes a confiabilidade para buscar suas aptidões e, conseqüentemente, elevando a autoestima por meio da credibilidade neles depositada.

A perspectiva de inovação pedagógica está relacionada a um conjunto de crenças, comportamentos e ações que identificam a aprendizagem atingida por práticas, levando os envolvidos a enxergar outras possibilidades e distinguir entre as mais variadas opções que levam à aprendizagem, dando oportunidades de discernir e entender novos caminhos para enfrentar as dificuldades.

A integração dos diferentes componentes curriculares propicia a ampliação das possibilidades de inserção dos alunos em diferentes espaços sociais de interação. Este pressuposto é corroborado pelas ideias defendidas por Vygotsky (2008), de que aprendemos na interação, ou seja, as situações de aprendizagem compartilhada ajudam os alunos a desenvolver conhecimentos ainda não adquiridos por eles. Para tanto o professor precisa buscar estratégias que sejam mobilizadoras para uma aprendizagem autônoma e que tenha significado para o aluno.

São muitos os desafios que vivenciamos nos últimos anos na busca da garantia de uma escola democrática, em que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A aprendizagem escolar é um direito de todos, que precisa ser garantido por meio de uma prática educativa baseada em princípios relacionados a uma escola de qualidade para todas as etnias, credos, culturas, etc.

## CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO (*ESCOLAR*) INDÍGENA NO BRASIL

### 2.1 Um breve passeio na história

Iniciaremos este capítulo com uma abordagem sobre a temática da educação (*escolar*) indígena no Brasil, contextualizando desde os primórdios da sua história. E, ao falarmos em educação indígena podemos nos referir às diversas práticas de ensino, desde a mais remota que tinha como objetivo catequizar e converter os índios à fé cristã, a educação tradicional com base em métodos sintéticos ou analíticos, até às que buscam inserir os alunos em práticas sociais envolvendo-os na história das relações políticas que se estabeleceram entre o Estado nacional e os povos nativos do continente, contexto no qual se localiza a presente discussão sobre o papel, dever e responsabilidades do Estado quanto aos povos indígenas, interessando, neste caso, em particular, o direito à educação escolar. Da mesma forma, podemos nos referir a práticas desenvolvidas em diferentes espaços: na família, no trabalho, na escola. Considerando que esta última é a instituição oficial responsável pelo ensino diferenciado para atender à sua clientela, podemos considerar que, mesmo nesse espaço, esse ensino tem apresentado certa dificuldade no sentido de atender as demandas pontuais específicas das comunidades indígenas.

Como abordado por Kahn e Azevedo (2004),

O desafio da escolarização indígena reside nos baixos índices apresentados pelos números associados à realidade indígena brasileira, se levarmos em conta que a maioria é constituída por microssociedades, já que 40% tem uma população não superior a 200 indivíduos. A instalação de escolas específicas tem o enorme desafio de fazer valer o respeito à diferença na perspectiva universal de igualdade de direitos. (KAHN E AZEVEDO in Uma publicação do Ibase, 2004, p.58)

Na história do Brasil, temos vivenciado em seu percurso o domínio de vários povos. Entre os povos indígenas que já ocupavam o Brasil na época de seu “descobrimento”, tivemos como pioneiros os portugueses, seguidos por franceses, ingleses, holandeses e ainda negros africanos que eram trazidos sob cativo, para o trabalho escravo. Com isso, ao analisarmos a constituição do Estado brasileiro percebe-se a preocupação das forças colonizadoras com a presença dos povos indígenas através dos períodos colonial, imperial e republicano. Pois os indígenas, no período da colonização, de donos da terra passaram a ser escravos, sendo humilhados e ridicularizados em sua cultura, tendo suas famílias destruídas e vendo suas

terras serem ocupadas e controladas por gente gananciosa que se importava somente com as riquezas oriundas das suas indígenas. Costa (1992, p. 171) afirma que “a questão indígena sempre esteve, na história brasileira, intimamente associada à construção do Estado e aos problemas militares”. Pois apesar de os primeiros contatos entre nativos e colonizadores haverem sido marcados por relações “comerciais”, entretanto, os índios acabaram por se rebelar e muitas das tribos indígenas separadas pela diversidade cultural existente entre elas se aliaram para combater a escravidão imposta pelos colonizadores.

Os índios que ofereciam resistência eram vistos como selvagens e embrutecidos, precisando ser pacificados. Esse processo de pacificação deu-se pela catequização, onde o projeto marítimo expansionista mudou completamente o perfil cultural das comunidades indígenas, trazendo a Companhia de Jesus para ensinar os índios a ler, escrever e contar, bem como lhes inculcar a doutrina cristã. O ensino praticado centrava-se na catequese, sendo totalmente estruturado sem levar em consideração os princípios tradicionais da educação indígena, bem como as línguas e as culturas desses povos.

Segundo Freire (2004),

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas (FREIRE 2004, p. 23).

A educação indígena teve início, primeiro pela exploração dos invasores aos povos indígenas que aqui habitavam, depois com jesuítas que lhes impunham a doutrina cristã e lhes inculcavam ideias de civilização totalmente diferentes da cultura indígena, ou seja, a educação indígena tinha o objetivo de por meio da catequese, tornar os índios dóceis e submissos às necessidades do colonizador, Ensinavam-lhes a língua portuguesa e eram desconsiderados suas crenças, hábitos e mitos. Nessa tentativa de aculturação, equivocada, os missionários jesuítas procuraram antes se aproximar dos indígenas, para conquistar sua confiança e aprender suas línguas, então eles procuraram fazer uma adaptação das várias línguas indígenas existentes e criaram a Língua geral para trabalhar com os índios. Esses primeiros contatos entre jesuítas e índios ocorreram ora de forma muito amistosa, onde algumas tribos passaram a viver mais como brancos do que como os índios, maravilhados pelas novidades e comodidades da vida fora da aldeia e ora em clima de grande hostilidade, quando outras tribos

24

foram incansáveis e defenderam seu modo de vida. Devido à realidade de exploração que a maioria das tribos vivia, os próprios povos sentiram a necessidade de lutar para manter a sua própria cultura. No entanto, a resistência à escravização levou a batalhas sangrentas com os colonizadores ao longo de todo processo de ocupação do território brasileiro.

O modelo de educação escolar, que vingou durante séculos nas comunidades indígenas, tinha por base um processo educativo de padronização de valores, saberes e de gestão escolar que não levava em conta as diferenças étnicas dos povos, e que tinha como objetivo impor conhecimentos e comportamentos da sociedade ocidental. As marcas desse tipo de educação continuam ainda hoje, reforçadas pelas ideias capitalistas e, embora esteja assegurado na Lei Federal a igualdade de direito entre a nação, os povos indígenas, assim como outras populações, continuam a sofrer e a serem tratados como desiguais, incapazes, por exemplo, de gerir e cuidar de suas terras, assim como de ensinar às suas crianças seus saberes.

Dessa forma, o estudo da sociedade brasileira ao longo da história é determinante para uma análise crítica de nossa realidade. Cabe então, observar a interpretação de Guimarães (1996),

Como uma das formas de viabilizar a dominação do território, prevaleceu entre as forças colonizadoras a idéia de que os ocupantes originários do território invadido, não se constituíam como unidades políticas próprias e independentes, mas como aglomerados de indivíduos sem organização sócio-cultural. Esta concepção ensejou a criação de mecanismos que tornassem estes indivíduos partes integrantes do corpo social dominante (GUIMARÃES, 1996, P. 2).

Falando em mecanismos para tornar os índios parte integrante da sociedade, pode-se enfatizar os projetos de escolarização implantados em áreas indígenas. Pois é sabido que as leis estabelecidas para regulamentar as relações com os povos indígenas têm como único objetivo o da integração.

Em 1988, a Carta Magna do Brasil em seu texto assegurou aos povos indígenas o direito às diferenças e às especificidades étnico-culturais valorizadas, cabendo à União protegê-las, inaugurando assim, novas perspectivas de relações entre o Estado, a sociedade civil e os povos indígenas, ao superar, no texto da lei, a perspectiva de integração, e reconhecer a multiculturalidade na nação. O que vale ressaltar Oliveira (1994),

A desestruturadora presença dos grupos indígenas na cena política explode o grande mito do Estado brasileiro: este não é um Estado de uma única nação homogênea, ocidental. Este é um Estado que, doravante, tem que se haver

com um Outro, ou melhor, vários Outros radicais que, não obstante conviverem dentro das mesmas fronteiras, pertencem a universos culturais totalmente diferentes, valores diferentes, relações diferentes com o ecossistema (mais funcionais, diga-se de passagem), relações de produção totalmente distintas, que falam outras línguas... (OLIVEIRA, 1994, P. 13).

É preciso reconhecer e valorizar a identidade étnica específica de cada uma das tribos e de suas comunidades indígenas em particular, compreender seus costumes e formas de se organizar, respeitando os direitos coletivos especiais de cada um por meio de um convívio pacífico.

Nesse sentido, Lopes da Silva e Grupioni (1995, p. 16) asseguram que,

Alguns dos maiores desafios políticos e sociais do século XXI serão, com certeza, a redefinição da idéia do Estado-nação e a reelaboração de procedimentos e noções que garantam, aos cidadãos e aos povos, tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença.

Percebe-se que, no decorrer destes séculos, se perderam muitas das etnias indígenas, mas temos aquelas que, embora com suas bases étnicas contrárias, se organizaram e se uniram para lutar pelo direito de respeito às diferenças e pela perpetuação de sua cultura e seus saberes. Dessa forma, hoje o papel da educação indígena é reafirmar as identidades étnicas, valorizando suas línguas e ciências e garantindo aos índios e às suas comunidades, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades, sejam elas indígenas ou não.

A escola indígena tem como objetivo manter os costumes dos povos indígenas e ensinar a sua língua junto com outras disciplinas. O currículo é diferenciado não apenas porque inclui o ensino da língua falada em cada etnia, mas também, porque deve incluir disciplinas que respondam às necessidades e interesses da própria comunidade e, partindo do princípio de que mesmo as minorias étnicas do país devem ser contempladas com uma política pública adequada. Por isso é que foram pensadas e elaboradas as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena que estabelece:

O conhecimento da prática cultural do grupo a que a escola se destina (...) Para uma ação educacional efetiva, requer-se, não apenas uma intensa experiência em desenvolvimento curricular, mas também métodos de investigação e pesquisa para compreender as práticas culturais do grupo. Assim, para a definição e desenvolvimento do currículo da escola de uma determinada comunidade indígena é necessária a formação de uma equipe multidisciplinar, constituída por antropólogos, linguistas e educadores, entre

outros, de maneira a garantir que o processo de ensino-aprendizagem se insira num contexto mais amplo do que um processo paralelo e dissociado de outras instâncias de apreensão e compreensão da realidade (MEC / SEF, 1994. P.18).

Dessa forma, a Educação Escolar Indígena nasce respaldada numa concepção de educação enquanto processo de constituição e fortalecimento de uma educação específica, intercultural e diferenciada e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as diferentes etnias assegurada pela legislação nacional que dá garantia de direito a uma educação indígena de qualidade respondendo às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais de cada grupo étnico. Cumprir a função sociopolítica e pedagógica nas escolas indígenas requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as comunidades usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as escolas indígenas de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade.

## **2.2 Os efeitos da colonização e a educação indígena**

Antes da chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, povos organizados culturalmente, através dos costumes, mitos e crenças já habitavam o território.

Quando Cristóvão Colombo chegou à América (Novo Mundo), pensou ter chegado à Ásia ou à Índia, e em decorrência disso, nominou os habitantes que ali estavam de índios (FURANI & PIÑÓN, 2011).

Os mesmos autores enfatizam que:

Cristóvão Colombo buscou um caminho direto, navegando sempre ao ocidente. Chegou ao Novo Mundo, como ficaria conhecido, sem saber que de fato era uma nova terra. Pensou ter chegado ao continente asiático: China ou Índia. Sendo assim, os habitantes foram chamados de índios, habitantes da Índia (FURANI & PIÑÓN, 2011, p. 17).

Na realidade, até então, os habitantes do Brasil nunca haviam sido chamados dessa maneira. Cada povo tinha seu nome específico da etnia (FURANI & PIÑÓN, 2011), ou em herança de outros povos, porém, a denominação índio/índia mantém-se viva em função da facilitação de conquistas quando unidos por interesses semelhantes.

Explica Luciano:

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos (LUCIANO, 2006, p. 30).

Antes dos anos 1970, início dos movimentos indígenas, ser chamado de índio era depreciativo, refletindo a ideia de que os “índios” eram pessoas inferiores em conhecimento e cultura, em comparação com a sociedade oriunda da colonização europeia.

Quanto a isso, escreve Luciano (ibidem, p. 31, grifo do autor): “De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como **parentes**”.

Percebemos que a preocupação com povos e nações indígenas não é exclusiva do Brasil.

Necessitamos, nesse momento, de enaltecer o que afirma a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos chamados indígenas ou índios.

Os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais. Os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da humanidade. No exercício de seus direitos, os povos indígenas devem ser livres de toda forma de discriminação... (ONU, 2008, p. 3):

Tudo isso em detrimento de uma inquietação relativa à época da colonização, e à submissão histórica que os povos indígenas sofreram e sofrem ao longo do tempo.

Senão vejamos:

Preocupada com o fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, territórios e recursos, o que lhes tem impedido de exercer, em especial, seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses (...). (ONU, 2008, p. 3)

Ainda de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o art. 13 enfatiza que:

Os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los (ONU, 2008, p. 10).

Daqui podemos extrair que a escola deve ser mantenedora de práticas, costumes e tradições da comunidade indígena na qual está inserida.

O índio, antes da colonização, desconhecia a instituição intitulada escola, porém, dentro de suas especificidades culturais, tem história e raízes, das quais a pedagogia utilizada era extraída. Os saberes eram transmitidos em seus idiomas nativos através da tradição oral e do exemplo, perpetuando-se ao longo do tempo de forma eficaz dentro do seu próprio habitat por pessoas pertencentes ao seu cotidiano. Freire escreve que:

Nessa sociedade sem escola, onde não havia situações sociais exclusivamente pedagógicas, a transmissão de saberes era feita no intercâmbio cotidiano, por contatos pessoais e diretos. A aprendizagem se dava em todo momento e em qualquer lugar (FREIRE, 2004, p. 15).

Com a chegada dos colonizadores portugueses a educação indígena, que vinha sendo praticada através dessa pedagogia na própria aldeia, foi interrompida em função de uma nova forma de ensinar diferente daquela a que estavam familiarizados.

O objetivo da educação implantada pelos colonizadores não era a manutenção da educação indígena, mas sim a implantação de um novo modelo que buscava a catequese e a sobreposição da cultura europeia à cultura indígena. De acordo com Freire:

Os processos de aprendizagem adotados por mais de 1200 povos que aqui viviam foram desqualificados pelo colonizador, que ignorou as concepções pedagógicas indígenas, não admitindo sequer a possibilidade de índios e

índias terem sido capazes de construir ao longo do tempo, um discurso sobre suas próprias práticas educativas. (ibidem, p. 11)

Os indígenas não aceitaram, pacificamente, a imposição da cultura colonizadora, especialmente quanto à escravidão. Foram dizimados e, dos que sobraram, a maioria evadiu-se das terras de origem para o interior do Brasil. Consciente dessa realidade, Bergamaschi afirma que:

Mesmo diante de trágica prática colonizadora que dizimou uma imensa população, nos 508 anos de contato dos povos indígenas com as sociedades não-indígenas, houve uma obstinada resistência, permanecendo até o tempo presente a diversidade das formas de vida, forjadas na trajetória de cada grupo (BERGAMASCHI, 2008, p. 8).

Até hoje, o reflexo desse fato emerge. As comunidades indígenas acabaram aculturadas ou completamente isoladas. Às localizadas em ou perto de grandes cidades, restaram a cultura e a educação impostas.

De acordo com a última pesquisa realizada pelo IBGE, o Censo 2010 informa que “817 mil pessoas se autodeclararam indígenas, o que significou um crescimento no período 2000/2010 de 11,4% (84 mil pessoas), bem menos expressivo do que o do período 1991/2000, de aproximadamente 150% (440 mil pessoas)”.

A partir dos anos 1970 e início dos 1980, evidenciaram-se movimentos indígenas organizados, com a reivindicação principal de ter acesso à escola formal, porém, já reclamavam por uma escola que não desprezasse a cultura indígena. A assembleia realizada no Alto Purus, Estado do Amazonas, em 1981, pelas nações Apurijnã, Kaxinawa, Jarawara, Jamamadi, Kulina, Makuxi e Wapixama, é um exemplo disso.

O Jornal Porantim, n. 29, p. 6, noticiou, dessa forma, o desejo dos povos indígenas de terem escolarização, porém diferenciada da dos “brancos”: “mas sim uma escola que faça com que o índio queira continuar ser índio e não desejando abandonar a aldeia; essa escola deve ter professores indígenas e ficar dentro das malocas” (JORNAL PORANTIM apud SILVA, in D’ANGELIS & VEIGA, 1997).

Focado na vontade de não perder a especificidade cultural e buscando a conquista da autonomia indígena, Grupioni (2004, p. 37) afirma que “Novos modelos de escola indígena estão surgindo, pautados por paradigmas de respeito ao pluralismo cultural e de valorização das identidades étnicas”.

Pensamos que a escola indígena deve procurar manter a especificidade cultural, mas também buscar saberes necessários a uma inserção digna na sociedade atual.

Grupioni ressalta ainda que:

É nesse contexto que os povos indígenas no Brasil têm buscado uma escola que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando-lhes acesso a conhecimentos necessários para um novo tipo de interlocução com o mundo fora da aldeia (GRUPIONI, 2004, p. 37).

Em 1988, fruto do processo de redemocratização brasileira, surge a Constituição Federal da República que, no artigo 205, afirma que a educação é garantida a todos “e dever do estado”. Naturalmente, as minorias étnicas e culturais estão contempladas na expressão “direito de todos”. Vejamos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CF/88, art. 205, s/p).

A educação dos povos indígenas ganha destaque na CF/88, especialmente no artigo 205, e também nos artigos 210, §2º, 215 §1º e 231. O artigo 210 determina que a escolarização formal, obrigatoriamente, seja ministrada em língua portuguesa e poderá, concomitantemente, ser utilizada a língua materna, bem como processos peculiares de aprendizagem.

Ora, a determinação da obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa na escolarização e apenas a possibilidade do uso da língua materna apontam para a continuidade da ingerência de uma cultura sobre a outra, o que remete às práticas colonizadoras portuguesas, em detrimento de processos próprios de aprendizagem.

No artigo 215, a Carta Magna assegura direito, conhecimento, apoio, incentivo e valorização das culturas indígenas, porém existe um parâmetro denominado processo civilizatório nacional, que apoia a diversidade cultural dentro de contexto nacional.

Além disso, o artigo 231, embora reconheça aos índios sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e ainda “direitos originários sobre as terras”, não atribui aos mesmos a capacidade de autogestão, já que no mesmo artigo, fica expressa a competência da União na demarcação, proteção e até no fazer valer seus direitos, costumes e crenças. Vejamos (ibidem):

Art. 210

(...)

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das e outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Concordando com Carvalho, podemos dizer que grandes avanços precisam ser efetivados para minimizar o fosso existente entre a Constituição e as “conquistas consolidadas na prática”.

Nossa atual Constituição, promulgada em outubro de 1988, dedica um capítulo (Dos Índios), inserido no Título III ‘Da Ordem Social’, ao estabelecimento dos direitos dos povos indígenas. Reconhece-lhes o direito à diferença, ou seja, à alteridade cultural, assegura-lhes o uso da língua materna e processos próprios de aprendizagem. Contudo, entre os preceitos legais e a realidade vivida há um espaço enorme, quase que um abismo, com exceção de algumas conquistas consolidadas na prática (CARVALHO, 1998, p. 19).

Por outro lado, constituindo-se de uma percepção diferenciada, Bonin afirma terem os povos indígenas conquistas efetivadas de acordo com o texto constitucional.

Além disso, a Constituição responsabiliza o Estado pela proteção e respeito às culturas e tradições indígenas (Artigo 210), o que implica uma atitude respeitosa dos próprios órgãos governamentais no relacionamento com estes povos e no acolhimento de suas demandas (BONIN, 2008, in BARGAMASCHI, p. 99).

Da necessidade de adequação das demais leis de matéria indígena, no que se refere à educação, foram editados decretos e portarias interministeriais. Entre eles, o Decreto n.º 26/91 sancionado pelo Presidente da República de então, Fernando Henrique Cardoso, transfere da FUNAI para o Ministério da Educação a responsabilidade de orientar a demanda da educação escolar em comunidades indígenas.

Essa transferência abriu a possibilidade, ainda não efetivada de que as escolas indígenas fossem incorporadas aos sistemas de ensino do país, de que os então “monitores bilíngues” fossem formados e respeitados como profissionais da educação e que o atendimento das necessidades educacionais indígenas fossem tratadas enquanto políticas públicas, responsabilidade do estado (GRUPIONI, S.A., p. 1).

Percebe-se aqui uma abertura para a qualificação de profissionais índios, dando-lhes condições de exercerem a docência com propriedade, tendo dessa maneira a possibilidade de dar continuidade de maneira formal à sua especificidade cultural.

Em 1996, surge, em âmbito nacional, como norteadora de todas as ações educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que, no seu art. 26, afirma que os currículos a nível nacional deverão ter uma base comum, ou seja, disciplinas iguais ofertadas nas escolas de ensino fundamental e médio de todos os estados brasileiros a ser complementada por uma parte diversificada de acordo com especificidade ou necessidade de cada local onde se encontre a escola.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, LDB, 9394/96, art. 26, s/p).

Acreditamos que essa postura da LDB, em propiciar uma parte geral curricular e outra diversificada conforme a cultura e necessidades locais, pode resultar em bons frutos se for construída juntamente com os maiores interessados: os aprendizes e os membros das comunidades indígenas. Nesse passo, Luciano afirma que:

Neste sentido, pode-se afirmar que se os instrumentos à disposição são inegavelmente mais adequados que os do passado, eles mereceriam ainda o aperfeiçoamento nas garantias de controle e na participação efetiva dos povos indígenas no planejamento, na execução e na gestão dos novos programas de educação escolar indígena (LUCIANO, 2006, p. 154).

O artigo 32 da LDB enfatiza o artigo 210, §2º da Constituição Federal determinando que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, LDB, 9394/96, art. 32 s/p.).

Mundukuru, convicto da importância dessa prática, afirma:

É preciso abrir espaço na escola para que o velho avô venha contar histórias que ouvia na sua época de criança e ensine e cante as cantigas de roda que sabe de cor. Tudo isso, não com saudade do tempo que já se foi, mas, para dar sentido ao presente, para trazer a emoção de ter vivido um tempo que muito pode ensinar aos jovens de hoje (MUNDUKURU, 2009, p. 18).

Concordamos com o autor que os mais velhos podem dar uma grande contribuição na escola diferenciada, em função de preservar a cultura, os mitos, e as crenças e ao mesmo tempo ensinar saberes necessários à vida comum entre eles.

Parece-me que nesse contexto há uma valorização da pedagogia utilizada nos primórdios, ou seja, antes do colonizador interferir na educação desenvolvida na aldeia.

Mundukuru (2005) enaltece o valor da cultura indígena e suas práticas. Segundo ele, os produtos culturais nunca desaparecem, mas permanecem vivos na memória do povo. As lendas, os costumes, as histórias, a culinária e a língua esperam apenas ser movidos para aparecerem e serem utilizadas como instrumentos de aprendizagem e valorização cultural.

De acordo com Mundukuru,

Histórias moram dentro da gente, lá no fundo do coração. Elas ficam quietinhas num canto. Parecem um pouco com areia no fundo do rio: estão lá, bem tranquilas, e só deixam sua tranquilidade quando alguém as resolve. Aí elas se mostram (MUNDURUKU, 2005, p. 9).

Ainda em relação à LDB, os art. 78 e 79 garantem “programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural e apoio financeiro a educação.” De acordo com Ferreira,

O artigo 78 determina que o Sistema de Ensino da União desenvolva sistemas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, respaldando, implicitamente a criação de um subsistema de ensino voltado exclusivamente para a educação indígena, que poderá estruturar-se de forma completamente diferenciada dos sistemas de ensino dirigidos às populações não-índias (FERREIRA, 2007, p.2).

No que toca ao artigo 79, Bergamaschi comenta:

O artigo 79 prevê o apoio técnico e financeiro da União para o provimento da educação destinada aos povos indígenas, para o desenvolvimento de currículos e programas específicos e para a elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado. A perspectiva do diálogo com as comunidades indígenas, acenada por esta lei, implica dizer que nenhum programa desenvolvido pelos estados ou municípios deverá ser planejado ou executado de cima para baixo, sem a devida participação daqueles para os quais se destina (BERGAMASCHI, 2008, p. 101).

Percebemos que, de maneira positiva, a lei prevê aos povos indígenas a efetivação de uma escola específica e diferenciada, como cita a LDB (Art. 78, 1996): “a recuperação de suas memórias históricas, acesso às informações, conhecimento técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias”, fazendo com que o índio tenha de fato perpetuação de sua cultura e conhecimentos dos saberes diferenciados de sua origem.

É pertinente citar dentro do contexto que justifica a educação indígena, a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que no seu art. 1º, determina:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprio, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (BRASIL. CEB, Resolução n. 3, 1999).

Além da preocupação com o reconhecimento da cultura indígena e preservação da diferença existente, a Resolução determina a localização das escolas em “terras habitadas por comunidades indígenas” e atendimento específico a pessoas da comunidade, tendo, de acordo com a “realidade linguística”, a preocupação de manter viva a peculiaridade de cada etnia, sendo o ensino “ministrado nas línguas nativas de cada uma das comunidades atendidas”.

A questão da educação indígena é um ponto já bastante discutido pelos estudiosos no sentido de preservar a origem das nações. No entanto, precisamos analisar as formas de atuação existentes para a promoção do aluno a partir de ações inovadoras.

### 2.3 O olhar indígena sobre a educação escolar

Precisamos reconhecer que os povos indígenas lutam para manter seus costumes, tradições e crenças de gerações a gerações, mantendo assim, suas formas próprias de educação, e que estas podem contribuir na formulação de uma política de educação escolar capaz de atender aos anseios, interesses e às necessidades da realidade hoje.

Conforme enfatiza Meliá & Temple, 2004,

Cada povo indígena tem seu sistema próprio de educação, fundamentado em três aspectos principais que conformam uma unidade: a economia da reciprocidade; a casa, o pátio, como um espaço educativo doméstico de família e da rede de parentesco; a espiritualidade, como concentração simbólica do sistema – rituais, mitos... (MELIÁ & TEMPLE, 2004 in BERGAMASCHI (2008, p. 10)

Meliá (1995), ao mencionar a temática de educação no 10º Congresso de Leitura do Brasil, argumenta,

As propostas indígenas de escola provocam medo, por parte da nossa sociedade, pelas idéias revolucionárias que colocam. As propostas de escolas pensadas pelos próprios povos indígenas, mostram-nos a inutilidade de muitas coisas; nossa sociedade já aceitou toda comédia que é a escola.

Sabemos que as comunidades indígenas vivem, cada uma, suas especificidades, com suas tradições e diversidade de culturas. Conforme o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RECNEI (1998, p. 21)

Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea.

O conhecimento das diferentes formas de se organizar socialmente dos povos indígenas dá origem ao reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem. Fato que leva muitos professores indígenas a se preocuparem em pesquisar os fundamentos e as estratégias desses processos cognitivos, para o desenvolvimento do que se entende por “pedagogias indígenas”. Essas pedagogias são identificadas nas diversas atividades feitas a partir da associação da escola com a vida comunitária, nas escolhas metodológicas para a aquisição da aprendizagem, no uso da oralidade para a construção dos conhecimentos, na organização do tempo e do espaço escolar, entre outras estratégias.

Para o RCNEI:

Os povos indígenas em todo o mundo, no contexto atual de inserção nos estados nacionais, têm contato com valores, instituições e procedimentos distintos dos que lhes são próprios. Eles têm o direito de decidir seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro. Desse modo, a escola indígena faz parte desse projeto de construção autônoma do projeto societário. Para isso, a comunidade deve participar da definição do projeto político-pedagógico da escola, das decisões pedagógicas e curriculares e da organização e gestão escolares (Op. Cit.).

A discussão sobre a educação escolar indígena gira em torno da diversidade cultural existente nas comunidades indígenas, sobretudo no que diz respeito às especificidades com relação às características próprias de cada comunidade.

Kahn e Azevedo alertam que,

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) de qualquer escola é o ponto de partida para seu currículo, e a mesma coisa ocorre na escola indígena. Não será um espanto se uma etnia optar por uma escola radicalmente avessa ao uso do português durante os primeiros oito anos de contato com o ensino escolar, e outra optar por uma escola eminentemente técnica, voltada para a formação de indivíduos indígenas aptos a atuar com a mesma desenvoltura dentro e fora de suas comunidades, por dos instrumentos de conhecimentos da sociedade majoritária (KAHN E AZEVEDO, 2004, p. 62-63).

São muitos os desafios para a educação escolar indígena, a começar pelo reconhecimento da diversidade de etnia de seus povos, o que requer uma política de formação de professores indígenas focada nas questões da interculturalidade, na produção de materiais didáticos específicos, na ampliação da oferta de educação básica nas escolas indígenas e de fortalecimento da interlocução institucionalizada e informada de representantes indígenas.

Kahn e Azevedo ainda afirmam que,

Esses aspectos superam os obstáculos administrativos e esbarram nos obstáculos políticos. Dizem respeito a uma população minoritária, não necessariamente eleitora, passível de uma multiplicidade de soluções e procedimentos, variando de acordo com as aspirações da comunidade que se beneficiará do serviço escolar (KAHN E AZEVEDO, 2004, p. 66).

No Brasil, os povos indígenas, através do Plano Nacional de Educação (PNE), têm garantido o direito às diferenças e reconhecidas suas formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras. A extensão desses direitos para o campo educacional gerou a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

A esse respeito Wilmar D'Angelis analisa que,

É uma falácia apontar as pequenas e espalhadas experiências verdadeiramente inovadoras como uma mudança no modo como a sociedade brasileira (e, sobretudo, o Estado brasileiro) encara a educação escolar para comunidades indígenas. Pior ainda é arrolar as experiências de ensino ilíngue, onde práticas efetivamente inovadoras são ainda mais raras. Na prática, provavelmente mais de 80% das escolas em comunidades indígenas no Brasil hoje ainda pratica um ensino que 'nega a diferença' e busca 'abrasileirar' o índio, levando-o a assumir lealdades patrióticas para o Brasil, transformando-os 'em algo que não eram'. A esmagadora maioria das escolas em comunidades indígenas hoje ainda serve de 'instrumento de imposição de valores (WILMAR D'NGELIS, 1999, s.n.).

Apesar do que está posto, que se caracteriza por uma negligência aos direitos dos povos indígenas, a análise feita por eles com relação à necessidade de escolas diferenciadas e às expectativas quanto ao futuro, têm sido bastante significativas no sentido de lutar pelos direitos assegurados na legislação que regula a educação escolar indígena.

Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistentemente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos. Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas (RCNEI, 1998, p. 11).

Os contextos das escolas indígenas brasileiras são diversos e, por isso, partimos do pressuposto de que qualquer proposta curricular homogeneizante esconde particularidades fundamentais dos processos de ensino e aprendizagem. Nessa diversidade de contextos, a polarização da educação oferecida nas escolas indígenas norteia muitos dos debates sobre diferentes políticas públicas.

O RECNEI aponta os princípios da educação indígena a saber:

Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais:

- uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir – e assegurar – determinadas qualidades;
- valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
- noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados – econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

Desse modo, fica claro que é preciso reconhecer a diversidade entre espaços educativos, mas não abrir mão do dever que a escola tem de garantir que todos tenham a mesma oportunidade de decifrar o mundo “de fora” do seu, para poder participar com autonomia das situações de interação com a competência e habilidades que lhe forem exigidas.

Essa vinculação diferenciada das escolas indígenas remete um novo significado às concepções sobre a educação, compreendendo os valores culturais como atividade fundamentalmente importante para uma nova realidade, onde o professor indígena precisa de uma formação específica garantida por uma política pública para atuar nas escolas indígenas.

A formação específica do professorado indígena é, hoje, forte demanda das comunidades e também um direito garantido em lei. A educação diferenciada e de qualidade só será efetivada se as próprias comunidades assumirem a docência das escolas, fazendo valer a conquista legal. Para tanto, professores precisam de programas de formação que lhes permitam concluir a escolarização básica, ao mesmo tempo em que recebam formação específica para o magistério intercultural (KAHN E AZEVEDO, 2004, p. 72).

Delineada essa apresentação da estrutura legal das escolas indígenas, faz-se necessário refletir sobre sua função sociopolítica e pedagógica, como base de apoio das propostas pedagógica e curricular dessas escolas. A educação indígena é um direito assegurado aos povos indígenas pela Constituição Brasileira de 1988 que, em seu artigo 210, estabelece: "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais".

O direito à Educação Escolar Indígena também está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB), que em seu Art. 78 aponta como objetivos:

I – proporcionar aos índios, às suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas;

II - a valorização de suas línguas e ciências; e garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (LDB, Art. 78).

Nota-se, então, que os movimentos de afirmação étnica contribuíram para um novo modelo de educação escolar. Respalhada em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar, cada povo tomou para si a tarefa de elaborar currículos escolares e propostas pedagógicas que se aproximem do seu modo de vida. Desse modo, a escola passa a ter uma nova finalidade educativa, como a valorização dos significados tradicionais e a resignificação dos conhecimentos adquiridos. A Educação Escolar Indígena é voltada às escolas localizadas em terras habitadas pelas comunidades indígenas, com a garantia de o atendimento ser diferenciado, específico intercultural e de acordo com a realidade sociolinguística de cada povo.

D'Angelis e Veiga (1997, p. 19) afirmam:

As situações de “contato” diferenciadas levaram os povos indígenas no Brasil a atitudes diferenciadas de resistência e de luta. Como consequência de uma dessas situações, em muitos pontos do Brasil agentes indigenistas se deparam com a reivindicação de comunidades indígenas expressa, simplificadamente, na fórmula: *queremos escolas para nossos filhos*.

Pode-se, dessa forma, afirmar que as comunidades indígenas estão tendo um maior amparo legal na área educacional e na preservação da sua cultura. Através desse contexto, podemos perceber uma preocupação em preservar a identidade e as culturas dessas comunidades. Pois o governo criou leis resguardando os direitos dos índios e valorizando sua

cultura. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 garante aos índios o acesso ao conhecimento proveniente de uma educação especializada, com programas e currículos específicos para a comunidade. Fato evidenciado em Silva e Ferreira (2001, p. 40):

O reconhecimento legal no Brasil, do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada e à manutenção de seus modos próprios de pensar produzir e transmitir conhecimentos é, sem dúvida, uma conquista que exigiu intensa mobilização. A regulamentação desse direito em legislação específica como a LDB e em documentos e práticas governamentais significa avanços significativos...

Para se concretizar uma educação de qualidade que acolha e valorize os índios nas suas diferentes culturas, é preciso reconhecer e respeitar sua identidade.



## CAPÍTULO 3: A PESQUISA DE CAMPO

### 3.1 Metodologia

Com o objetivo de compreender como se efetiva a prática pedagógica na Escola Municipal Indígena de Educação Povo Pitaguary, tendo como foco a realidade no ambiente pedagógico proposto aos educandos, esta pesquisa procura investigar de que forma acontece a inovação pedagógica no contexto de aprendizagem e que proposta de educação a escola oferece para o aluno dentro de suas especificidades, considerando a necessidade de sua formação integral para viver nessa sociedade plural, onde seja capaz de ser protagonista da sua própria identidade histórica e cultural.

Estas questões foram investigadas utilizando para efetivação da pesquisa a etnopesquisa que de acordo com Macedo,

A etnopesquisa é, em suma, um modo intercrítico de se fazer pesquisa antropológica e educacional. Os atores sociais não falam pela boca da teoria ou de uma estrutura fatalística; eles são percebidos como estruturantes, em meio às estruturas que, em muitos momentos, reflexivamente os configuram. Sua criticidade está na desconstrução filosófica das epistemologias normativas e na convicção de que não há ciência imparcial (MACEDO (2010, p. 10).

A etnopesquisa busca a compreensão de tecidos socioculturais em suas múltiplas facetas. Dessa forma, o conhecimento é obtido na inter-relação do pesquisador com o objeto. Não é uma observação fria e distante, ao inverso, o pesquisador olha para o objeto impregnado de sua própria cultura. É o encontro social referido em Lapassade (2005, p. 82): “A pesquisa etnográfica pode ser descrita como “um encontro social”, como, aliás, é feito na tradição internacionalista, em que se considera, precisamente, que o trabalho de campo pode ser ele mesmo o objeto de uma sociologia”.

Segundo Lapassade (2005), a pesquisa etnográfica é “um encontro social”. Para FERREIRA (1999, p. 1873), “agrupamento de seres que vivem em estado gregário” denomina-se sociedade. Num “trabalho de campo” percebemos como se relacionam as pessoas que vivem numa comunidade ou num grupo social, e o “estudo das relações” entre esses seres denomina-se sociologia. Faz-se extremamente necessário um convívio, ou seja, um “mergulhar no seu cotidiano.” Vejamos como se pronunciam Funari e Piñon acerca disso:

Um primeiro meio de conhecer um Grupo Humano qualquer, e em particular uma comunidade indígena, consiste em mergulhar no seu cotidiano, numa imersão que permeia perceber como o mundo pode ser visto e vivido de outra maneira. A forma mais óbvia e direta de conhecer os índios é, portanto, conviver com eles (a chamada “experiência etnográfica”) (FUNARI & PIÑON, 2011, p. 30).

A presente pesquisa efetivou-se na escola citada, numa sala de quarto ano do ensino fundamental, tendo evoluído no sentido de permear o cotidiano das pessoas que compõem a comunidade no entorno da escola, onde o pesquisador permaneceu despido de qualquer preconceito para então compreender intensificadamente o outro. De acordo com Lapassade:

De modo geral, a tarefa do etnógrafo é ouvir o que dizem as pessoas a respeito de suas atividades cotidianas, registrar seus comentários e relatos, encontrar informantes (sem se limitar a isso, como faziam, às vezes, ou fazem alguns antropólogos). A descrição final da vida do grupo será elaborada, principalmente, a partir desse conjunto e discurso colhidos, ao longo de investigação de campo e trabalhos a seguir, ou simultaneamente (LAPASSADE, 2005, p. 84).

Dessa forma, os procedimentos de observação participante, no contexto da comunidade escolar, tem fundamental importância para a pesquisa e tem como finalidade compreender como vivem essas pessoas, como se descortina o cotidiano na escola, como se prestigia a cultura indígena, as tradições, os mitos e a interculturalidade no espaço educacional. De acordo com Macedo, o método etnográfico tem como princípio básico a observação participante:

A observação participante, exercitada de início como um recurso metodológico, adquire um tal status, a ponto de atrair para si uma densidade teórica que transcende uma simples posição de recurso em metodologia. Uma das bases metodológicas da etnopesquisa, a observação participante (OP), termina por assumir sentido de pesquisa participante, tal o grau de autonomia e importância que assume em relação aos recursos de investigação de inspiração qualitativa (MACEDO, 2010, p. 95).

Usamos como recurso de pesquisa a entrevista. Quanto à entrevista, escreve Macedo:

A entrevista é outro recurso extremamente significativo para a etnopesquisa. Numa etnopesquisa, a entrevista ultrapassa a simples função de coleta instrumental de dados no sentido positiva do termo. Comumente com uma estrutura aberta e flexível, a entrevista pode começar numa situação de total imprevisibilidade em meio a uma observação ou em contatos fortuitos com os participantes. (ibidem, p. 102)

Buscou-se, então, desenvolver uma investigação participativa com o propósito de obter dos entrevistados a construção de um pensamento sobre o tema proposto, valorizando a participação dos sujeitos no contexto realizado. Trata-se, portanto de uma pesquisa qualitativa na perspectiva de busca da percepção e compreensão da questão problematizada na referida investigação.

Pretendemos, dessa forma, investigar qualitativamente, utilizando o estudo de caso etnográfico por compreendê-lo como possibilidade real de atender às expectativas do estudo, que objetiva analisar as práticas pedagógicas utilizadas na escola, e, com suporte desse conhecimento, sejamos capazes de (re)dimensioná-las para a transformação e emancipação da sociedade.

Vale ressaltar Yin, quando afirma que:

[...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010, p. 24).

O estudo de caso possibilita elucidar questões relacionadas com a pesquisa, por meio das observações em sala de aula e das entrevistas com os professores, com o cacique e membros da comunidade a partir das possibilidades que a observação pode proporcionar para o desenvolvimento da pesquisa desde sua compreensão dos aspectos que se relacionam ao estudo, pois Yin assevera,

A principal maneira de permanecer no alvo, naturalmente, é entender, em primeiro lugar, a finalidade da investigação do estudo de caso. Cada pesquisador de estudo de caso deve entender os aspectos teóricos e políticos da teoria, porque os julgamentos analíticos têm que ser feito ao longo da fase de coleta de dados. Sem um domínio firme dos assuntos, você poderia perder indícios importantes e não saberia quando um desvio fosse aceitável ou mesmo desejável. O principal é que a coleta não de dados do estudo de caso não é, simplesmente, uma questão de *registro* de dados de modo mecânico, como em alguns outros tipos de pesquisa. Você deve ser capaz de *interpretar* a informação à medida que está sendo coletada e saber imediatamente, por exemplo, se várias fontes de informação se contradizem, levando à necessidade de evidência adicional – como faria um bom detetive (YIN, 2010, p. 97).

A entrevista é um instrumento relevante para a coleta de dados, tal como considera Macedo quando diz:

[...] a entrevista de inspiração etnográfica, como recurso fecundo para etnopesquisa, é um encontro social constitutivo de realidades, porque fundado em edificações pela linguagem, pelo ato comunicativo, definidor de significados. Nesse sentido a entrevista é um dos recursos quase indispensáveis para a apreensão – de forma indexal (encarnada, enraizada segundo a etnometodologia) – do significado social pelos etnopedisquisadores [...] (MACEDO, 2006, p. 107).

A utilização da entrevista não estruturada ou semiestruturada, por se apresentar de forma flexível nos possibilitou maior acessibilidade na ação comunicativa, dando-nos oportunidade para compreender melhor a realidade pesquisada. E, voltando a tomar por base Macedo (2006, p. 105) “[...] se trata de um instrumento com um objetivo visado, projetado, relativamente guiado por uma problemática e por questões, de alguma forma, já organizadas na estrutura cognitiva do pesquisador”. No nosso caso, as entrevistas foram realizadas através de um roteiro flexível elaborado previamente.

Quanto à realização da pesquisa qualitativa vale citar as características fundamentais na concepção de Bogdan & Biklen (1994:47,50):

1. Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal...
2. A investigação qualitativa é descritiva...
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos
4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar o seus dados de forma indutiva...
5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa...

Dessa maneira os dados coletados foram obtidos através de registros sistemáticos realizados no cotidiano da vida diária nos sujeitos da pesquisa por meio de observações em sala de aula, entrevistas com o diretor, coordenadores e pessoas pertencentes à comunidade indígena no entorno da escola.

### **3.2 Técnicas de recolha de dados**

A pesquisa foi desenvolvida através do estudo de caso, por compreender a importância da observação minuciosa de um contexto e dos sujeitos envolvidos nele. Dessa forma, esta investigação recolheu dados através de entrevistas, relatórios, e diários de

observação. As entrevistas previamente construídas por meio de perguntas abertas foram realizadas e gravadas de comum acordo com os entrevistados, porém direcionadas de acordo com a função de cada um dos sujeitos pesquisados dentro do ambiente pedagógico priorizando as questões objetivadas no presente estudo. Foram realizadas entrevistas com o diretor da escola, duas coordenadoras pedagógicas e duas professoras.

As observações foram efetivadas no quarto ano do ensino fundamental, com visitas semanais tendo uma média de 2 a 3 visitas por semana no turno da manhã, em dias alternados de forma que pudesse observar as atividades desenvolvidas para todos os dias da semana. Ao todo, foram um total de 36 visitas, sendo 9 dessas para observação em sala de aula. No decorrer das observações foram feitos registros sistemáticos do que foi observado dentro da sala de aula e nos espaços comuns da escola.

Contemplamos em função da inexistência oficialmente registrada da história real do povo Pitaguary, um encontro previamente agendado com o cacique Daniel, considerado a maior autoridade dentro da comunidade indígena dos Pitaguary e que, confirmando relatos de pessoas indígenas da comunidade, nos deu valiosa contribuição. Conversamos também com uma família residente no local e uma jovem, hoje, fruto da escola pesquisada na sociedade local. Acreditamos que os sujeitos entrevistados significaram cada um em sua especificidade os objetivos pesquisados.

### **3.3 Local da pesquisa**

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica do Povo Pitaguary, localizada a 22km de Fortaleza-CE, na Rua Professor José Henrique da Silva, s/n em Santo Antonio do Pitaguary – Maracanaú, região metropolitana onde se situa a comunidade indígena do povo Pitaguary.

A decisão por esta escola se deu por se tratar de uma instituição diferenciada, e atender aos objetivos desta pesquisa ao oferecer uma educação indígena fundamentada nos princípios da escola assegurando aos índios seu acesso e permanência.

A opção por este tema decorre inicialmente de um olhar pessoal por esta escola, com intenção de compreender como ocorre a prática pedagógica nesse espaço. A escola trabalha no turno da manhã, do 1º ao 5º ano e à tarde do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Os alunos matriculados nesta escola são em sua maioria índios, filhos da própria comunidade, porém acolhe também crianças das adjacências. O quadro de professores é composto em grande parte por índios que são intitulados pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade

Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Vale do Acaraú (UVA), para exercer a docência específica.

Também contamos com a importante colaboração do Cacique da aldeia que foi primordial para compreendermos a realidade da escola, dos alunos, professores e especificamente do povo Pitaguary.

Para uma maior efetivação da pesquisa, também, pudemos contar com o apoio da comunidade local, identificando os principais problemas da aldeia. E, nesta perspectiva, foram observadas algumas limitações socioambientais que os Pitaguary sofrem. Outra questão bastante importante para a pesquisa foi a possibilidade de conhecermos mais profundamente o processo de ocupação da etnia Pitaguary, seja através de conversas com o cacique, ou mesmo com moradores da comunidade.

### **3.3.1 A Comunidade Indígena e sua relação com a Escola**

Nesta pesquisa percebemos o sentimento com relação a terra e à identidade dos moradores com a localidade. Foi-nos relatado sobre a importância da educação indígena para a comunidade, além do fato de contribuir para identificar os principais problemas enfrentados por essa etnia. A investigação contou com vários momentos imprescindíveis para consolidação do trabalho. Pois, para instituir uma escola numa comunidade indígena é preciso muita reflexão e discussão com os membros desta comunidade. São eles que tomam as decisões sobre como escola deve funcionar e de que maneira o currículo será desenvolvido e ministrado.

No final dos anos 80, os movimentos indígenas se fortaleceram no Ceará e o povo Pitaguary, que há muito não era reconhecido, voltou a se reconhecer como parte integrante da nação.

A tradição oral indígena repassou, para as novas gerações, que as terras eram herança pertencente aos “troncos velhos” como eram chamados seus ancestrais e que foram objeto de invasão. Ainda hoje essa história está presente na memória dos Pitaguary. Nesta comunidade, a cultura é de fundamental importância para o povo indígena, no sentido em que eles estão resgatando as tradições mais antigas, a partir dos relatos dos mais velhos, nas manifestações culturais e ainda reforçada na escola.

Compreendemos, então, que para os Pitaguarys a cultura é um conjunto de fatos da vida que precisam ser transmitidos de uma geração para outra. Pois, enquanto não houver políticas públicas, discussão a respeito da etnia indígena nas escolas e demais instituições

nacionais, a representação étnica do indígena na consciência nacional continuará a ser estereotipada. É preciso criar políticas educacionais inclusivas e permanentes para alcançar resultados positivos.

### **3.3.2 A Escola Pesquisada**

A descrição da Escola em questão é pautada em observação do espaço e em informações fornecidas pela própria escola por meio de conversas com o diretor, professores e leitura do seu Projeto Político Pedagógico – PPP.

Às 07h30min da manhã do dia 30 de Novembro de 2012, adentrando a Comunidade Indígena do Povo Pitaguary, com emoção dimensionalmente diferenciada da primeira vez que cruzamos o portão, agora convictos que é o momento exato de começar a pesquisa. Somos parte integrante desse espaço. Surge ante nossos olhos, encravada no meio das terras pertencentes aos índios Pitaguary a escola que há anos contribui com a formação integral das crianças e adolescentes da comunidade. Cercada por um muro amarelo, ostentando afixado um cocar seguido do nome Escola Municipal de Educação Básica do Povo Pitaguary, onde percebe-se no âmago dos seres que compartilham este espaço sonhos e esperanças de um futuro brilhante. A referida escola desenvolve atividades dos turnos manhã e tarde contemplando o ensino fundamental de 9 anos, com um total de 157 alunos distribuídos nos dois turnos, sendo 81 no turno da manhã e 72 no turno da tarde. Possui um espaço para organização do lanche denominado cantina, ao lado um banheiro feminino e um masculino. Uma sala destinada à secretaria, sala dos professores com um banheiro, sala da direção com um banheiro, laboratório de informática com 15 computadores ativos. Neste espaço é reservada uma parte onde funciona a biblioteca da escola. Disponibiliza-se uma mesa grande com 16 cadeiras onde se realizam leituras e atividades com os alunos. Possui ainda espaço para recreação, sendo duas quadras, uma coberta e outra denominada quadra de areia. Possui também brinquedos de madeira ao ar livre, oportunizando uma bela paisagem contemplando o verde da serra de Pacuti. Aqui as crianças se exercitam durante o recreio.

No espaço reservado para o laboratório de informática as crianças, da pré-escola ao 4ª ano, recebem uma vez por semana orientação na área da informática. Do 5º ao 9º ano duas vezes por semana em função da simulação do SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará. O SPAECE consiste numa avaliação externa em longa escala que tem como objetivo avaliar as competências e habilidades dos alunos na área de português e matemática. Os dados coletados a partir das avaliações identificam os níveis de proficiência e

a evolução da aprendizagem dos alunos e possibilita a todos os envolvidos no processo de educação a enxergar a real situação da educação básica, além de permitir o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos ao longo do tempo.

No decorrer desse período de observação tive acesso a alguns documentos da escola, como o Regimento Escolar e o PPP - Projeto Político Pedagógico da Escola que tem como objetivo desenvolver condições favoráveis à educação, tendo em vista colaborar na formação de um novo ser e conseqüentemente uma nova sociedade.

O documento afirma que:

Diante das transformações nos vários aspectos da sociedade humana a educação indígena não poderia ficar na mesmice seja em âmbito nacional, estadual, municipal e principalmente dentro da escola onde a mudança deve deixar de ser um desejo para se tornar uma prática. Mudança que de fato favoreça o ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola e na sociedade (PPP, 2010-2012).

O PPP da escola é um documento que indaga sobre seu papel como instituição numa sociedade globalizada, onde cresce a reivindicação pela autonomia contra qualquer forma de discriminação, o respeito a toda diferença e o desejo de afirmação da singularidade de cada etnia. Pois, grande parte das comunidades indígenas vive em meio a "civilização", fato que traz implicações para os índios manter seus costumes e ensinar a sua língua aliados as disciplinas escolares.

Nesse sentido o PPP, enfatiza que,

Foram muitas as lutas das comunidades indígenas do Brasil pelo direito a uma educação diferenciada de qualidade, direito este garantido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, as lutas das comunidades indígenas do Brasil é para que o governo desenvolva políticas que assegure esses direitos respeitando as especificidades das comunidades no que diz respeito à construção dos currículos, a formação dos professores, a isonomia salarial, as estruturas escolares dentre outras específicas de cada comunidade (2010-2012).

Apesar de as escolas indígenas assegurarem, por meio do PPP, um currículo diferenciado, os índios estão permanentemente em contato com a língua oficial do País, fato que gera uma grande dificuldade de preservar seus costumes e especialmente a língua materna.

De acordo com o referido documento, a escola pesquisada tem como objetivo oferecer à sua comunidade uma educação escolar indígena diferenciada que, além de garantir

conhecimentos tradicionais da cultura indígena, também assegura o direito ao conhecimento contemporâneo sendo capaz de atender os interesses, anseios e necessidades dos índios.

Ainda em seus documentos, a escola apresenta sua concepção de educação que tem como propósito formar o homem capaz de transformar a sociedade tornando-se um ser:

Participativo: que participe efetivamente da construção do conhecimento e da avaliação de desenvolvimento cognitivo e que através dessa ação possa interferir na vida escolar em busca de melhorias da qualidade de ensino que favoreça seu crescimento como cidadão em busca da transformação do social.

Crítico: tendo a capacidade de analisar criticamente as situações do dia-a-dia escolar e extraescolar, conhecer sua própria cultura, fazendo leitura do seu papel diante da sociedade e intervir na mesma quando necessário.

Criativo: que busque saídas criativas para resolução de problemas ou situações do cotidiano escolar relacionado ou não com sua ação discente.

Consciente: conhecer a sua realidade e atuando de forma objetiva buscando novos caminhos para sua realização como cidadão, pautado na efetivação dos direitos e deveres.

Cristão: que saiba respeitar a vida na sua biodiversidade. Que ultrapasse as questões que geram preconceito, divisão partindo do princípio de que todos tem os mesmos direitos diante do Deus Tupã, devendo ser amados, respeitados independente da etnia, cor, raça ou religião, que seja capaz de partilhar os sentimentos e ações que contribuam na concretização de uma sociedade menos injusta (PPP, 2010-2012).

A pesquisa teve início a partir da observação das atividades cotidianas, focando olhar nas ações e reações dos atores do processo e em seu contexto, buscando-se o aprofundamento e um conhecimento amplo sobre as questões propostas por este estudo. E, segundo Lapassade (2005:24), “A idéia básica é que ‘a realidade’ não é transcendente à atividade dos membros, mas construída ou produzida pelos membros no decorrer de suas interações...”

Dessa forma, o contexto geral da escola foi cercado de observação minuciosa e de descrição para uma compreensão crítica da realidade, ou seja, a observação das atitudes e a interação com o universo a ser pesquisado é fundamental para a percepção global e posterior reflexão crítica.

A observação em sala de aula efetivou-se num total de 9 visitas, desenvolvidas contemplando todos os dias da semana, com o objetivo determinado de prestigiar e vivenciar o horário trabalhado pela professora Odaiza em cada disciplina, desenvolvido da seguinte maneira:

<b>2ª FEIRA</b>	<b>3ª FEIRA</b>	<b>4ª FEIRA</b>	<b>5ª FEIRA</b>	<b>6ª FEIRA</b>
Português Matemática	Português História Ciências	Projeto de Leitura e Escrita (PLE)	Português Matemática	Matemática Artes Geografia Recreação

O referido trabalho teve início no dia 25 de março de 2013, segunda-feira com a primeira observação, prolongando-se até o dia 8 de agosto do mesmo ano, quinta-feira, perfazendo, como já dissemos, um total de 9 encontros.

No dia 19 de abril, denominado nacionalmente como o dia do índio, a pesquisadora foi complementada de forma enriquecedora para seu trabalho, sendo convidada para evento na comunidade indígena do povo Pitaguary, especificamente no local Mangueira Centenária, mantida pelos índios como determinado para grandes eventos e rituais pertinentes à etnia.

Por opção da pesquisadora, entrevistamos antes de iniciar a observação em sala de aula, já mencionado anteriormente, a maior autoridade da comunidade local, o cacique Daniel, uma família residente bem próximo à escola, uma jovem que foi favorável à pesquisa porque oportunamente ao esperar a condução para se deslocar até o trabalho aceitou conversar conosco, o que para surpresa nossa revelou ser fruto da escola pesquisada e especificamente no que concerne a atuação profissional no mercado de trabalho também fruto de um projeto realizado entre a escola e a rede de farmácias existentes em todos os estados do Brasil denominado Empreendimentos Pague Menos. Em função disto, afirma hoje ser protagonista consciente de sua própria de vida.

Entrevistamos ainda o coordenador pedagógico da escola, senhor Iranildo, a diretora, senhora Amilcar, a coordenadora pedagógica, senhora Joana Darke, a professora Odaiza, professora da sala observada e a professora Jaqueline que, durante a 4ª observação, encontramos como mediadora do Projeto de Leitura e Escrita (PLE), desenvolvido semanalmente, na referida sala de aula. O referido projeto tem como objetivo minimizar as dificuldades dos alunos no contexto da leitura e escrita.

Concluimos enfatizando que os sujeitos pesquisados pré-agendados e oportunamente entrevistados, contribuíram todos para o enriquecimento do trabalho realizado. Os dados aqui coletados servem para uma maior reflexão em relação à escola diferenciada, à formação pedagógica dos professores indígenas e, em especial no que diz respeito à prática pedagógica.

### 3.4 Sujeitos pesquisados: sentindo a escola e a comunidade

Os sujeitos desta pesquisa são o grupo gestor da escola formado pela diretora da escola, o coordenador financeiro e a coordenadora pedagógica e duas professoras, sendo uma delas a professora efetiva da sala de aula e a outra professora do projeto de leitura e escrita, os alunos do quarto ano do Ensino Fundamental e, ainda, uma senhora membro da comunidade indígena, uma jovem da comunidade que conseguiu avançar em seus estudos e hoje é funcionária do Grupo Pague Menos, uma rede de farmácia reconhecida internacionalmente e o Cacique Daniel, que segundo a comunidade é o grande protagonista da luta do povo Pitaguary por melhores condições de vida.

A formação acadêmica da diretora da escola é em licenciatura em Filosofia, com pós-graduação em Alfabetização. A coordenadora pedagógica tem formação acadêmica em Pedagogia e está fazendo especialização em Gestão Educacional. A professora é formada em Pedagogia. Possui 13 anos de experiência na educação.

A turma do quarto ano do Ensino Fundamental é composta de 11 alunos, na faixa etária de 9 a 10 anos de idade. Todos pertencentes à comunidade Pitaguary. E, em função de compreender melhor os valores de uma nação possuidora de uma cultura própria merecedora de respeito e de consideração, pela diversidade, a participação dos membros da comunidade indígena em nossa pesquisa não pode ser descartada,

A descrição de cunho etnográfico procura interpretar o que vivenciamos ao entrevistar os sujeitos pesquisados, todos residentes na comunidade, sendo a maioria deles envolvida no processo ensino aprendizagem ou fruto do mesmo. Como assevera Macedo (2006:83) na etnopesquisa “descrever é um imperativo, estar *in situ* é ineliminável, compreender a singularidade das ações e realizações humanas é fundante, bem como a ordem sociocultural que aí se realiza.” Pois, compreendemos que a interação com o contexto da pesquisa e o olhar atento do pesquisador são pontos cruciais para a reflexão e interpretação dos fatos.

Iniciei as entrevistas com um ser denominado a maior autoridade dentro da comunidade indígena dos Pitaguary, o cacique Daniel, atualmente fazendo o curso de nível superior denominado graduação intercultural indígena na Universidade Federal do Ceará – UFC.

Essa entrevista se deu em função da grande dificuldade de encontrar em registros oficiais a origem histórica do povo Pitaguary.

Chego à casa do cacique no dia 18 de fevereiro de 2013, uma segunda feira às 8 horas da manhã, sou recebida por uma senhora que identificou-se como sua companheira, ela me conduziu a um espaço repleto de trabalhos artesanais confeccionados com penas de animais, sementes, pedaços de árvores, cipós e raízes, todos expressando grande criatividade e beleza. Aguardo ansiosa o encontro com o homem que segundo depoimentos de pessoas da comunidade é um profundo conhecedor, vivenciador e protagonista da luta do povo Pitaguary por melhores condições de vida.

Adentro o local e quem nos saúda é um homem de pele morena claro, sem camisa, ostentando no pescoço um colar grande de dentes de animais. Ao se apresentar diz: “Sou o cacique Daniel, em que posso ajudá-los?”

Identifico-me e o interrogo sobre a história do povo Pitaguary, suas lutas, vitórias, enfim o que poderá contribuir para o meu trabalho acadêmico. Encanta e emociona a maneira como ele descreve os primórdios na comunidade, os direitos e deveres, enfim a luta por dias melhores. Nomeia com entusiasmo a conquista da escola diferenciada enfatizando que a partir dessa vitória, intensificaram os estudos e os rituais, que na sua visão possibilitam a preservação da cultura indígena e favorecem as crianças vivenciar atualmente atitudes iguais às dos antepassados. Registro aqui sua fala, diz o cacique: “a aldeia que eu acredito é aquela que você luta, preserva e realmente segura sua cultura.”

Conforme Lugo, apud Ruschmann (1997), a cultura tem origem no encontro entre culturas diferentes e se organiza através do resgate do passado, no caso específico da cultura indígena, a partir de seu modo de viver em liberdade e o respeito pela natureza e com tradição passada por seus ancestrais, enfim, o seu lugar na história.

Os fatores que originam a cultura de um povo constituem-se de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições do encontro com outras culturas e das organizações culturais previamente existentes. O homem é seu criador e transmissor formal ou informal, considerando-se sua posição na comunidade e o contexto da mesma. (RUSCHMANN, 1997, p. 50).

Percebe-se que a tradição cultural é de fundamental importância para o povo dessa comunidade. Fico admirada com sua simplicidade e com a emoção que expressa ao falar de seu povo, de suas lutas, conquistas e da história de seus ancestrais.

No que diz respeito à escola diferenciada aborda a temática com muita desenvoltura e sapiência. Comenta, ainda, "no contexto da escola diferenciada a Secretaria de Educação do

Estado do Ceará (SEDUC), proporciona cursos para que os índios se formem e se tornem professores dessa escola como determina a legislação nacional para as escolas indígenas.”

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, lançado pelo MEC em 1998:

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI: 34).

E, continua, falando sobre a condição da assistência a saúde na comunidade sempre citando as árduas lutas que antecedem a vitória. Conquistaram um posto de saúde (polo indígena) e um CRAS “Centro de Referência e Assistência Social”, sendo a saúde assegurada a contento. Em seu depoimento ele relata que não faltam médicos e nem medicamentos e há assistência física e mental aos índios da comunidade.

Ressalto ainda o entusiasmo do cacique, tento por várias vezes finalizar a conversa e ele retoma de maneira simplória e me envolve novamente no contexto. É muito bom ser bem acolhida. Compartilho a certeza de estar no momento certo, na abordagem correta paralela a minha firme decisão de desenvolver a temática escolhida para o presente trabalho.

Retomamos o tema da escola diferenciada e em sua fala ele expõe sobre as lutas até conseguir ser assegurado pela lei uma escola própria para os povos indígenas. “As escolas que o governo faz são espaçosas, bonitas, porém em meu sonho jamais pensei em ter essa grande conquista de ter nossa própria escola com professores índios, grande e principalmente dentro das terras dos Pitaguarys” (Cacique Daniel).

Entendo que nesse momento o cacique está fazendo referência a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 17 de dezembro de 1996 e promulgada no dia 20 de dezembro do mesmo ano. Essa lei está abaixo da Constituição Federal, mas é de fundamental importância porque estabelece normas para toda a educação do país. No âmbito da Educação Escolar Indígena, a atual LDB assegura a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Um deles aparece na parte do

Ensino Fundamental, no artigo 32, estabelece o ensino ministrado em Língua Portuguesa, no entanto assegura aos povos indígenas aplicar o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ainda sobre a educação escolar indígena nos artigos 78 e 79 está o Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988 enfatizando a obrigatoriedade do Estado em oferecer uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena garantindo a esse povo a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, assim como, oportunize o acesso aos conhecimentos técnicos científicos da comunidade.

Está estabelecido pela LDB, em seu artigo 78, que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

**I** - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

**II** - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

E continua no artigo 79,

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

**I** - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

**II** - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

**III** - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

Na sua visão, ter uma escola diferenciada dentro da comunidade é uma conquista que foi resultado de muitas lutas de seu povo e só veio a favorecer para o crescimento, no sentido de uma perspectiva de futuro promissor para a comunidade, facilita muito o acesso e a permanência das crianças e jovens na escola, além de proporcionar um desenvolvimento humano eficaz da infância até a adolescência, preparado durante o período de estudos.

Ou seja, a conquista da escola para a comunidade representa a abertura de muitas possibilidades no sentido de responder suas demandas e oferecer aos educandos o melhor processo de aprendizagem.

### **3.5 Objeto de estudo: A Escola**

Após adentrar na comunidade, com a conversa citada acima, retornamos no dia 04 de março de 2013. A escola pesquisada, quando no seu horário de funcionamento, tem muito da escola não indígena. Funciona de segunda a sexta-feira nos dois turnos. Antes do início da aula, acontece a acolhida dos alunos. Nesse momento o espaço começa a ganhar ares indígenas. Em minha visão são os alunos que a diferencia da escola não indígena, todos eles residentes na comunidade. Moram tão próximo da escola que não precisam de transporte para levá-los, chegam caminhando em poucos minutos.

Ao chegar à escola, encontro as crianças sendo acolhidas no pátio pela diretora e professoras. Segue-se a organização para uma dança típica do povo Pitaguary. A comunidade, dentre outras tradições, vivencia hábitos e tradições de suas origens, como a dança do Toré. Essa dança consiste na marcação por cânticos na língua portuguesa, alinhada com a dança que contam a história dos antepassados indígenas. Os rituais, as manifestações representam as transformações ocorridas no lugar e a visão que eles têm da vida e deles mesmos, legados deixados por seus antepassados e transmitidos por gerações.

Inicialmente uma professora coloca a importância do ritual para a cultura indígena. Interessante perceber que ao término da fala da professora voluntariamente todos se ajoelham, baixam a cabeça e “creio eu” fazem uma oração silenciosa. Minutos depois se posicionam em círculos, sendo um dentro do outro. Aqueles que estão posicionados no centro ficam com os instrumentos e os que estão no círculo de fora entoam o canto. Em movimentos circulares completamente absorvidos como se estivessem sozinhos no espaço repetem incessantemente: *“Quem deu esse nó não soube dar/ esse nó tá dado e eu desato já/ ô desenrola essa corrente/ deixa o índio trabalhar”*.

As crianças que não quiseram participar permaneceram quietas e atentas ao que estava acontecendo, é necessário enaltecer aqui a maneira como as crianças permanecem no pátio da escola, como se o momento fosse único naquelas vidas. O silêncio é total exceto pelo canto. O ritual termina e no mesmo silêncio as crianças são conduzidas em fila a sala de aula. Fico admirada e empolgada e, me sinto cada vez mais motivada a continuar a pesquisa.

A escola trabalha muito fortemente as tradições e culturas passadas por seus antepassados com o objetivo de conscientizar os alunos dos valores de uma cultura própria que merece respeito e reconhecimento por toda a nação. E, como assevera, Fávero (1983), podemos conceituar cultura como:

A existência humana é existência de pessoas em comunidade, ou seja, comunicação de valores de uma pessoa a outra. Uma comunidade humana só se faz sentir em razão da capacidade que o homem tem, através do conhecimento e da ação, de transformar o mundo natural em mundo de cultura. (FÁVERO (1983, p. 15)

São muitos os documentos legais que normatizam e respeitam a diversidade cultural das escolas indígenas regulamentada pela Resolução 03/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Em diversos momentos do Parecer nº 14/99, da Câmara da Educação Básica/Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), encontra-se disposta questões acerca da escola indígena. Na página 11 do referido documento, dentro do item II – Fundamentação, conceituações – 1. Criação da Categoria “escola indígena”, consta que:

[...] a escola indígena é uma experiência pedagógica peculiar e como tal deve ser tratada pelas agências governamentais, promovendo as adequações institucionais e legais necessárias para garantir às sociedades indígenas uma educação diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural. (BRASIL, 1996).

E, continuando na página 29 deste mesmo documento, no ponto V – Conclusões, está claro que:

[...] os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. O Conselho Nacional de Educação entende que uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis à definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas por suas particularidades (BRASIL, 1996).

Dessa forma, o que torna autêntica uma cultura é a oportunidade de efetiva integração e comunicação dos seus significados e valorização dos ideais passados de gerações a gerações tornando-as conscientes da importância histórica para o mundo cultural, ou seja, é preciso refletir sobre políticas públicas que deem conta desta diversidade e que respeitem a decisão dos povos indígenas, inclusive com relação a escola e a educação que é passada para sua comunidade.

Nota-se que na escola aqui apresentada, as tradições e cultura do povo indígena aparecem como valores, com objetivos a serem alcançados e garantidos e, também, exibidos e realçados e a escola indígena serve como veículo para a sua formalização e reprodução. Ou seja, o povo Pitaguary se preocupa em manter viva sua identidade por meio do contato com as lembranças de seus ancestrais passadas na escola e na família pelos mais velhos.

Percebe-se, então uma preocupação em promover uma grande mudança educacional, no sentido de que a escola venha a servir como veículo para preservação dos direitos indígenas de sua cultura, de suas terras e de sua língua, e, na construção da cidadania que busca estabelecer novos termos com o desenvolvimento econômico e político por meio do conhecimento científico e tecnológico apreendido na escola.

### **3.6 Percebendo a comunidade**

No dia 11 de março de 2013, uma segunda feira, retorno então à escola ciente de que farei a primeira observação em sala de aula. Para minha surpresa encontro a sala de aula fechada sem ninguém que possa me dar uma informação, fato que me deixa um pouco decepcionada. Decido procurar alguém na comunidade. Dirijo-me a uma casa próxima a escola, uma senhora, cujo nome é Francisca, me atende. Conto o ocorrido e indago a possibilidade de conversarmos um pouco, ela aceita e começa dizendo que é índia e que tem filhos e netos nascidos e crescidos na comunidade, mora no local a 30 anos e que antes de morar lá com sua família a casa foi habitada por seus tios e também pelos avós. Acrescenta que é costume da cultura a casa passar de geração a geração, conta que já tem na família pessoas que hoje são profissionais advindos da escola pesquisada. A filha que efetivou seus estudos na referida escola hoje faz parte do quadro de professores, todos os netos estudam na escola. Acha importante a escola estar e ser atuante na vida das pessoas que habitam a comunidade. Diz ainda que a vida no local está excelente. Não existe a necessidade de sair para solucionar as questões de saúde e educação tudo pode ser resolvido a contento.

Percebe-se também como a família vive. A simplicidade dividindo o mesmo espaço com animais domésticos, o quintal, suspenso sobre galhos secos uma plantação de verduras e hortaliças, árvores frutíferas ajudam na alimentação da família, a questão religiosa também é suprida, pois existe na comunidade uma igreja católica e duas evangélicas.

Ao sair da casa de dona Francisca observo do outro lado da rua uma jovem sentada em um banco de madeira suspenso por dois pedaços de pau em forma de V. Reconheço imediatamente o tipo de madeira, árvore típica do Ceará, denominada Carnaúba. A maneira como ela está vestida me chama a atenção. De longe denota uniforme, bem penteada e maquiada. Identifico que o local é um ponto de ônibus atravesso a rua e ousou iniciar uma conversa com a jovem em busca de compreender um pouco da comunidade onde a escola está inserida. Ela afirma que é índia e que mora na comunidade desde o seu nascimento. Iniciou seus estudos na Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguary permanecendo até o ensino fundamental. O ensino médio cursou na escola Carneiro de Mendonça que fica no Horto (bairro próximo a comunidade). Conta que ao terminar os estudos participou de um projeto efetivado dentro da comunidade. Após a conclusão do mesmo estagiou em uma farmácia da rede Pague Menos, da qual até hoje é funcionária.

Coincidentemente ou providencialmente essa moça efetivou parte dos seus estudos na escola pesquisada e isso confirma a fala da coordenadora pedagógica quando diz qual o maior retorno que o profissional da educação pode ter e ver o aluno firmado, trabalhando, efetivando o que aprendeu na escola.

Essa jovem chamou a atenção do pesquisador, por estar com um uniforme de fato de um grupo muito forte, “Empreendimentos Pague Menos”, rede de farmácias em todo o Brasil. O que me leva a refletir sobre essa comunidade sem grandes recursos, aculturada, encravada próximo a cidade de Maracanaú, mas que mesmo na simplicidade oferece recursos para que seja viável um retorno, mesmo que a longo prazo. É bom estar aqui, convivendo um pouco com esse povo guerreiro. É possível perceber isso na fala de alguns moradores, perceber a luta de um povo que enfrenta o dia a dia com uma simplicidade que lhe é peculiar.

## **CAPÍTULO 4: REVELANDO AS PRÁTICAS**

Aqui procuramos descrever as práticas pedagógicas e qual sua relação com a inovação dentro da perspectiva sociointeracionista. A análise dos conteúdos se deu a partir de estudos teóricos fundamentado em autores como Vygotsky, Pappert, Piaget, Fino, Fávero, Ferreira, Funari, entre outros, como também da análise das entrevistas a diretora da escola, a coordenadora e as duas professoras e por meio das observações feitas na escola e na sala de aula.

Levando em conta a pluralidade de relações existente na escola diferenciada, na realidade de seu contexto se faz necessário enfatizar o rigor com que se dá a investigação. E, como assevera Macedo (2016, p. 15-16) “Faz-se necessário frisar que a fenomenologia se opõe de modo direto ao positivismo, sem, entretanto rejeitar a intenção de rigor com que o positivismo interpela a realidade.”

No decorrer da investigação, pode ser coletado um vasto material através das observações das práticas efetivadas na escola e na sala de aula. Elencamos então quatro categorias de análise na busca de perceber aspectos relevantes para a inovação pedagógica. São elas:

1. Ação pedagógica na perspectiva de inovação;
2. Educação diferenciada, cultura e inovação pedagógica;
3. A educação indígena na perspectiva sociointeracionista;
4. Interação professor-aluno, aluno-aluno.

As categorias de análise aqui elencadas, vem a contribuir para o desenvolvimento do trabalho, no sentido de explicar o principal questionamento desta pesquisa: como se efetiva a prática pedagógica numa escola diferenciada e busca perceber na especificidade de educação indígena, a inovação pedagógica. Das categorias apresentadas, a primeira analisará as ações pedagógicas na perspectiva de inovação, a partir da fala da diretora, da coordenadora e da professora, fundamentando nos estudos teóricos realizados para este trabalho. As demais categorias são analisadas a partir das práticas observadas em sala de aula e dos relatos da coordenadora, das duas professoras que atuam no 4º ano, intercaladas por reflexões e citações das teorias que dão suporte a esta pesquisa.

## **4.1 Ação pedagógica na perspectiva de inovação**

Nas últimas décadas, tem sido cada vez mais difícil ensinar aos nossos alunos. São muitas as transformações sociais, a globalização por meio das tecnologias de informação e comunicação, o acelerado desenvolvimento científico, a universalização da economia que tem contribuído para mudança nos padrões de produção e de relação social. Em virtude de todos esses fatos, vivemos hoje uma sociedade em mudança que exige uma educação pautada em práticas inovadoras que sejam significativas para os alunos. É preciso buscar novas formas de levar a aprendizagem e definir rumos na sociedade.

Diversos são os pressupostos teóricos que tratam da inovação pedagógica. Dentre eles, destaca-se a ideia de que a inovação remete à ruptura e ao tradicionalismo, à construção de algo que seja produtivo, à uma prática pedagógica intencional, de natureza teórico-prática, contextualizada e que seja significativa para os alunos. Ou seja, as ideias da inovação são contrárias às práticas pedagógicas exibidas nas escolas tradicionais no decorrer da história.

### **4.1.1 Concepções da Diretora**

Conforme os objetivos da pesquisa buscou-se a princípio investigar, na concepção da diretora da escola, coordenadora pedagógica e das professoras, se a Escola Municipal Indígena de Educação Povo Pitaguary, era considerada inovadora ou tradicional. Em visita a escola para entrevista com a diretora segue o relato com seu depoimento:

Chego à escola, no momento da acolhida dos alunos. Depois da acolhida me dirijo a um espaço denominado “sala do diretor” converso com a diretora, senhora Amilcar. A mesma é licenciada em filosofia com especialização em alfabetização de crianças. Inicialmente ela me pergunta o que achei do que vi no pátio da escola. Respondo que foi um momento de muito aprendizado.

Lembro a ela o meu nome e que gostaria de conversar um pouco sobre a escola. Ela verbaliza ser uma honra muito grande saber que vai ser feito um trabalho contemplando a escola a qual ela tenta encaminhar no momento atual. Enfatiza que toda segunda feira antes de iniciar a aula é vivenciado o ritual do tore e afirma que tem uma determinação cujo objetivo é que as crianças continuem com suas crenças e cultura. “Temos que lembra-los que apesar da aculturação continuam sendo índios e em função disso não podem afastar-se dos rituais e das danças é preciso lembrar os antepassados e através disso procurar resgatar sua cultura”.

A ideia de ‘resgatar a cultura’, aqui, mencionada pela diretora, pode ser percebida como um procedimento pelo qual se tenta devolver a comunidade indígena suas raízes que estão se tornando distante para muitos índios. Enfim, percebe-se claramente que a escola tem como objetivo levar as crianças a reviver as tradições do povo indígena em sua diversidade.

Durante muitos anos às populações indígenas, tinham um modelo de educação que não respeitava a sua cultura, seus valores, sua história, que, para esse povo, o que os tornam homens são seus atos no decorrer do tempo na sua transformação e do mundo em que vivem. Nesse sentido Favero, 1983, acentua que:

O homem estando no mundo estabelece relação com a natureza, compreende-a e desenvolve um trabalho de transformação desse mundo. É nesse sentido que ele cria um outro mundo, o mundo da cultura do qual, pela sua situação de criador, ele é sujeito. E é como sujeito que ele deve participar do mundo da cultura e da natureza. Reduzi-lo a simples objeto receptor de cultura é estabelecer uma relação de dominação, negando e sufocando toda a sua capacidade criadora. (FAVERO, 1983, p. 83).

Constata-se que a escola diferenciada nas comunidades indígenas passa a ter um novo significado e um novo sentido, como forma de garantir o acesso aos conhecimentos gerais, sem, no entanto, negar as tradições, as particularidades culturais e a identidade de cada povo.

Continuando a conversa, menciono, então, a minha emoção ao presenciar o momento pelo canto da música, pelo envolvimento das crianças e pela paz que permeia o ambiente durante o desenvolver da atividade. Peço inicialmente permissão para observar uma sala de aula durante o período que for necessário a minha pesquisa. Interrogo-a sobre sua maior preocupação em relação à escola. Ela responde que sua maior preocupação é com a aprendizagem dos meninos, mas também se preocupa com a preservação da cultura indígena intensificando a participação de rituais na escola e na comunidade, trabalhando a legislação pertinente, fazendo parte de movimentos de lutas por determinadas conquistas necessárias.

Ao ser questionada sobre o sentimento dos alunos e o percentual de interesse dos mesmos sobre questões relacionadas à cultura e a história de seu povo. A resposta é que a adesão fica por volta de 50% dos alunos, mas continuam tentando incessantemente despertar as crianças para essa necessidade. Murmuram um pouco em relação à política educacional da Secretaria do Município de Maracanaú, local onde esta inserida a comunidade, em virtude de não existir em suas diretrizes, nada oficial que contemple especificamente para trabalhar em

relação ao segundo objetivo da escola. Mesmo assim, não desistem da tentativa de fazer lembrar que são índios e tem uma escola a preservar, sentem muito, também, a ausência da comunidade na escola e, em virtude disso fazem um trabalho contínuo com convites a palestras, cartazes em pontos visíveis na comunidade, porém sem muita eficácia.

Com relação aos docentes a diretora afirmou que todos são índios e habilitados para o ministério indígena. Ela revela não ser índio, fato que me causou surpresa, pois a escola trabalha a cultura e preservação da etnia e a capacitação dos professores quando a pessoa que está à frente desta não pertence à etnia. Acredito que para instituir a escola diferenciada é necessário que todos os envolvidos na escola sejam frutos da mesma comunidade indígena. Dessa forma, vale enfatizar Gersem, 1996.

[...] é necessário formar e valorizar profissionais voltados para a própria comunidade, visando a nossa autonomia e para que as escolas sirvam como instrumento para a permanência dos jovens em nossas aldeias e não como portas de saída (GERSEM, 1996, p. 10).

Há, aqui, um processo no qual os índios são levados a se tornarem, ao mesmo tempo, vítimas e cúmplices de uma visão equivocada em sua busca para resgatar a cultura, contribuindo para a sua volta a um tempo perdido de autenticidade, que procura solucionar aquilo que compreendemos como sua possível inadequação a sociedade.

Sob o olhar pedagógico, é preciso lembrar as contribuições de Vygotsky, que podem contribuir na perspectiva de práticas inovadoras, sobretudo por um vies das relações sociais estabelecidas entre o ser humano e o mundo exterior, por meio da cultura e na condição histórica e social deste. Essas relações acontecem em um contexto histórico e social, no qual a cultura é de fundamental importância, para a reflexão e interpretação do mundo real.

#### **4.1.2 Concepções da Coordenadora**

Depois da conversa com a diretora me dirijo à coordenadora pedagógica, Joana Dark, graduada em pedagogia, cursando especialização em gestão educacional. Ela afirma ser filha da comunidade, fruto da escola. Iniciou naquela escola como professora e agora assume a função de coordenadora pedagógica. A respeito da sua prática pedagógica, afirma ser um trabalho árduo em virtude das metas traçadas a serem cumpridas e da expectativa da resposta a ser dada a sociedade. E, ainda acrescenta:

“O trabalho é desenvolvido em um processo em que o aluno tem que aprender ao chegar à escola. Não se pode perder de vista trabalhar a criança enquanto família para que não se perca os valores assimilados, mas também não fuja aos interesses da comunidade, envolvê-los sem perder suas raízes. Temos a grande responsabilidade de repassar a cultura indígena com uma metodologia que seja absorvida pelo aluno.”

Com relação às práticas pedagógicas ela acrescenta: “O professor tem que se amar, ser profissional, ser um eterno pesquisador, estar sempre se atualizando para que possa ser exemplo para o aluno. O professor é o responsável total pela educação do aluno”.

A afirmativa da coordenadora me faz lembrar Paulo Freire (1996), no sentido de que o educador é um “eterno pesquisador”, no entanto, há uma discrepância na fala da coordenadora. Freire enfatiza que o ensino não depende exclusivamente do professor, como tampouco a aprendizagem é algo exclusivamente do aluno. Pois, segundo o autor “não há docência sem discência...”, visto que, “...quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”.

Abordada sobre o planejamento e sobre os docentes, a coordenadora explica que recebem orientação mensal da secretaria do município e na escola têm um encontro a cada semana onde conjuntamente com as orientações recebidas pelo município fazem um planejamento conjunto. Nesse momento é decidido as datas necessárias as atividades locais e como serão desenvolvidos os conteúdos em todas as disciplinas utilizando matérias colhidos na própria comunidade como sementes, penas de animais, bambus, dentre outros.

Nas escolas diferenciadas indígenas, há um calendário festivo que é seguido pela comunidade para as manifestações culturais, as festas tradicionais de cunho religioso e também outras comemorações e celebração dos jogos indígenas.

É importante, assinalar aqui, a presença de uma educação específica e diferenciada que utiliza características muito próprias de educar visando contribuir na formação de uma prática educacional adequada para atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da sua realidade atual e isso se dá por meio de muito diálogo, negociações e respeito às diferenças ali existentes. Novamente, me reporto a Paulo Freire, ensinar implica aceitar o novo e rejeitar qualquer forma de discriminação que venha a segregar ou separar as pessoas em classes ou raças.

O Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC lançou as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena e esclarece que “a escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, na qual, ao mesmo tempo em que assegura e fortalece a

tradição e o modo de ser indígena, fortalecem-se os elementos para uma relação positiva com outras sociedades”.

Portanto, uma política de educação escolar que venha de encontro aos interesses de seu público não pode desconsiderar essa conjugação. Na Educação Escolar Indígena, é necessário um exercício constante de negociações, cooperações, parcerias entre escola, comunidade e governo.

Ainda sobre os professores, ela enaltece os cursos oferecidos pela Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Federal do Ceará - UFC para a formação específica do professor índio. Acredita que no futuro terão como fruto dos esforços da escola profissionais que além de professores, médicos, enfermeiros, dentistas e outros que atenderão a demanda da comunidade. E continua:

“A gente confia e acredita que a educação indígena é transformadora e precisa ser para que não se extermine a história do povo. Dentro de cada ser humano índio existe um guerreiro nato que se manifesta na questão da solidariedade enquanto família e comunidade quando algo ocorre ao índio individualmente. É aí onde se percebe que o nosso trabalho pode ser reconhecido enquanto pedagogo. A nossa alegria é ver o aluno integrado na comunidade sem perder a identidade”.

Observamos o entusiasmo na fala da coordenadora e seu orgulho em fazer parte da escola, como também, de juntamente com outros professores, frutos dessa comunidade, estarem evoluindo e se especializando para que seu trabalho possa trazer progresso para o povo Pitaguary levando-os a caminhar no sentido da produção de um conhecimento próprio das comunidades indígenas sobre si mesmas, além do saber científico.

Dessa forma, a escola é vista, não apenas como um lugar de aquisição do conhecimento científico, mas também como um espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de seu povo.

#### **4.1.3 Concepções da Professora**

Continuo a pesquisa, com a professora titular da sala de aula a ser observada, professora Odaiza, que segundo ela trabalha dia a dia em sala de aula procurando inovar para obter o máximo de aprendizagem dos alunos. Quanto a abordagem trabalhada utiliza a tendência pedagógica tradicional, enfatizando sempre a cultura indígena, afirma que a metodologia efetivada em sala de aula está condicionada a um currículo determinado e

estabelecido pela secretaria municipal. Porém desenvolve atividades que permeia a vida diária dos alunos como, por exemplo, o comportamento e relações do aluno dentro e fora da comunidade indígena.

A professora faz questão de mostrar o material didático utilizado por ela. São eles: livros didáticos, paradidáticos e livros referentes aos Pitaguarys e outras etnias. Afirma, ainda, que a escola trabalha com o material do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa). Esse programa é adotado por todos os municípios do estado do Ceará, ele oferece formação continuada para todos os professores do 1º ao 5º ano efetivo no estado do Ceará e tem como objetivo que todas as crianças sejam alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental. Pois no Brasil o aluno deve ser alfabetizado durante todo um ciclo que vai do 1º ao 3º ano, ou seja, a alfabetização dos alunos acontece de forma processual. Especificamente no Ceará esse ciclo se encerra no 2º ano.

Com o objetivo de que os alunos avancem na aprendizagem da leitura e escrita, a escola também trabalha um projeto de leitura PLE (Programa de Leitura e Escrita), O PLE é de responsabilidade de outra professora. E ainda, para medir o nível de aprendizagem dos alunos, estes são avaliados através da Prova Brasil, que é uma avaliação a nível nacional e do SPAECE (Sistema Parcial de Avaliação do Estado do Ceará) que é a nível estadual.

Com os alunos procura manter um bom relacionamento tendo o máximo de aproximação em detrimento a rebeldia que se apresenta no cotidiano. Cita a interação Escola X Família, um desafio muito difícil de ser vencido, porém muito trabalhado tem sido realizado pela professora e pela escola. Vale acrescentar que nessa perspectiva, a professora considera que esse contato escola e família é importante porque muito do que somos é resultado das interações que temos com a família, com as pessoas e com o mundo.

Apesar de em sua fala inicial, a professora afirma que está sempre procurando inovar para obter o máximo de aprendizagem dos alunos, não percebi em sua ação algo que me chamasse à atenção para inovação. Pois, a inovação pedagógica acontece a partir das práticas do professor que como mediador do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem leva o aluno a se tornar um sujeito ativo e protagonista. Inovar pedagogicamente implica, na capacidade do professor para atuar de forma dinâmica considerando novos paradigmas educativos, os quais estejam alicerçados na capacidade de reflexão, de construção de alternativas que venham a contribuir para a superação de problemas sociais contemporâneos na sociedade.

Sugiro a professora Odaiza conversar um pouco com as crianças a serem observadas, ela convoca um pequeno grupo, convido-os a sentar e indago sobre o sentimento que brota em

cada coração ao acordar e lembrar que vão à escola. Em uma só resposta. O sentimento é de alegria. Pois nesse espaço há esperança de dias melhores. Quanto à maneira como a professora trabalha, eles afirmam que gostam e procuram aproveitar o máximo do que é proposto. A conversa foi curta e podemos perceber o prazer das crianças em ter esse espaço para frequentar todos esses dias, mas ainda não foi possível identificar inovação na prática da professora.

A seguir, a visão da professora Jackeline, ela cumprimenta-me e explica que desenvolve na escola um projeto denominado (PLE) Projeto Leitura e Escrita. Nas quartas-feiras trabalha com a turma do 4º ano buscando atuar de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento da leitura e escrita nos alunos. Atuando principalmente nas dificuldades de cada grupo. Indago se aceita conversarmos um pouco aceita e início a nossa conversa oportunizando a professora a falar do seu trabalho na escola. Jackeline enfatiza que desenvolve um trabalho com todas as classes da escola onde de forma dinâmica procura fazer o máximo para as crianças tornarem participativas. Desenvolve atividades com todos, mas prioriza sempre que possível aqueles que se encontram com maiores dificuldades para ler e escrever. Diz que aprecia muito as atividades apresentadas em dupla ou grupos, por acreditar ser proveitoso e eficaz. Explica que o projeto é fonte da secretaria de educação de Maracanaú de onde recebe uma vez por mês orientação para desenvolver o trabalho tendo como meta principal o despertar na criança a vontade de ler. Procura diversificar o máximo a metodologia utilizando recursos variados. Faz uso da auto-avaliação em nível de reflexão individual na perspectiva de melhorar sua prática pedagógica.

A professora enfatiza a importância de valorizar os conhecimentos já adquiridos pelo aluno para seu desenvolvimento. Vygotsky esclarece por meio da teoria sociointeracionista que o homem como um ser sócio-histórico, situado no meio, aprende na interação com o outro, portanto, se faz necessário a interação entre os pares para o desenvolvimento de habilidades. Dessa forma, a fala da professora nos remete a Vygotsky e suas teorias de ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal, no sentido em que os pares atuam para o desenvolvimento da criança, entre o desenvolvimento real, que é quando a criança já é capaz de fazer sozinha uma atividade, e o nível de desenvolvimento potencial, quando a criança é capaz de fazer com a ajuda do outro.

A professora em questão, ainda acrescenta que todos os recursos desenvolvidos com os alunos são importantes em função das atividades colaborativas dos mesmos acredita-se que a educação é construída com o outro e não sozinha.

Por tudo que foi exposto até aqui, percebe-se que a escola tem algumas situações onde se apresenta ações na perspectiva de inovação ao aplicar práticas que são contrárias a escola tradicional. No entanto, é possível perceber também práticas fundamentadas nas teorias tradicionais. É preciso rever conceitos e aperfeiçoar os métodos que atenda as necessidades dos alunos no sentido de que eles possam por meio de práticas pedagógicas inovadoras desenvolver-se de forma significativa.

#### **4.2 Objeto do Estudo: A sala de aula**

A turma do quarto ano do Ensino Fundamental, objeto do estudo, tinha 11 alunos. A sala ampla, com duas janelas grandes que favorecem a ventilação e a claridade e uma porta que dá acesso à entrada e saída dos alunos. As paredes são pintadas na cor amarelo claro e em uma delas está o quadro verde com vários pedaços de giz branco na parte inferior. As demais paredes contam com cartazes sobre diferentes assuntos feitos em cartolinas de cores variados. Composto os cartazes afixados nas paredes encontram-se também desenhos confeccionados nas atividades diárias efetivadas.

Em um canto da sala tinha um armário de aço para guardar o material didático a ser utilizado no decorrer do ano letivo, uma mesa e uma cadeira destinada à professora e 18 mesinhas com cadeiras para os alunos.

Foi nesse espaço onde tive a oportunidade de colher dados para minha investigação. A professora me acolheu muito bem e me apresentou para os alunos esclarecendo que eu estava ali para observar o trabalho a fim de fazer uma pesquisa e escrever sobre a escola. As crianças me cumprimentaram com alegria, alguns mais ousados perguntaram se o meu trabalho era somente ficar parada ali, olhando. E, no decorrer do trabalho aconteceram momentos bem significativos. Em alguns momentos, fui surpreendida com a indisciplina de algumas crianças ou mesmo a exaltação da professora querendo manter a disciplina na sala de aula.

Sentada em um canto da sala e iniciei meu trabalho, fazendo as observações e registrando no diário de campo. Tive a oportunidade de além da observação em sala de aula, também participar das acolhidas feitas no pátio da escola, festividades em comemoração ao índio, entre outra. Todos os dados foram minuciosamente registrados.

A professora e demais profissionais da escola foram bastante receptivos à minha presença, sempre respondendo aos meus questionamentos e mostrando curiosidade para com a pesquisa.

### 4.3 Em busca da Inovação Pedagógica: Descrevendo às práticas

Adentro a sala de aula as 07h10min da manhã do dia 25 de março de 2013. A professora está iniciando a acolhida. Silenciosamente tento não chamar atenção, porém a acolhida é interrompida pela mesma que explica aos alunos o motivo de estar ali, enfatizando que minha presença não vai interferir em nada na sala de aula.

Logo nesse momento percebo a indisciplina de algumas crianças quando uma delas pergunta: “ela vai ficar muda o tempo todo?” Fato que causa risada em todo o grupo.

A professora então retoma a acolhida e professa uma oração conjuntamente com as crianças motivando-as a participar integralmente. Ao final exclama: “Agora sim podemos iniciar a atividade de hoje, toma o livro de português, indica a página, orienta como será a leitura e inicia a atividade indicando o aluno que fará a leitura”.

Observo que alguns alunos leem com desenvoltura, outros lentamente e às vezes parando em determinadas palavras. De toda a turma dois meninos não conseguem ler quase nada, mesmo com ajuda da professora. Depois de encerrada a leitura é proposto uma atividade para a compreensão do texto contando efetivamente com a participação da minoria. A maioria do grupo se mantém disperso ou brincando com o colega do lado. Uma menina brinca com uma folha de papel e a outra pensativa com um olhar distante completamente alheia à atividade. Mesmo nessa perspectiva a professora prossegue sugerindo aprofundar uma ideia do texto e questiona: “Vocês acham que é certo não falar a verdade?”

Uma aluna responde: “Mentir não é tia.”

Interessante à reação da professora ao aprofundar a temática e mais ainda me admira a concentração e atenção do grupo nesse momento diante da fala da professora. Creio que aproveitando-se dos conhecimento que as crianças já possuem de seu contexto histórico, a professora Odaisa, propõe agora, a participação efetiva do grupo para nomear um a um a atividade seguinte centrada nas potencialidades de seus alunos e na relevância da construção e reconstrução do conhecimento para eles, desenvolvendo a capacidade de reflexão e de análise para um papel decisivo na sociedade. “Agora cada um de vocês vai criar uma história contando algo parecido com o texto lido. Podem até mesmo desenhar as personagens dentro do texto.”

Nessa perspectiva, pode-se perceber as contribuições de Vygotsky. A professora procurou incentivá-los à resolução da atividade por meio de práticas que fossem interessante pra os alunos, tornado-os concentrados e atentos. Dessa vez, do total do grupo apenas 3 alunos não construíram sua história de forma escrita, mas desenharam usando lápis de cor e

criando sua história por meio de desenho. Esse fato me remete a proposta pedagógica dentro dos princípios sociointeracionistas que propõe uma prática inovadora, ao procurar formas diferentes para o aluno aprender, baseada nos pressupostos sobre essência humana imersa no contexto histórico e cultural e à promoção do desenvolvimento a partir de conhecimentos já adquiridos pelos alunos e que torna a aprendizagem significativa para eles.

Assim, podemos considerar que as teorias de Vygotsky tem contribuído de forma efetiva para promover um novo olhar do professor sobre sua prática, no sentido de procurar novas práticas pedagógicas que possam atender o aluno de forma significativa. A professora fala sobre a necessidade de pesquisar sobre o que os alunos já sabem e gostam de fazer para assim despertar o seu conhecimento. O fato aqui exposto remete ao sóciointeracionismo de Vygotsky que orienta para uma aprendizagem em que o indivíduo é um ser sócio-histórico que está inserido no meio e que aprende com o outro, logo, é importante considerar a bagagem de conhecimento de cada um e a interação destes como forma de estabelecer aprendizagens significativas dentro de um contexto.

Toca o sino para o recreio. As crianças imediatamente levantam atropelando-se em direção a porta da sala. A professora para manter a ordem, exclama: “Assim não. Vamos fazer uma fila para irmos ao recreio.”

Organiza o grupo, sai da sala com os alunos e eu permaneço sozinha até o retorno do recreio.

Ao retornar a sala ela pergunta se está dando certo o meu trabalho. Respondo, e indago sobre a quantidade de alunos que frequentam diariamente. São 11 alunos, destacam-se do total 2 alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem. Terminando o recreio, as crianças entram em sala e se acomodam em seus lugares. A professora inicia sugerindo o conteúdo e a metodologia a ser trabalhada.

“Meninos quem terminou sua historinha entregar, quem não terminou faz o restante em casa e traz amanhã. Agora vamos lembrar os números em sequência. Vou começar entregando a vocês tampinhas para iniciarmos a atividade de matemática.”

Então, ela entrega 20 tampinhas para cada criança e pede que façam a contagem de 1 a 20. Depois de contar, cada aluno deve retirar 2 tampinhas do total, observando quantas ficaram. Observo que mesmo sendo alunos do quarto ano do Ensino Fundamental, somente alguns deles acertam o resultado. Nessa ocasião não percebi nenhuma intervenção por parte da professora.

Em seguida ela propõe uma operação de adição no quadro. Percebendo que as crianças não interagem propõem agrupá-las em duplas ou em trio, mas 2 alunos resistem e

permanecem sozinhos. A professora se desdobra para atender a todos. Ao terminar as atividades do dia, os alunos copiam do quadro a tarefa a ser desenvolvida em casa. Em seguida encerra a aula e as crianças deixam a sala.

Nesse momento percebo que a professora deveria ter utilizado de práticas inovadoras que levassem o aluno a refletir sobre o resultado das questões. No entanto, não foi possível visualizar nenhuma ação envolvendo inovação pedagógica, pois acredito que a inovação nas práticas seria possível ao dar ao aluno a oportunidade de elaborar hipóteses e da utilização das Tecnologias como estratégias de aprendizagem de forma que desenvolva habilidades e competências e assim aprenda a mobilizar os conhecimentos, para a solução de problema. Ou seja, a inovação pedagógica acontece por meio da ação do professor e está centrada no aluno, na maneira como ele interage colaborando com novas formas de aprendizagem.

A inovação pedagógica implica em práticas que privilegiem conhecimentos que sejam significativos para o aluno levando em conta sua inserção no contexto social e cultural. Dessa forma, é interessante referenciar Fino (2010b) ao afirmar que a inovação pedagógica traz mudanças e transformações no padrão escolar que ainda está tão enraizado no modelo fabril. É preciso uma nova postura do professor, no sentido de que ele deve estar centrado na aprendizagem do aluno, ou seja, em como o aluno aprende.

Uma proposta pedagógica inovadora surge quando a prática docente busca valorizar as potencialidades dos alunos num exercício de ação e reflexão, tornando significativa a aprendizagem por meio das relações estabelecidas entre eles. Dessa forma, referenciamos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: Introdução, ao enfatizar que “As aprendizagens em que os alunos realizam na escola serão significativas à medida que conseguirem estabelecer relações substantivas e não-arbitrárias entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos por eles, num processo de articulação de novos significados.” (1997, p.52)

Retornando a escola no dia 01 de abril de 2013, consigo chegar no momento em que a professora Odaiza vai iniciar a metodologia do dia com o conteúdo de português. Ela propõe: “Vamos abrir o livro na página 41. Faremos a leitura coletiva do poema Quanto bicho no Brasil!”

Inicia-se a leitura e percebo um descompasso no andamento da atividade. A professora insiste no comando, mas após alguns minutos interrompe e lança uma nova proposta: leitura individual. Creio que com uma esperança de melhor compreensão do texto. Mudança eficaz, pois a leitura agora flui com mais clareza. Ao final propõe interpretação oral do texto, fazendo interferências, questionando e sugerindo perguntas referentes ao assunto.

Todas respondidas a contento. Surpreendo-me com a concentração e atenção da turma hoje em sala. Coincidentemente as interrogações terminam no exato momento que toca o sino para o recreio. As crianças saem em fila.

As crianças retornam do recreio bastante exaltados e demora um pouco até a professora conseguir manter a ordem e torná-los aptos para a nova atividade. Ela escreve na lousa, questões de interpretação envolvendo gramática. Os alunos copiam as perguntas, mas percebe-se que a compreensão das interrogações foge da totalidade. Odaiza lê novamente o texto, dessa vez o faz compassadamente, procurando, dessa forma, torná-lo compreendido pelas crianças. Propõe então que retirem do texto as palavras oxítonas e proparoxítonas e também que utilizando o dicionário encontrem o significado das palavras desconhecidas existentes no texto.

Não percebemos nenhum significado dessa atividade para os alunos. A professora esforça-se o máximo para ajudá-los, porém alguns permanecem dispersos com brincadeiras em dupla ou individualmente. Ela tenta incentivar os alunos a pensar e assumir responsabilidades, mas em determinado momento se exalta e exclama: “Como vocês querem aprender se não ficam atentos a explicação e não param um minuto se quer?”

Com isso a turma volta à atenção para a atividade. Porém, antes de concluí-la toca o sino anunciando o final da aula e me surpreendo com o arrastar de cadeiras tumultuando o ambiente. Mais uma vez a professora é firme ao pedir atenção e, com dificuldade ela explica que a atividade proposta para aquele dia deverá ser concluída em casa para entregar no dia seguinte.

Na ocasião deste encontro, não percebi nenhum atributo que pudesse significar inovação pedagógica. Pois, inovar pedagogicamente, significa propor mudanças de forma planejada para melhorar a prática pedagógica. O sentido da Inovação Pedagógica se dá a partir do momento em que o saber construído pelo aluno envolve reflexão sobre os conhecimentos e autonomia para expor suas ideias, portanto, a inovação pedagógica toma o aluno como centro do processo, nos fatores que produzem formas interacionistas de aprendizagem e nos saberes significativos para o aluno, considerando sua inserção num quadro mundial de profundas transformações.

Em 10 de abril adentro a sala de aula e encontro a professora Jackeline, que não é a titular da turma, ela desenvolve na escola um projeto denominado PLA - Projeto Leitura e Escrita e atende a turma do quarto ano todas as quartas-feiras. Silenciosamente ocupo o lugar a mim destinado enquanto a professora inicia a acolhida, ela diz: “Fechem os olhos e procurem lembrar algo que viveram e os fez felizes.”

E continua: “Agora posso fechar os meus olhos. Todos estão sorrindo? Agradeçam então a Deus pela vida e pela felicidade de sorrir ao lembrar algo que viveram.”

Finaliza e propõe a participação verbal espontânea no grupo. As crianças se empolgam e todas sem exceção querem participar. Cada um conta sua experiência com motivação, alegria e principalmente privilegiado pelo silêncio, concentração e atenção do grupo inteiro. Fato que me causa admiração.

Depois da acolhida a bandeira nacional é afixada no quadro verde e os alunos são convidados a cantar o hino nacional, logo em seguida a professora faz uma leitura pausada da letra do hino. As 11 crianças presentes permanecem completamente envolvidas, então, cada aluno recebe para em grupos grifar as palavras desconhecidas.

Um aluno (Kleber) se esquia e diz que prefere trabalhar sozinho. A professora explica que sozinho ele terá maiores dificuldades em realizar a atividade e que o objetivo é que um possa colaborar com o outro. Mas a criança resiste e fica em uma mesinha sozinha.

Ela entrega a cada aluno um dicionário ao mesmo tempo em que orienta os grupos a procurar conjuntamente o significado das palavras desconhecidas.

Alguém grita: “Tia, achei retumbante.”

Ela responde de maneira motivadora: “Ótimo! Escreva então o significado no seu caderno.”

Outro aluno exclama: “Tia estou com dificuldade não sei usar esse livro.”

Mansamente ela responde: “Calma amor não é assim que se procura. Abra o dicionário na letra ”R” fique tranquila que já irei aí, se não der tempo continuamos depois.”

A aula segue nessa sintonia. A professora se desloca de um grupo ao outro, sempre mediando, procurando orientar o máximo possível e os incentivando a colaborar uns com os outros.

Surpreendentemente, Kleber, o aluno que resolveu trabalhar sozinho vai até um grupo com um dicionário, folheia-o e começa um dialogo interagindo com um grupo, e se mantém concentrado na atividade que evolui de maneira aparentemente satisfatória com o grupo.

Percebe-se aqui que a interação entre os alunos, agrupando-os de forma que um colabore com o outro, contribui para a aprendizagem colaborativa, o que pode ser considerado como aspecto essencial nas teorias de Vygotsky. A interação é relevante para o desenvolvimento do aluno. Fino (2001, p. 07) ainda acrescenta:

A interação social não se define, portanto, apenas pela comunicação entre o professor e o aluno, mas também pelo ambiente em que a comunicação ocorre, de modo que o aprendiz interage também com os problemas, os assuntos, as estratégias, a informação e os valores do sistema que o inclui.

Vygotsky considera as práticas colaborativas como essenciais para o processo de desenvolvimento. Para ele, as relações de interação contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem por meio da mediação. Ou seja, é através da interação com o outro e mediação com o indivíduo mais experiente que o aluno pode atingir as zonas potenciais de aprendizagem. Vygotsky (2007), defende que a interatividade entre os alunos aponta para a aquisição de novos conhecimentos.

O silêncio permanece no ambiente, todos concentrados na realização da atividade. A professora Jackeline continua circulando pela sala, indo de grupo em grupo, fazendo intervenções e tentando ajudá-los.

Toca a sirene para o recreio e as crianças saem calmamente em fila para o lanche e recreio. A retornar elas entram na sala ocupando cada uma o seu lugar. A professora relembra que cada um deve se enquadrar novamente em seu grupo de trabalho para retomada e conclusão da atividade.

Das 11 crianças, 5 crianças não concluíram a atividade, mesmo assim, a professora a estimula enfatizando os aspectos que elas conseguiram avançar. E entregue para a turma os desenhos da bandeira para colorir. Elas crianças interagem livremente na sala trocando lápis de cor. Depois de terminada, a pintura da bandeira é exposta num cordão existente na sala de aula.

A última atividade proposta pela professora para o dia é a produção de um texto com o tema: A nossa pátria. Ela explica detalhadamente como produzir o texto.

Chega o final da aula e percebo que alguns alunos não conseguem escrever quase nada. No entanto, observo que a aluna Jamile, se entusiasma e consegue escrever, ainda que de forma bastante precária, o texto abaixo:

“Eu amo a minha pátria

Eu amo a minha pátria por que é muito importante para mim, a pátria é a Bandeira do Brasil e ele é muito acolhedor para nós todos desse Brasil todo eu amo a minha pátria de verdade ela nos salvou de coração o verde significa a natureza amarelo ouro, azul céu, branco paz”.

Percebo o esforço da professora que consegue, com sua prática pedagógica, mobilizá-los para o trabalho em colaboração, experimentar novas posturas que se exprimem

através do comportamento e da ação de professora e alunos para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula de forma significativa. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, (1997, p. 52) “a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsavelmente perante elas”.

#### **4.4 Educação diferenciada, cultura e inovação pedagógica**

As 7:10 da manhã do dia 16 de abril de 2013 chego a escola exatamente quando a prof. Odaiza conduz as crianças a sala de aula. Ela reza o Pai Nosso como acolhida. Ao terminar a oração lê sobre amizade. Interroga ao grupo sobre quem tem um amigo de verdade. Espontaneamente as crianças vão contando experiências vividas que envolvem o tema abordado.

Depois da acolhida a professora fala sobre o conteúdo que será estudado. Artigos definidos e indefinidos. Ela inicia a atividade, em um círculo. Lê o texto: Os três porquinhos e um bebê. Após a leitura usando recortes que lembram a história do texto vai fazendo perguntas sobre as mesmas, a cada pergunta proposta surge um barulho, todos querem participar ao mesmo tempo e ela explica que todos devem e vão participar, mas um de cada vez. Concluída a socialização das respostas a professora explica através de um papel madeira o que são artigos definidos e indefinidos detalhadamente. Durante a explicação surge um desentendimento entre dois alunos dentro da sala de aula e a professora se agita um pouco até resolver a situação. Afirma ainda: “Eles fazem isso para chamar atenção.”

Depois da explicação, pede aos meninos que resolvam a atividade proposta no livro didático. Percebo que cada aluno tem seu material individual. As crianças tentam efetivar a atividade enquanto Odaiza passa de mesa em mesa auxiliando-os e orientando-os nas dificuldades.

Toca a sirene para o recreio que tem duração de 20 minutos. Ao retornar, depois de acalmá-los, a professora explica que vão concluir a atividade iniciada anteriormente no dia seguinte. Recolhe todo o material e lembra-os que estão no mês de abril e logo comemorarão o dia do índio. Enfatiza compreender que todo dia é dia do índio, mas sabe-se que existe no calendário um dia específico para comemorar comunitariamente. O grupo é dividido em trio e inicia-se atividade de pintura, desenho e colagem enaltecendo o povo indígena, que serão utilizados na data da comemoração - 19 de abril, dia do índio.

O ensino dentro dos princípios religiosos permanece ainda muito forte, reforçando um caráter tradicional da escola que se constitui como um modelo profundamente arraigado ao sistema educacional, prevalecendo o modelo de educação passada pelos jesuítas durante o período de colonização quando se deu os primeiros vestígios da educação no Brasil. Após a chegada dos padres jesuítas, em 1549. Estes se voltaram para a catequização e “instrução” de adultos e adolescentes índios. Características fáceis de ser percebida na escola que toma por base a tendência tradicional de ensino, especificamente no que diz respeito ao ensino religioso.

No decorrer da história são muitas as situações de discriminação e desrespeito para com as culturas indígenas. No entanto, reconhecer e valorizar as identidades específicas das comunidades indígenas, conhecer suas formas tradicionais de organização e de apropriação da cultura são atitudes de intercâmbio cultural e de respeito a direitos coletivos históricos. Com a atual Constituição (1988), os índios passaram a ter direito a uma escola específica, que busca a valorização do conhecimento tradicional vigente em suas comunidades. E, de acordo com os Referenciais para a formação de professores indígenas:

A obrigatoriedade de ouvir as comunidades indígenas quanto à sua demanda educacional (quantitativa e qualitativa). São elas as únicas detentoras do legítimo direito de decidir que educação escolar querem, o que as suas escolas devem ou não ensinar, quais os objetivos desse ensino e a sua adequação aos seus projetos de futuro. Isso se traduz no respeito e no atendimento das demandas indígenas em relação às escolas, de forma que projetos de formação de professores indígenas e implantação e ou implementação de escolas retratem com fidelidade as propostas dessas comunidades. (BRASIL, 2002, p. 71)

A legislação nacional garante aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, com vistas a atender toda a heterogeneidade dos grupos indígenas existentes no Brasil em duas vertentes: oportunizar o acesso aos conhecimentos universais e, realizar práticas pedagógicas que orientem para o respeito e a sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. Ou seja, a educação diferenciada, deve ser pautada no respeito às diferentes situações socioculturais e sociolinguísticas de cada povo indígena, como também em relação as diferentes formas de resgatar e preservar sua cultura e de seus ancestrais.

Em decorrência da importância do Dia do Índio para a comunidade indígena dos Pitaguays, por oportunizar ao aluno conhecer e valorizar as diversas expressões culturais dos povos indígenas, decidimos participar do evento a ser realizado pela escola de mangueira centenária.

Para o aluno, importa ter segurança da aceitação de suas características, ter disponível a abertura para que possa dar-se a conhecer naquelas que sejam experiências particulares suas ou do grupo humano a que se vincule e receber incentivo para partilhar com seus colegas a vivência fora do mundo da escola, mas que possa ali ser referida, como contribuição sua ao processo de aprendizagem. (PCN: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, 1967, p. 54)

Ao chegar à escola encontro as crianças organizadas em círculos cada grupo com a sua professora conversando sobre a importância do dia de hoje para a etnia. Após o primeiro momento as crianças se deslocam até uma sala de aula onde assistem a um vídeo sobre o povo Pitaguary com duração de 12 minutos mostrando a luta pelas terras seus direitos e os frutos advindos dessas lutas. Ao terminar a diretora avisa que farão um lanche e após se deslocarão para fazer o percurso da escola até a mangueira centenária onde conjuntamente com a comunidade dos Pitaguarys efetivarão rituais em comemoração ao dia do índio.

Nesse momento permaneço junto ao grupo da minha pesquisa, observo que a cultura indígena se renova por meio do estímulo ao entendimento e ao respeito às suas tradições que são compartilhadas por todos os membros da comunidade. A escola indígena diferenciada pode ser vista, assim, como “um instrumento para a interlocução entre os saberes da sociedade indígena e a aquisição de outros conhecimentos: pontilhão de dois caminhos, lado a lado, de conhecimentos indígenas e conhecimentos não-indígenas” (BRASIL, 1998, p. 59).

#### O DESLOCAMENTO: da escola à mangueira centenária

Inicia-se a caminhada até a mangueira centenária, considerado pelo povo Pitaguary, árvore sagrada local, onde acontecem rituais sagrados e onde se tomam grandes decisões. Encontra-se situada a cerca de 2km da escola. Durante o deslocamento a organização dos alunos permanece inalterada e cada grupo conduzido pela professora é responsável por um canto que será acompanhado por todas as pessoas da escola durante a caminhada. A beleza da paisagem, o terreno com seus altos e baixos, o açude, a vegetação muito verde e a natureza exuberante contribui para a disciplina dos que fazem a caminhada. Já com 23 minutos de caminhada lenta, a empolgação e organização permanecem intactas. É importante ressaltar que nenhum serviço de som acompanha esse cortejo. Percebo emoção e compromisso de um povo que realmente valoriza a beleza do lugar com um coração carregado de entusiasmo através de um canto simples, mas entoadado com amor, dedicação e seriedade da maioria

crianças que nesse momento entusiasticamente cantam com o coração enaltecendo o que acreditam: O valor da etnia

Chegando ao local destinado. A Mangueira Centenária ou Mangueira Santa, encontramos cerca de 50 pessoas extremamente organizadas, em silêncio total. Observando de forma mais atenta percebo que mais pessoas chegam ao local e indago a professora Odaiza, se todas moram na comunidade, ela afirma que nem todos moram na comunidade. Mas são todos índios Pitaguaries que moram nas adjacências da comunidade como Pacatuba, Horto, e de Maracanaú, todos formam uma grande família. Posso constatar que há um movimento de educação e interculturalidade onde a escola diferenciada é, para os indígenas, antes de tudo, aquela que passa uma educação para o respeito as tradições e diferenças de cultura existente em cada comunidade, reconhecendo-a como parte da história.

No evento estão presentes também todos os alunos das duas outras escolas que pertencem a comunidade. A escola diferenciada CHUI e a escola ITA-ARA. Todos os alunos devidamente caracterizados como pede o ritual. Vale ressaltar que a organização e principalmente silêncio se mantém no local apesar do grande número de pessoas presentes.

Inicia-se as apresentações e cada escola representada por um número de alunos entoam um canto com uma dança ou um teatro característico da cultura indígena. Após as apresentações segue-se a escolha da garota Pitaguary em clima de muita animação mas de admirável respeito.

Finalizado esse momento festivo faz-se um silêncio total e um canto é erguido com muita fortaleza entoado por um índio acompanhado ao som de um tambor. Ao final o pajé inicia seu discurso enaltecendo esse momento festivo lembrando os antepassados, suas lutas e vitórias. Convida então o cacique Daniel para fazer uso da palavra. Ele agradece a presença de todos e sensibiliza o grupo para o momento maior do encontro matinal (a dança do toré). Todo o grupo presente, adultos e crianças, espontaneamente se dão as mãos perfazendo um enorme círculo na mangueira centenária e em atitude de total solidariedade se organizam para homenagem aos antepassados. Formam-se dois círculos, um dentro do outro e se organizam harmoniosamente de forma que um toca os instrumentos e o outro entoam o canto.

*Quem deu esse nó não soube dar (2 X)*

*Esse nó tá dado*

*E eu desato já*

*Ô desenrola essa corrente*

*Deixa o índio trabalhar*

É fantástico ter o privilégio de vivenciar um ritual dessa magnitude onde crianças das escolas pertencentes à comunidade, jovens, adultos e pessoas idosas indiscriminadamente em atitude irmanada se dispõem com grande entusiasmo e respeito acompanhado ao som de maracás e tambores proferem um canto em sintonia perfeita. Reconhecer e respeitar as culturas e tradições de seus ancestrais é fundamental para a valorização do ser humano, no que diz respeito aos direitos iguais para todos, independente de raça, credo, etnia, etc.

Quase que eternizando esse momento as vozes vão diminuindo a intensidade quando finalmente o cacique Daniel pede finalmente a palavra. Ele parabeniza o grupo, efetiva uma belíssima oração e em um clima de silêncio total onde se ouve perfeitamente o canto dos pássaros encerra o evento. Educação, disciplina e organização se percebem nesse local. Calmamente e em silêncio completo as pessoas se despeçam e a mangueira volta a ficar sozinha erguida sobre suas raízes gigantescas.

Percebe-se que esse momento é de extrema importância para os povos indígenas por permitir aos menores a perceber qual seu papel para a valorização e o respeito à cultura, assim como, a superação do preconceito e da discriminação. De acordo com os PCN: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, (1997, p. 57):

... “a problemática que envolve a discriminação étnica, cultural e religiosa, ao invés de se manter em uma zona de sombra que leva à proliferação da ambiguidade nas falas e nas atitudes, alimentando com isso o preconceito, pode ser trazida à luz, como elemento de aprendizagem e conhecimento do grupo escolar como um todo.”

No entanto, apesar dos avanços educacionais e de experiências exitosas que vem sendo conduzidas em muitas escolas diferenciadas, ainda percebemos dificuldades na ação dos professores em trabalhar com diferenças porque, muitos de nós, ainda somos movidos por uma visão universalista e convergente, que identifica na escola a tarefa de moldar os alunos para a vida social, como se existisse um modelo único de sociedade e de cultura.

#### **4.5 A educação indígena na perspectiva sociointeracionista**

Na sociedade, encontramos uma série de atitudes preconceituosas. E, embora se trate de um grupo social ainda fortemente estigmatizado, é inegável que a atuação destes nos movimentos sociais tem provocado mudanças sobre os diversos grupos indígenas. O preconceito contra os povos indígenas vem sendo fortemente combatido nas últimas décadas e têm contribuído para a superação do estigma que os retrata como primitivos

violentos. Cada vez mais vemos índios ocupando a cena pública de diferentes formas. A luta contra a desigualdade constitui uma das muitas bandeiras dos que reivindicam condições iguais para todos e exige um olhar sociointeracionista, que, convoca as diferentes ciências e saberes para compreender a correlação entre essas formas de discriminação e construir formas igualmente interacionistas de enfrentá-las e de promover a igualdade.

Maio mês da primavera. Retorno à comunidade no terceiro dia do mês e ao passar pelo portão ainda sinto a emoção da última visita. Chegando à escola entro na sala de aula no momento em que Odaiza finaliza a acolhida. Em seguida ela fala da história “Moleque de Recados”. Antes de iniciar a leitura, faz uma predição tentando fazer as crianças compreenderem um pouco da história. Após, inicia a dinâmica fazendo uma pergunta ao grupo: “O que vocês acham que é “Moleque de Recados?”

As crianças se atropelam na sala respondendo todas ao mesmo tempo. Novamente a orientação: “Meninos, por favor, um de cada vez! Depois da fala de um o outro começa a falar.”

Continua o barulho conjunto até que o aluno Jailson levanta a mão e diz: “Professora Moleque de Recados é alguém que fala muito!”

Sabrina diz: “É alguém que leva recado para outra pessoa.”

A professora parabeniza a aluna e aprofunda a pergunta: “O que será que ele moleque de recados fará nessa história?”

Em coro respondem: “Ele vai levar recados.”

Então ela inicia a leitura da história e as crianças permanecem em silêncio atentas a olhar para a professora. Ao finalizar a leitura interroga: “E então a história diz o que vocês falaram antes da leitura sobre o menino de recados?”

“Sim!” Afirmam em coro.

Odaiza finaliza a atividade de leitura e inicia o conteúdo de matemática. Entrega a cada aluno um caderno do PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa, contendo atividades diversificadas. Fala sobre a atividade escolhida. Observo a dificuldade de cada aluno para efetivar o exercício. A professora distribui material para minimizar a dificuldade na resolução da atividade.

Toca o sino e a atividade é interrompida pela agitação dos meninos para sair da sala. Odaiza se altera tentando organizar a saída para o recreio. Destaco que a professora não faz a intervenção necessária para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, característica fundamental da aprendizagem na educação tradicional. Logo, não há prática pedagógica inovadora em sua ação.

Acompanhando as crianças em seu fazer diário aparece, nos belos e expressivos olhos negros, a curiosidade, que busca apreender o mundo, descobri-lo para si. [...] O aprender, acionado pela curiosidade, privilegia a observação, que configura um traço sobressalente e que busca no fazer, muito mais do que no dizer, possibilidades concretas para o aprender. [...] Especialmente os pequenos têm nos irmãos maiores e nos adultos seus parâmetros e, através da imitação, constroem seus comportamentos particulares. Nesse sentido, desde pequena, a pessoa observa, inspirando-se naquilo que a rodeia, tendo como exemplo as imagens que estão a sua disposição, buscando assemelhar-se ao outro e a partir daí constituir um comportamento próprio, que também o distinga. [...] desenvolvem-se a partir dos modelos que observam, imitando e, principalmente, fazendo. [...] o aprender, mais do que o ensinar, está intensamente presente na vida das crianças e das pessoas em geral [...] (BERGAMASCHI, 2005b, p. 155-156).

No entanto, ela se esforça para que a aprendizagem aconteça. No retorno do recreio ela propõe que a atividade seja finalizada e logo em seguida é feita a correção coletiva da mesma, tentando a participação de todos e ao mesmo tempo tirando as dúvidas existentes. Ao terminar a correção é nomeada no mesmo caderno a atividade a ser feita em casa. Inicia-se uma agitação geral na sala. É dia de recreação e a turma está animada porque haverá uma disputa entre o quarto e o terceiro ano.

Reconheço que mesmo com as grandes inovações tecnológicas e mudanças nos sistemas de ensino que teve uma grande evolução a partir dos meados do século XX, a escola mantém inalterável os métodos e instrumentos da modernidade.

No dia 21 de maio de 2013 chego à escola e as crianças estão ainda no pátio. Seguem para sala de aula. Inicia-se a acolhida feita pelas crianças. Em seguida a leitura do título da história: O que é noite escura. A metodologia utilizada para a leitura é através da predição por perguntas e respostas. Novamente todos querem responder conjuntamente. Odaiza tenta organizar para que as falas sejam respeitadas, falando um de cada vez. Quando de repente um grito: “Tia o Kleber me beliscou olha meu braço.”

Ela se volta para Kleber: “Kleber vou lhe dar apenas uma chance antes de mandá-lo para a coordenação.”

Kleber fica quieto e a professora tenta finalizar a atividade de português. Parabeniza o grupo e avisa que a aula terá horário corrido em função de uma reunião para todos os professores da escola. Em seguida, propõe o tema a ser trabalhado. Artes. Um elefante será confeccionado e depois exposto no varal que fica na parede da sala. Ela distribui o material a ser utilizado e as crianças iniciam as atividades em grupo. Percebi que mesmo trabalhando

conjuntamente os elefantes são diferentes, creio que em função das características e escolhas individuais de cada um.

Odaiza explica o exercício de casa. O contexto contemplado será geografia. Os alunos farão uma entrevista com um adulto e devem pesquisar e registrar como era a paisagem na comunidade quando o entrevistado era criança, o que faziam na época para preservar a natureza, como era o recolhimento do lixo. Após a entrevista cada aluno vai descrever como é a natureza hoje na comunidade fazendo um paralelo com o passado.

Posso constatar que são muitos os fatores que dificultam o trabalho do professor. Ensinar, hoje, é uma tarefa que requer do professor, além do conhecimento teórico, afetividade, atitude ética e estratégias de solução de conflitos. E este, por sua vez, não se sente preparado para trabalhar com a questão da indisciplina dos alunos, tratando-os de forma autoritária para manter a disciplina na sala de aula.

No dia 11 de junho de 2013, às 7h e 45m, entro na sala de aula e a professora está iniciando a atividade de artes com as crianças. A finalidade da atividade hoje é resgatar a vivência dos eventos na mangueira centenária. Farão em grupos cartazes relacionados ao dia do índio e outras atividades vividas no local. A Mangueira Centenária é visitada em épocas preestabelecidas por todos que pertencem a comunidade, sendo, portanto considerada como patrimônio e lugar de preservação da cultura do povo Pitaguary. Cada grupo composto por 3 crianças recebe da professora tesoura, cartolina, revista e cola colorida. As crianças deverão criar frases e ilustrar com figuras relacionadas ao que acontece no local citado. Empolgados permanecem concentrados na atividade.

Após um tempo de calma, Sabrina exclama: “Tia o Kleber cortou bem no meio a figura que eu escolhi.”

Outras reclamações se seguem. Odaiza se zanga, altera a voz pede silêncio passando de grupo em grupo tentando manter a ordem.

Atividade concluída. Os cartazes confeccionados com muita criatividade agora permanecem afixados a uma parede da sala de aula. As crianças saem para o recreio. No retorno Odaiza já havia providenciado em cada mesinha o livro de gramática, e pede que abram o livro na página 36. “Será trabalhado os gêneros feminino masculino e singular e plural”.

Ela inicia o conteúdo explicando detalhadamente o que é cada um dos gêneros. Repete a abordagem várias vezes até a compreensão total. Propõe a atividade e pede para resolver individualmente. No final ela faz a correção coletiva, oportunizando cada aluno com um momento de participação individual.

Na atual conjuntura em que vivemos precisamos de um novo modelo de educação, que esteja voltada para a formação de um novo homem e seja capaz de prepará-lo para um mundo em constante evolução. É necessário preparar o homem para um mundo de dúvidas, conflitos e indagações que clama por um novo modelo de educação.

#### **4.6 Interação professor-aluno, aluno-aluno.**

Em 26 de junho, consigo chegar à escola antes do início da aula. Entro na sala junto com os alunos. Odaiza propõe algo diferente, ela diz: “Vamos escolher um coleguinha e desejar a paz de Jesus para ele.”

O grupo hoje está completo são 11 crianças. Cada aluno escolhe seu par, mas Jamille fica sozinha. Odaiza a convida para ficarem juntas. O silêncio permeia o ambiente. As duplas se abraçam e após o desejo de paz a professora propõe a oração da Ave Maria para finalizar a acolhida

A aula inicia e Odaiza propõe trabalhar a disciplina de artes. Diz a professora: “Vamos confeccionar um boneco utilizando caixas de fósforo e fios de lã.”

Ela distribui o material explicando que a montagem do boneco será individual. Passa rapidamente nas mesinhas, mas de repente surge um foco de desatenção quando Kleber mexe com o Jailson fazendo uma grande confusão. Odaiza interrompe a atividade e durante 4min fala sobre o comportamento geral da sala de aula.

Algumas crianças que estavam absorvidas com a atividade olham para a professora, sem entender o porquê da interrupção do trabalho. Após sua fala a atividade é retomada, finalizada e os bonecos colocados no cantinho de arte.

Toca o sino e as crianças saem para o recreio. No retorno é feito um momento de relaxamento com os alunos. A professora coloca uma música e pede para todos os alunos baixar a cabeça na mesinha fazendo silêncio e ouvindo a música. Percebi que a estratégia da professora para acalmá-los funcionou. Todos permaneceram calmos durante e após o relaxamento.

Em seguida há um debate sobre o conteúdo de história que versa justamente sobre a comunidade dos Pitaguárys. Odaiza reforça sobre as lutas, conquistas, suas organizações e o suprimento de necessidades dentro da comunidade. No final da explicação escreve no quadro um questionário e pede que todos copiem e respondam de acordo com sua compreensão. A professora circula na sala procurando ajudar os alunos que tem mais dificuldade em realizar a atividade.

Enfim, toca o sino para o termino da aula e parte da atividade fica para ser concluída em casa.

Percebi uma mudança da postura da professora. Pois, como é sabido, o desenvolvimento humano acontece num movimento de colaboração e de diálogo. É na interação com o outro que acontece o desenvolvimento de ações concretas. Conforme Papert, “O trabalho sendo realizado no período concreto é o de desenvolver as entidades mentais relevantes e dar-lhes conexões para que as distinções tornem-se significativas.” (2008, p.147-148).

Assim, a aprendizagem resulta do entendimento da relação do homem com a natureza e com seus semelhantes. E é mediante esta relação que o homem transforma a si mesmo e a própria natureza com o seu trabalho pela ação concreta, produzindo conhecimento, construindo a sociedade e fazendo a sua história.

Após o período de férias, é iniciado o segundo semestre letivo. Volto à escola no dia 8 de agosto de 2013 e encontro as crianças reunidas no pátio comemorando o retorno às aulas. Vendo a alegria do grupo fico a imaginar que para a maioria ou quem sabe, para a totalidade dos alunos a escola é o melhor, senão, o único lugar onde brincam, aprendem e convivem com outras crianças.

Termina a acolhida geral e cada grupo segue sua respectiva professora. Entro na sala de aula e surpreendo-me com as paredes coloridas com cartazes desejando a todos boas vindas. O sorriso se mantém nos rostos das crianças. Percebo que se envolvem procurando ler as frases expostas. A frase que mais chama a atenção, diz: “É maravilhoso poder contar com você de novo!”

Odaiza deixa um pouco a sala no clima de êxtase, oportunizando o esforço das crianças para ler na integra as frases nos cartazes. Mas retorna em seguida e inicia a conversa perguntando sobre o que elas mais gostaram de encontrar na sala de aula.

Seguem-se depoimentos emocionados diante do aconchego e carinho ao qual foram recepcionados. Todos acolhidos, a professora explica que o mês de agosto é denominado mês do folclore brasileiro. Em virtude dessa afirmativa, será trabalhado um texto sobre lendas e pergunta ao grupo se alguém sabe responder o que são lendas.

Percebi que todos ali têm conhecimento do assunto. Eles respondem e complementam contando a lendas narradas em família nas noites de lua cheia. Ao final da conversa a professora faz a leitura do texto seguido de atividades de compreensão do mesmo.

Após o intervalo a proposta de Odaiza é trabalhar o conteúdo de matemática para compreender os antecessores e sucessores. A metodologia é exercitada em função da

disposição do grupo em círculo o que facilita a exemplificação do conteúdo estudado ela utiliza os próprios alunos como exemplo. Depois acontece um diálogo onde os alunos interagem tirando dúvidas ou acrescentando hipóteses de onde pode ser percebido algo sobre o assunto e em seguida a professora propõe uma atividade pertinente ao conteúdo e pede para ser resolvida individualmente. As crianças resolvem as atividades de forma plena e em tempo hábil.

Toca o sino para o final da aula as crianças deixam a sala de aula e eu me despeço de Odaiza.

A interação e a participação ativa e consciente dos alunos contribuem de certa forma, para estimular uma reflexão sobre conteúdo estudado e, também para o encaminhamento e sugestões para resolução de problemas.

De tudo que vimos até aqui, fica evidente que sendo a escola parte da sociedade, não pode em momento algum se isentar dos benefícios ou das mazelas produzidos por essa mesma sociedade. Esse fato não é diferente para a escola diferenciada, que, influenciada pela forma de pensar e de se relacionar dos povos na sociedade, ao mesmo tempo em que os influencia, também contribui para suas transformações.

Buscar práticas pedagógicas que privilegiem a valorização da diversidade envolve toda a comunidade escolar e, educar para o respeito às diferenças sociais e culturais é tarefa não apenas dos que fazem parte do cotidiano escolar, é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.

Percebemos que a escola mantém ainda uma trajetória normatizadora que precisa ser repensada e compreendemos que não se faz uma educação de qualidade sem que a prática pedagógica assuma um lugar de destaque em relação à discussão aqui empreendida em torno da inovação nas práticas dos professores, uma vez que esta inovação demanda rupturas com as práticas pedagógicas instituídas e solidificadas nos cotidianos da escola e das salas de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que, após os estudos realizados nesta pesquisa, o trabalho desenvolvido em linhas teóricas e práticas nos leva à reflexão de alguns aspectos importantes mencionados, ao afirmar sobre a existência de uma escola diferenciada para a etnia indígena, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, a dos índios Pitaguary.

Analisando de uma forma crítica a realidade da escola diferenciada para os povos Pitaguary, um dos aspectos a se considerar, buscando compreender a relação dos indígenas, é o fato de eles estarem atualmente, por meio da escola diferenciada, tentando resgatar uma maneira de viver, conforme suas tradições culturais, porém não podem abandonar as atuais inovações, sob pena de não conseguirem sobreviver no mundo em constante evolução.

É importante salientar que mediante as observações realizadas na Escola Municipal de Educação Básica do Povo Pitaguary, os resultados apontam que, apesar de haver situações em que o professor tem uma preocupação constante em passar as crenças e valores da etnia para reafirmação da identidade desse povo e ensinar conteúdos pragmáticos, há, também, alguns professores que trabalham na perspectiva da inovação pedagógica para o desenvolvimento da aprendizagem e igualdade de direitos para todos.

É preciso informar que a identidade, para esses índios, é símbolo de uma resistência construída a partir de suas tradições culturais. Através de sua ritualidade, de suas festas e de sua espiritualidade, os índios Pitaguary fortalecem a sua caminhada para resistir contra as adversidades encontradas na sociedade contemporânea.

A Educação Escolar Indígena começou a tomar um cunho político nos meados dos anos 80, quando houve uma redemocratização da política no Brasil, em especial na Constituição de 1988, época em que houve uma grande participação da sociedade e, em especial, dos movimentos sociais organizados.

Historicamente, a educação indígena nos seus primórdios a cargo dos jesuítas e, posteriormente, sob diretrizes do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), passou a uma política de integração do índio à sociedade nacional. Em 1967, foi então criada a Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI), que dá prosseguimento à política integracionista do SPI. No ano de 1973, por meio da Lei 6001/79, Art. 49, torna-se obrigatório a alfabetização dos índios na língua materna.

A partir da década de 1980, inicia-se um processo de discussão promovido por entidades não governamentais, que institui a diferença entre educação indígena e educação para o índio. São estas entidades que, por meio de trabalhos realizados em áreas indígenas,

começam a perceber que as políticas públicas educacionais para as comunidades indígenas precisavam ser revistas e repensadas.

Todavia, na década de 1990, constitui-se o apogeu para o movimento indigenista; alcançaram-se grandes vitórias, em especial na regulamentação dos artigos contidos na Constituição Federal. No que assegura à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é dever do Estado a oferta de uma educação escolar bilíngüe e intercultural.

Verificamos como ponto central da pesquisa o fato de que a prática pedagógica dos professores se coloca de maneira contraditória. Podemos ressaltar situações em que o professor utiliza estratégias de ensino que possibilitam a aprendizagem do aluno, motivando-o a participar e envolvendo-o na ação, num contexto, onde as interações se dão entre uma criança e um ou mais colegas, onde as regras que prevalecem na classe são redefinidas no coletivo. É nesse espaço que as crianças expressam mais livremente suas opiniões sobre o “outro” e suas diferenças. Porém, existem situações em que não percebemos nenhuma possibilidade de inovação nas práticas pedagógicas, as ações estão centradas na professora e no conteúdo a ser ensinado, e não nos alunos, nas suas opiniões, seus interesses, seus gostos, etc. É ela, na condição de professora e de pessoa adulta, quem determina na maior parte do tempo, quem fala o quê, quando e o que é considerado certo ou errado, adequado ou inadequado.

Em suma, mesmo que muitos dos aspectos relacionados neste trabalho ainda tenham de aguardar novos estudos, a presente investigação revela a importância de situações, ações e discursos produzidos no interior da sala de aula. Para além de uma prática pedagógica inadequada, seria importante nos atermos mais à aprendizagem dos alunos por meio de práticas pedagógicas realmente significativas para eles, assim como a postura dos professores diante das mesmas.

O problema da inadequação nas práticas pedagógicas não é novo, porém atualmente as discussões em torno da inovação nas práticas pedagógicas tem ganhado grande dimensão e tem influenciado os professores para a busca constante de estratégias e práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento satisfatório dos alunos.

As observações nas salas de aula nos fazem considerar que as dificuldades de trabalhar no contexto de uma escola diferenciada se apresentam de formas diversas como: melhores e mais significativas estratégias de ensino para trabalhar os conteúdos, adequando-os às crenças e valores da etnia, (re)organização dos espaços de aprendizagem (internos e externos da escola) e do ambiente da sala de aula, diversificação de metodologias e recursos disponibilizados pela escola, apoio da gestão à prática pedagógica dos professores etc.

Foi possível detectar ao longo da pesquisa as falhas na formação pedagógica de alguns professores indígenas e, em especial, podem-se destacar os fundamentos da educação, que se refletem na prática pedagógica do professor em sala de aula. Destacamos ainda, que a aprendizagem significativa só é possível quando o professor se utiliza de recursos e estratégias de ensino que respondam com a devida competência às necessidades de todos os alunos, quando ele é capaz de dialogar com o estudante num clima de afetividade e respeito mútuo.

Outro ponto importante a ser destacado é a possibilidade de existir um processo educacional específico e diferenciado para as comunidades indígenas. Apesar dos percalços, evidencia-se que os professores das comunidades indígenas são capazes de pensar e executar um projeto de educação próprio em virtude de sua consciência politizada, no sentido de saberem o que lhes é importante conhecer e saber. Porém, isto só será possível quando os órgãos públicos oficiais reconhecerem os direitos assegurados às comunidades indígenas.

Percebemos que os professores estão atentos às novas perspectivas teóricas que fundamentam suas reflexões sobre a aprendizagem e sabem que é preciso pesquisar novas práticas para sua atuação com o propósito de efetivar ações para contribuir para o desenvolvimento integral do aluno para uma sociedade mais justa e com direitos iguais para todos, entretanto, a consolidação em prática ainda se apresenta como uma lacuna entre o discurso e a ação, como práxis, para alguns professores.

Compreendemos que o professor deve ter como meta buscar a inovação pedagógica para atender o aluno em todas as suas necessidades, e no que diz respeito ao trabalho docente deve estar voltado também para mudanças de estratégias pedagógicas e organização de recursos necessários para uma boa intervenção pedagógica dentro da sala de aula.

Os resultados apontam, ainda, que há na escola certo movimento por inovação motivado pela demanda do contexto de se fazer algo que viabilize o desenvolvimento do aluno por meio do trabalho pedagógico, por conta da dificuldade de aprendizagem que os alunos apresentavam.

As ações dos professores fazem-nos supor, ainda, que nesse movimento, professores, gestores e comunidade tentam se unir, o que influencia o dia a dia da escola, nos professores que socializam o saber e procuram estratégias para em suas práticas favorecer o desenvolvimento aos que não conseguem aprender. Identificar os problemas existenciais e pesquisar novas práticas pedagógicas para a “construção do conhecimento necessário à transformação” passa a ser a única saída.

A reflexão sobre a ação pedagógica deve ser uma constante de todos os professores de uma escola e envolve uma gama de saberes e conflitos que se desenvolve num contexto de múltiplas interações, uma dimensão dinâmica, crítica e dialética. Só assim, o trabalho pedagógico culmina na emancipação humana por meio da educação.

Vale salientar que a maneira como uma comunidade indígena percebe a educação difere da sociedade nacional e, seus atores e autores politicamente situados defrontam-se com uma série de problemas, em especial nas questões espacial e temporal, pois cada comunidade tem sua história, sua tradição e seus costumes, e a escola deve adaptar-se a estas especificidades, o que não ocorre quando este processo educacional é pensado pelo não índio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cf215a216.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm)>. Acesso em 5 jul 2012.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. CENSO 2010. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiavisualiza.php?id\\_noticia=2119&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiavisualiza.php?id_noticia=2119&id_pagina=1)>. Acesso em 3 jul 2012.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases – LDB, lei n. 9394/96. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 2 jul 2012.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC; SEF, 1998. Disponível em < [www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu\\_escolar/ml\\_07.pdf](http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf)>. Acesso em 18 mai 2012.
- BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Resolução da Câmara de Educação Básica, nº 3, de 10 de dezembro de 1999. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf)>. Acesso em 20 jun 2012.
- BERGAMASCHI, M. A. Povos Indígenas: conhecer para respeitar. In BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). Povos Indígenas & Educação. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 7-15.
- BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BONIN, I. T. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor in BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). Povos Indígenas & Educação. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 95 - 107.
- CARVALHO, I. M. de. Professor indígena: um educador ou um índio educador. Campo

Grande: UCDB, 1998.

COSTA, E. O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1992.

D'ANGELIS, W. VEIGA, J (orgs.). Leitura e escrita em escolas indígenas: encontro de educação indígena no 10º COLE/1995. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FÁVERO, O. Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERREIRA, A B. de H. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, F. N. S. & SOUZA, C. C. A importância e desafios do Ensino Bilíngue na Educação escolar Indígena. Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em < [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoesanteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss04\\_02.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoesanteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss04_02.pdf)>. Acesso em 26 jun 2012.

FINO, C. N. [Inovação Pedagógica: Significado e Campo \(de investigação\)](#) in Alice Mendonça & António V. Bento (Org). Educação em Tempo de Mudança. Funchal: Grafimadeira, 2008, pp 277-287.

\_\_\_\_\_. [Investigação e inovação \(em educação\)](#). V Colóquio CIE-Uma Pesquisar para mudar (a educação). Pesquisar para mudar (a educação). 2009, p. 5. Disponível em < [http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/Investigacao\\_e\\_inovacao.pdf](http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/Investigacao_e_inovacao.pdf)>. Acesso em 5 mai 2012.

\_\_\_\_\_. O futuro da escola do passado in SOUSA, J. M. & FINO, C. N. (org). A escola sob suspeita. Porto: ASA, 2007, pp. 31 – 44.

FREIRE, J. R. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos in CARVALHO, Fernanda Lopes de. (Org.) Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004, pp. 11-32.

FUNARI, P. P. PIÑÓN, A. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

GRUPIONI, L. D. B. A educação Escolar Indígena no Plano Nacional de Educação. Subsídio para o I Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena, Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC, Brasília: 1997.

\_\_\_\_\_. Um território ainda a conquistar in CARVALHO, Fernanda Lopes de. (Org.) Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004, pp. 33-55.

\_\_\_\_\_. Políticas indígenas no Brasil. Da FUNAI para o MEC. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/educacao-escolarindigena/da-funai-para-o-mec>>. Acesso em 15 jul. 2012.

GUIMARÃES, P. M. A polêmica do fim da tutela aos índios. Brasília: CIMI, 1996.

KAHN, M. e AZEVEDO, M. O que está em jogo no desafio da escolarização indígena? In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

LAPASSADE, G. As microssociologias. Trad. Lúcio Didio. Brasília: Líber, 2005.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999, 234 p. (Coleção TRANS)

LOPES da S. e GRUPIONI. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Mari/UNESCO, 1995.

LUCIANO, G. dos S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED, Museu Nacional, 2006.

MACEDO, R. S. Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação; 2ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

MEC/INEP. Plano Nacional de Educação – Proposta do Executivo ao Congresso Nacional, Brasília: 1998.

MEC/SEF. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Cap. 4 - Normas e Diretrizes, Brasília: 1994.

MELIÁ, B. Conferência “Bilinguismo e Leitura”, 10º Congresso de Leitura do Brasil, ALB,/UNICAMP, Campinas, SP: 1995 (Anotações pessoais).

\_\_\_\_\_. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

MOREIRA, V. Escola do Futuro Sedução ou Inquietação? As Novas Tecnologia e o Reencantamento da Escola. Porto: Porto Editora, 2000.

MUDURUKU, D. Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

\_\_\_\_\_. O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, F. A reconquista da Amazônia. In: *Novos Estudos* - CEBRAP, nº 38, 1994.

ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2006. Disponível em < [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2012.

PAPERT, S. A família em rede (Ultrapassando a berreira digital entre as gerações). Lisboa: Relógio D'água Editora Ltda, 1966

PAPERT. S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PIAGET, J. (1977). O juízo moral na criança. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1932)

PINHEIRO, J. de D. P. Disponível em <<http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/pitaguary/print>>. Acesso em 18 jul. 2012.

SILVA, R. H. D. da. Escola indígena: um caso particular de escola? Escolas indígenas: uma realidade em construção! A contribuição do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In D'ANGELIS, Wilmar. VEIGA, Juracilda (orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas: encontro de educação indígena no 10º COLE/1995*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

TARDIF, M e LESSARD, C. Orgs. *Saberes docente e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOFFLER. A. *A terceira onda*. Trad. João Távora. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TURKLE, S. *O Segundo Eu: os computadores e o espírito humano*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

THURLER, G. M: PERRENOUD, P. *A Escola e a Mudança*. Lisboa: Escolar Editora, 1994.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*, 7ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. Tradução de Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## **ANEXOS**



**ANEXO 1**

**FOTO 1**



Portão de entrada da  
Comunidade Indígena  
do povo Pitaguarys

**FOTO 2**



Muro da Escola

**FOTO 3**



**FOTO 4**



**FOTO 5**



**FOTO 6**



FOTO 7



## **ANEXO 2**

### **UNIVERSIDADE DA MADEIRA - UMA**

#### **NOME DA PESQUISA - A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL**

#### **INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO POVO PITAGUARY**

#### **PERGUNTAS DA ENTREVISTA**

### **1 - COORDENADORA PEDAGÓGICA – JOANA DARKE GONÇALVES**

1ª ENQUANTO COORDENADORA PEDAGÓGICA, FALE UM POUCO COMO É ESSE TRABALHO DE COORDENAÇÃO É DESENVOLVIDO NESSA ESCOLA?

2ª QUANTO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, QUAL É A ORIENTAÇÃO DE FATO QUE VOCÊ COLOCA PARA OS SEUS PROFESSORES PARA QUE ELES REPASSEM ESSA QUESTÃO DA APRENDIZAGEM PARA AS CRIANÇAS? QUAL É A PRÁTICA QUE UTILIZA AQUI? ENQUANTO COORDENAÇÃO E PROFESSORES

3ª SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, COMO VOCÊ TRABALHA JUNTO AO PROFESSOR? QUAL SERIA A ABORDAGEM QUE VOCÊS UTILIZAM? É A TRADICIONAL OU OUTRO TIPO DE ABORDAGEM?

4ª SOBRE A RELAÇÃO DO COORDENADOR E PROFESSOR, COMO SÃO EFETIVADAS AS REUNIÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO A SER PARA O PROFESSOR AGIR DENTRO DE SALA DE AULA?

5ª A PARTE CULTURAL É DESENVOLVIDA DENTRO DOS CONTEÚDOS, MAS DE QUE MANEIRA ISSO É REALMENTE TRABALHADO NA ESCOLA?

### **2 - DIRETORA DA ESCOLA**

1ª QUAL A SUA MAIOR PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À ESCOLA?

2ª O QUE MAIS A PREOCUPA EM RELAÇÃO A ESSA ESCOLA?

3ª COMO VOCÊS TRABALHAM A QUESTÃO DA PRESERVAÇÃO DA CULTURA COMO VOCÊ COLOCA?

4ª VOCÊS RELACIONAM AS QUESTÕES DA COMUNIDADE COM A ESCOLA? ALÉM DESSE PROJETO, EXISTEM OUTROS PROJETOS NA ESCOLA?

5ª COMO OS ALUNOS SE COMPORTAM, EM RELAÇÃO AO INTERESSE NESSAS ATIVIDADES?

6ª QUAL É O SEU PÚBLICO-ALVO? SOMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS?

7ª COMO SE DÁ A PRÁTICA PEDAGÓGICA ENVOLVENDO OS CONTEÚDOS E A CULTURA?

8ª COMO A COMUNIDADE VER ESSA QUESTÃO? A COMUNIDADE PARTICIPA ATIVAMENTE DESSA PRESERVAÇÃO DA CULTURA DA ESCOLA?

9ª ADMINISTRATIVAMENTE QUANTAS SALAS VOCÊS TÊM AQUI? QUAIS SÃO OS NÍVEIS?

10ª QUAL O NÚMERO DOS PROFESSORES? E SUAS FORMAÇÕES?

### **3 - PROFESSORA - JAQUELINE**

1ª QUAL A SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA NESSA ESCOLA?

2ª FALE UM POUCO DESSE PROJETO?

### **4 - COORDENADOR PEDAGÓGICO E FINANCEIRO - IVANILTON**

1ª FALE UM POUCO SOBRE ESSA ESCOLA, SOBRE A QUESTÃO DA ETNIA?

2ª COMO É FEITO ESSE TRABALHO DE EDIFICAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA JUNTAMENTE COM O CONTEÚDO DA ESCOLA?

3ª VOCÊ É COORDENADOR, MAS TAMBÉM ATUA COMO PROFESSOR?

4ª SOBRE A CULTURA ÍNDIGENA, COMO É A ACEITAÇÃO PELAS CRIANÇAS? TODOS SÃO ÍNDIOS?

5ª FALANDO EM PROFESSOR, NESSA ESCOLA JÁ CONSEGUIRAM UM MÉTODO DE TODOS OS PROFESSORES SEREM ÍNDIOS E COM FORMAÇÃO PERTINENTE?

### **5 - ALUNOS**

1ª COMO É O NOME DE VOCÊS?

2ª VOCÊS GOSTAM DESSA ESCOLA?

3ª COMO É ESSA ESCOLA PARA VOCÊS?

4ª QUANDO AMANHECE O DIA, QUE SENTIMENTO VOCÊS TÊM NO CORAÇÃO AO VIREM PARA A ESCOLA?

5ª NA SALA DE AULA, COMO VOCÊS VÊM O TRABALHO DA PROFESSORA JAQUELINE?

6ª SOBRE O CONTEÚDO, VOCÊS CONSEGUEM APRENDER COM CERTA FACILIDADE?

7ª COMO VOCÊS PERCEBEM DESSA ESCOLA SER DIFERENTE, DIFERENTE PORQUE ELA TRABALHA OS CONTEÚDOS DAS OUTRAS ESCOLAS, MAS ELA TAMBÉM TRABALHA A CULTURA DE VOCÊS? VOCÊS ACHAM IMPORTANTE?

8ª TEM ALGUMA COISA QUE VOCÊS GOSTARIAM QUE FOSSE TRABALHADO NA ESCOLA E QUE AINDA NÃO É TRABALHADO?

9ª VOCÊS MORAM DENTRO DA COMUNIDADE, COMO VOCÊS CHEGAM À ESCOLA?

10ª O QUE É A ESCOLA PARA VOCÊS?

#### **6 – EX- ALUNA- MARIA ALESSANDRA**

1ª COMO É SEU NOME? VOCÊ MORA NESSA COMUNIDADE?

2ª COMO FOI A SUA ESCOLARIDADE?

3ª COMO VOCÊ PERCEBE A ESCOLA DENTRO DA COMUNIDADE?

4ª QUANDO VOCÊ ESTUDOU O ENSINO JÁ ERA DIRECIONADO TAMBÉM PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA?

5ª COMO FOI ESSA MUDANÇA? ESTAVA COMENÇANDO, ANTES NÃO ERA ASSIM, COMO SE DEU ESSA TRANSIÇÃO?

6ª COMO VOCÊ VIU ESSA MUDANÇA EM TERMOS DE CONTEÚDO, DE COMUNIDADE E EM TERMOS DE PRIORIDADE DO POVO INDÍGENA? VOCÊ ACHA QUE FOI POSITIVO?

7ª COMO VOCÊ VÊ SEGUIR A VIDA DENTRO DA COMUNIDADE?

#### **7 – PROFESSORA - ODAISA**

1ª O QUE VOCÊ ENTENDE POR INOVAÇÃO PEDAGÓGICA?

2ª VOCÊ ACHA QUE NA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA, VOCÊ CONSEGUE PERCEBER INOVAÇÃO?

3ª SOBRE SUA METODOLOGIA, COMO VOCÊ TRABALHA SEUS ALUNOS EM SALA DE AULA?

4ª QUAL ABORDAGEM QUE A ESCOLA TRABALHA?

5ª COMO É SUA METODOLOGIA EM SALA DE AULA? VOCÊ TRABALHA SOMENTE A QUESTÃO DO CURRÍCULO OU VOCÊ TRABALHA OUTRAS COISAS PERTINENTES EM SALA DE AULA?

6ª EM TERMOS DE MATERIAIS ESPECÍFICOS UTILIZADOS EM SALA DE AULA, VOCÊ USA ALGUM MATERIAL ESPECÍFICO?

7ª EXISTE ALGUMA LINHA, POR EXEMPLO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO QUE VOCÊS TRABALHAM ALGUM PROGRAMA?

8ª ESPECIFICAMENTE EM SUA SALA DE AULA ESSE MATERIAL DO PAIC, VOCÊ TRABALHA TODOS OS DIAS EM SALA DE AULA?

9ª COMO É SEU RELACIONAMENTO COM OS ALUNOS EM SALA DE AULA?

10ª A ESCOLA INTENSIFICA A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA?

**8ª – MORADORA DA COMUNIDADE – MARIA FRANCISCA**

1ª A SENHORA SEMPRE MOROU NESSA COMUNIDADE?

2ª QUAL ESCOLA A SENHORA FREQUENTOU? FALE UM POUCO?

3ª NESSA ÉPOCA NA ESCOLA, JÁ TINHAM CONTEÚDOS INDÍGENAS?

4ª ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA ESTUDOU NESSA ESCOLA DA COMUNIDADE?

5ª FRUTOS DESSA ESCOLA, SOBRE SEUS NETOS QUE EFETIVARAM SEUS ESTUDOS NESSA ESCOLA, O QUE ELES FAZEM HOJE?

6ª COMO A SENHORA PERCEBE A QUESTÃO DESSA ESCOLA DENTRO DA COMUNIDADE?

7ª QUAL É A VANTAGEM DE MORAR NESSA COMUNIDADE?

8ª O QUE A É SENHORA PARA OS JOVENS DESSA COMUNIDADE?